

O BRASIL DE LULA A DILMA

OS NÚMEROS QUE MOSTRAM
A REALIDADE DO PAÍS



GOVERNOS LULA E DILMA, MAIS MUDANÇA, MAIS FUTURO

É com satisfação que nós, integrantes do **Núcleo do Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional e Esplanada**, apresentamos este trabalho, com estatísticas captadas em diversas fontes que mostram de forma cristalina as conquistas que o Brasil vem realizando desde 2003.

Primeiramente com Lula e depois com Dilma, os governos do Partido dos Trabalhadores e aliados têm transformado o Brasil de maneira positiva, com resultados que têm dado outra feição ao País. São os resultados da implementação de um projeto de desenvolvimento econômico sustentável, com inclusão social, geração de empregos, distribuição de renda e defesa dos interesses nacionais.

Os dados revelam como avançamos em todas as áreas e evidenciam ao mesmo tempo as diferenças entre um projeto neoliberal, como o que o PSDB implementou de 1995 a 2002, com Fernando Henrique Cardoso, e o do PT, com a defesa dos interesses nacionais e da maioria da população brasileira.

Com o PT, saímos dos jurostratosféricos da era FHC, da desordem nas contas públicas, da inflação projetada para mais de dois dígitos, das políticas elitistas que visavam privatizar as escolas públicas e deixavam os pobres longe das universidades. Deixamos para trás o complexo de viralatas, que colocava o País submetido às ordens absurdas do FMI, com a conivência antipatriótica do governo tucano.

Os dados aqui publicados - mesmo não abrangendo todas as áreas - adquirem mais importância agora, num momento em que a mídia tradicional se transforma num verdadeiro partido de oposição, ou para omitir a divulgação de informações positivas ou para distorcê-las, com objetivos políticos, eleitorais e ideológicos. Daí a importância desse esforço alternativo de comunicação e busca da verdade.

A presidenta Dilma Rousseff, juntamente com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, representa a continuidade de um projeto que vem dando certo e começa a colher os frutos dos investimentos em infraestrutura, na saúde, na educação e na segurança.

As eleições deste ano são decisivas: o Brasil não pode retroceder ao passado do neoliberalismo e do elitismo, representado por uma candidatura de oposição que alardeia ser o passado de FHC, ou outra candidatura que se diz a “nova política”. Esta, como alternativa, é um engodo. O programa de Marina Silva traduz-se em aumento dos juros, redução dos serviços públicos e do número de servidores públicos e abastecimento generoso dos cofres dos banqueiros. É isso que significa a proposta de dar autonomia ao Banco Central. Com isso, fatalmente os programas sociais, o emprego, o crédito e o salário serão prejudicados. Ou seja, é uma repaginação fiel do PSDB e seus aliados do grande capital.

Boa leitura!

Brasília, agosto de 2014



O BRASIL DE LULA E DILMA – Os números que mostram a realidade do País

ÍNDICE

ECONOMIA.....	5
Salário mínimo.....	5 a 8
Combate à miséria.....	8
Crescimento com inclusão social e geração de empregos.....	9 a 12
Distribuição de renda.....	12 a 13
Comércio exterior.....	13
Crédito ao consumidor e ampliação do investimento.....	14 a 15
Combate à inflação e redução dos juros.....	16
Dívida pública e redução da desigualdade.....	17 a 19
CONCESSÃO x PRIVATIZAÇÃO.....	19 a 20
PAC.....	20
Crescimento e distribuição de renda.....	20 a 21
Investimentos em energia.....	21 a 24
Pré-sal e indústria naval.....	24
Investimentos e logística.....	24 a 27
Desenvolvimento urbano.....	27 a 30
POLÍTICA EXTERNA.....	30
Comércio exterior.....	31 a 33
Relações com América Latina.....	34
Superação do neoliberalismo.....	34 a 36
Banco do Brics.....	36
ENERGIA.....	36 a 38
PETROBRAS.....	38
Indústria naval e desenvolvimento.....	38 a 40
Pré-sal: riqueza do povo.....	41
Interesses nacionais.....	42 e 43
DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	43
Norte, Nordeste e Centro-Oeste.....	44 e 45
MINHA CASA, MINHA VIDA.....	46
Números sobre o maior programa habitacional da história do Brasil.....	46 a 49
Minha Casa, Minha Vida Rural.....	49 e 50
Programa Minha Casa Melhor.....	51 e 52
LUZ PARA TODOS.....	53 e 54
AGRONEGÓCIO, AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA.....	54
Desenvolvimento da área rural com cidadania.....	54
Produtividade e duplicação da produção.....	54 a 56
Crédito rural cresce 469%.....	57
Seguro agrícola.....	57 a 60
Reforma agrária.....	61 e 62



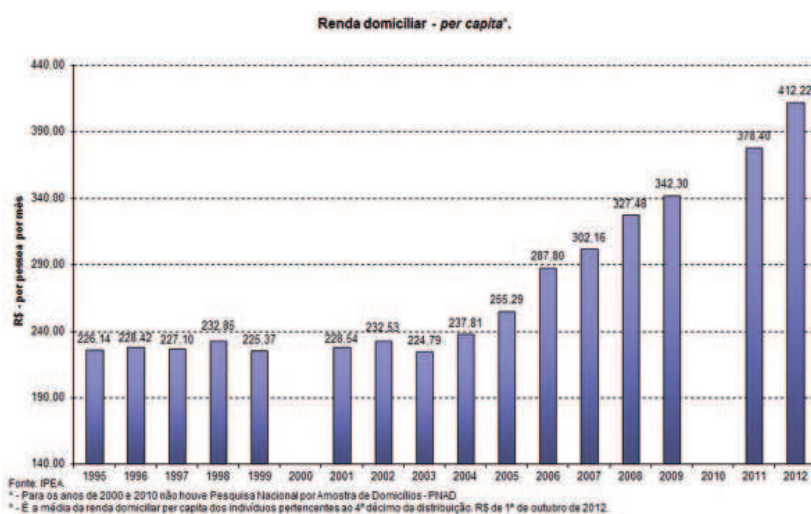
COMBATE À CORRUPÇÃO.....	62
Com o PT, uma política de Estado para combater a corrupção.....	62 a 64
Fim dos engavetamentos de processos.....	64
DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	65
Conselhos sociais.....	66
EDUCAÇÃO.....	67
Recursos para educação crescem.....	67
Caminho para o futuro: melhora em todos os níveis.....	67
INVESTIMENTOS AMPLIAM TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO.....	68
Cresce taxa de escolarização de crianças.....	68
Creches e pré-escolas.....	68
Transporte escolar.....	69
Escolas técnicas.....	70
Crescendo para o interior.....	71
Pronatec: 7,6 milhões se qualificam para o mercado de trabalho.....	72
Regionalização e interiorização.....	72
ENSINO SUPERIOR.....	72
Mais vagas nas universidades públicas.....	73
ENEM: uma revolução no acesso à universidade.....	74
ProUni e Fies: mais oportunidades aos estudantes de baixa renda.....	75
Ciência sem Fronteiras.....	76
PRÉ-SAL E EDUCAÇÃO.....	77
SEGURANÇA PÚBLICA.....	79
Parcerias com estados e municípios.....	80
Polícia Federal.....	80
Força Nacional.....	80
Segurança e cidadania.....	82
SAÚDE.....	83
Orçamento quadruplica.....	83
Mais Médicos.....	84
SAMU.....	85
BOLSA FAMÍLIA.....	86
Assistência social.....	86
FUNCIONALISMO PÚBLICO.....	87 a 89
Valorização dos servidores públicos.....	88



ECONOMIA

CRESCER A RENDA DOS MAIS POBRES

No ano de 2012, a renda *per capita* dos 40% mais pobres da população atingiu o maior valor desde 1995. Essa melhoria se deve, em boa medida, às políticas implementadas pelos Governos do PT iniciados em 2003, primeiro com o ex-presidente Lula e depois a presidenta Dilma. Podem-se destacar os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e a política para garantir aumento real do poder de compra do salário mínimo.



SALÁRIO MÍNIMO DE 2014 GARANTE MAIOR PODER DE COMPRA EM TRINTA ANOS

O valor do salário mínimo estabelecido para 2014 (R\$ 724) garantiu ao trabalhador o maior poder de compra desde 1979. Graças aos governos do PT. A quantidade de 2,23 cestas básicas que podem ser compradas com o salário reajustado é a melhor já registrada pelo Dieese. É mais que o dobro da média registrada em 1995, no governo do PSDB, que, então, garantia somente 1,02 cesta básica. O salário mínimo em 2014 representa um avanço de 61% no poder de compra desde 2003. Apesar da constante elevação nos últimos anos, só em 2014 os trabalhadores puderam recuperar o poder de compra que tinham em 1983. Entre 1984 e 2002, segundo o Dieese, houve uma oscilação que resultou em perda na força de consumo. Em resumo: **a política de valorização do mínimo**, firmada pelo governo Lula (PT) em 2005 a pedido das centrais sindicais, **tem assegurado um avanço significativo em termos de aumento da renda média do trabalhador brasileiro**. Desde então o reajuste se dá pela soma do crescimento de dois anos antes com a inflação do ano anterior ao reajuste – fórmula garantida pelo governo até 2023. O mínimo de R\$ 724 em 2014 é fruto de um reajuste de 6,78%, resultado da variação do Produto Interno Bruto (PIB) em 2012, 1,03%, e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor de 2013, estimado em 5,54%.

Só para lembrar: em 2002, fim do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o mínimo valia R\$ 200. De lá para cá houve um aumento real de 72,35%, frente a um reajuste nominal de 262% (sem descontar a inflação). O ano de maior aumento real foi 2006, justamente o primeiro após a nova política de valorização do mínimo, com avanço de 13,04%.

Em termos de impacto global, em 2014, o mínimo foi reajustado para 48 milhões de pessoas. A maior fatia, 21,4 milhões, é formada por beneficiários da Previdência Social, que sofrerá um impacto de R\$ 22,8 bilhões. Em seguida vêm os empregados, 14,3 milhões, e os trabalhadores por conta própria, 8 milhões. Com isso, terão entrado na economia, até o fim do ano R\$ 28,4 bilhões. Se o governo “perde” de um lado, com o aumento dos investimentos previdenciários, por outro pode ganhar R\$ 13,9 bilhões com o incremento da arrecadação tributária garantida pelo aumento do consumo. A política de aumento real dos salários mínimos é uma das mais eficientes formas de combate à desigualdade social em larga escala. Proporciona a ascensão social e a inclusão de um número maior de pessoas no mercado consumidor.

COM O PSDB, SALÁRIO MÍNIMO CHEGOU A DIMINUIR

Observando a tabela abaixo, no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é possível perceber que **durante o governo FHC**, nos anos de 1999 e 2002, se descontada a inflação do período, **o salário mínimo não só não aumentou, como perdeu seu valor**: -4,32% e -1,42% respectivamente. Fato que não se repetiria durante os oito anos de Governo Lula, e nem no do Governo Dilma.

É possível observar que no ano em que Fernando Henrique Cardoso assume seu mandato (1995), o salário mínimo valia R\$ 100,00 e, no ano de sua saída (2002), o mesmo valia R\$200,00, o que demonstra um crescimento nominal de 100% no período, mas somente 21,89% de aumento real, se descontada a inflação do período. Por sua vez, Lula assume o mandato em 2003 com o salário mínimo valendo os R\$ 200,00 deixados por FHC e no ano de sua saída (2010), valia R\$ 510,00, caracterizando portanto um aumento nominal de 155% em relação ao valor do início de seu mandato, e **53,6% de aumento real**, descontando-se a inflação. Já nos dois primeiros anos do mandato de Dilma Rousseff, o salário mínimo passou de R\$510,00 para R\$622,00 no ano de 2012, o que representou um aumento de **22% em dois anos de governo**, dos quais **8,61% de aumento real**.

A comparação realizada no gráfico abaixo permite perceber como o **PT dá prioridade ao trabalhador brasileiro**. Durante o governo Lula, o salário mínimo, além de ter um significativo aumento real em seu valor (53,60%), também teve um crescimento relevante em relação ao PIB brasileiro (32,5%). Tal observação demonstra cabalmente o modo pelo qual o governo de Lula conseguiu içar da linha da miséria dezenas de milhões de brasileiros. Além disso, o gráfico também demonstra uma **melhor distribuição de renda no Brasil durante o governo Lula e a continuação dessa política no governo Dilma (que em apenas dois anos de governo, já fez com que o Salário Mínimo crescesse 4,9% a mais do que o PIB do período. Marca superior aos oito anos da gestão FHC)**.

Vale ainda observar que desde 2008 o mundo entrou numa profunda crise econômica, com desemprego galopante e redução de salários em vários países, mas o Brasil passou ao largo desse problema. Aqui, grande parcela da população que vive à base do salário mínimo viu seu rendimento crescer substancialmente durante o governo Lula. Em 2009, por exemplo, enquanto o PIB brasileiro amargou uma queda de 0,3% em função da crise que assolou Estados Unidos e Europa, o salário mínimo teve um aumento real de 7,74%.



DEFENDER A VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO, COMPROMISSO DO PT

Os dados mostram o novo tempo de consolidação e valorização do salário mínimo nacional, bandeira do PT desde o Governo Lula e também empunhada pelo Governo Dilma. A exitosa política de incremento real do salário mínimo continua a elevar a renda dos setores mais desprotegidos do mercado de trabalho e isso permitiu que o Brasil suportasse os impactos da crise econômica internacional sem o sacrifício da classe trabalhadora. Em outros tempos, os tempos do PSDB no governo Fernando Henrique, **o trabalhador não era prioridade e era o primeiro a pagar o pato pelos erros da política econômica que privilegiava os interesses dos grandes grupos econômicos e financeiros nacionais e estrangeiros.** A política de valorização do salário mínimo foi negociada entre as centrais e o ex-presidente Lula e resultou na Lei 12.382/2011, já no Governo Dilma. O reajuste se dá pela soma do crescimento de dois anos antes com a inflação do ano anterior ao reajuste. Vale registrar que em 2015 o salário mínimo completará 75 anos de existência, mas só foi agora, **com o Partido dos Trabalhadores**, que o País passou a ter uma política de valorização estável, adotada desde 2007. Mas essa política tem sido criticada pela oposição e grandes grupos econômicos, que não escondem a vontade de interromper a valorização do salário dos trabalhadores. Querem encher mais ainda os seus bolsos às custas da maior parte do povo brasileiro.

OPOSIÇÃO TENTA MINAR O SALÁRIO MÍNIMO

As críticas direcionadas à política pública de valorização do salário mínimo são semelhantes àquelas feitas pelas elites às ações de melhor distribuição de renda e de associação do desenvolvimento econômico ao social. Historicamente, sempre houve isso no Brasil, uma reação conservadora às ações de governos populares, como os do PT, para assegurar e ampliar conquistas da classe trabalha-

dora. Assim, os ares do apocalipse de que a valorização do salário mínimo geraria desemprego, informalidade e diminuição da arrecadação para a Previdência Social são facilmente dissipados, diante do fato de que o salário mínimo é redutor das desigualdades de renda e estratégico no enfrentamento à pobreza, na perspectiva de desenvolvimento social. **Isto porque o salário mínimo é matéria que repercute na maioria das relações de trabalho e na concessão de benefícios previdenciários e assistenciais, influenciando positivamente na qualidade de vida de quem o recebe e, ainda, no conjunto da economia, com o aumento do poder de compra da população.** É leviano dizer que a política de valorização do salário mínimo é causadora de problemas econômicos e da baixa produtividade no país. Os elementos mais complexos que impactam nos problemas do “setor produtivo” são relacionados aos modos de investimento, competitividade e a política cambial. A criação de mecanismo sério e equilibrado para uma política institucional de **sua valorização foi um fator de impacto imediato no processo de enfrentamento da desigualdade social.** A presença dessa perspectiva nas agendas dos governos e do Legislativo motivou e faz reposicionar as visões sobre o mundo do trabalho e sua importância para o desenvolvimento econômico e social do País. **Não poderia o conjunto dessa conquista ser objeto de manipulação eleitoral, como parece pretender alguns candidatos da oposição.**

Forte elevação do Salário Mínimo nos últimos anos.

Crescimento de 73,7% de 2002 a 2013 (5,1% em média ao ano) e de 19,0% de 1994 a 2002 (2,2% ao ano)

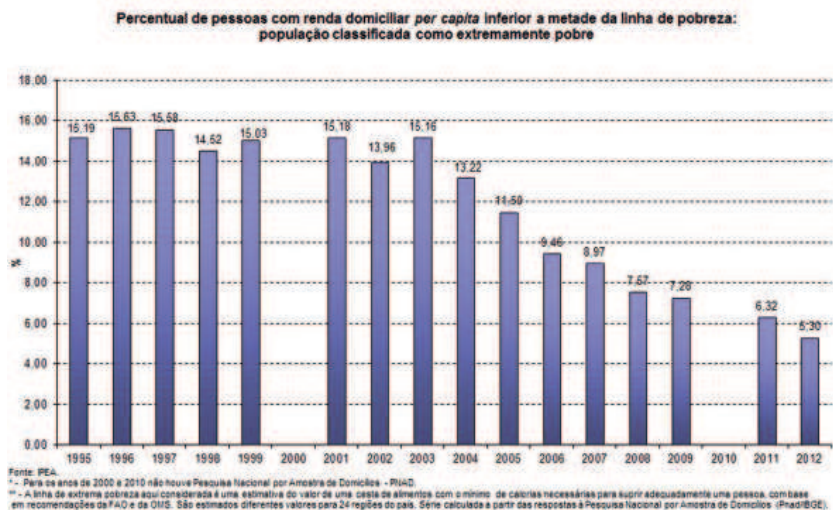


Fonte: Censura e IBGE

COM OS GOVERNOS DO PT, MISÉRIA DIMINUI NO PAÍS

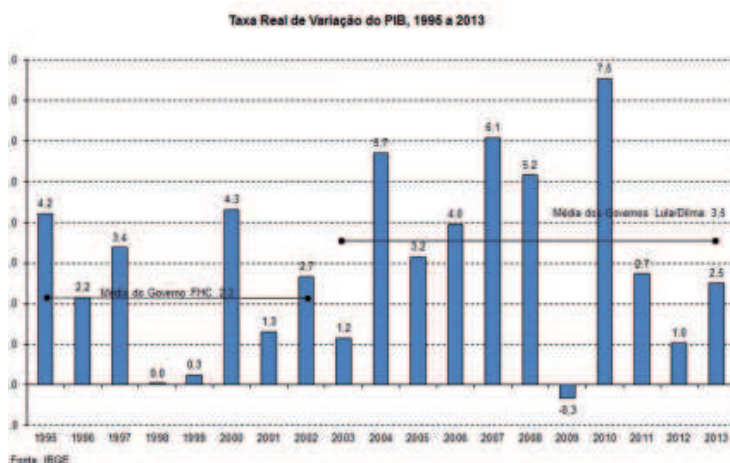
A miséria caiu cerca de 65% no País entre 2003 e 2012. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), **o número de pessoas consideradas extremamente pobres, entendida como aquelas com renda domiciliar per capita inferior à linha de indigência ou miséria, ou extrema pobreza, caiu de 15,2%, em 2003, para 5,3%, em 2012, último ano da série disponível, o que representa mais de 20 milhões de pessoas que saíram do nível de miséria extrema até aquele ano.** A diminuição do número de miseráveis é uma característica mantida de forma continuada ao longo dos Governos do PT, fruto de políticas públicas focalizadas na justiça social. Vale comparar com o que fez, ou melhor, deixou de fazer, o PSDB quando esteve no governo: no período do governo FHC não houve variação significativa no percentual da população extremamente pobre (isto é, tudo ficou praticamente na mesma), o que demonstra a falta de compromisso dos tucanos com o

segmento mais necessitado da população.



CRESCIMENTO COM INCLUSÃO SOCIAL

A crise econômica de 2008, a maior da história contemporânea do capitalismo desde a grande depressão eclodida em 1929, teve impacto sobre as taxas de crescimento nos últimos anos. Mesmo assim, a taxa média anual de crescimento nos 11 anos do Governo do PT até 2013 **foi de 3,5% ante a média de 2,3% do governo do PSDB**. Contudo, **há uma diferença fundamental**, do ponto de vista qualitativo, do crescimento econômico no período do Governo do PT — a melhoria da renda das pessoas das classes D e E, que se deu de forma bem mais acelerada em relação ao verificado nas classes A e B. **O resultado foi a maior inclusão econômica verificada na história recente do Brasil.**

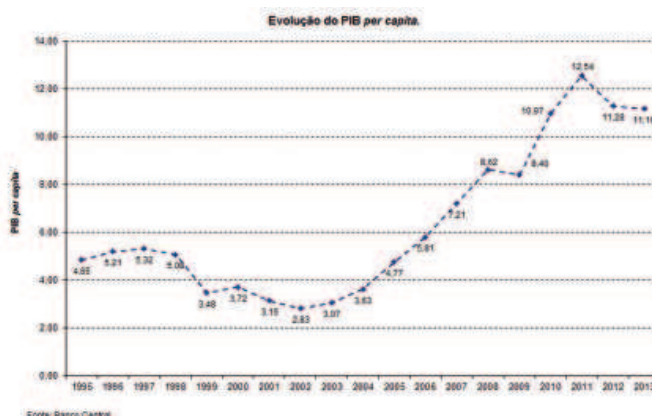


Estima-se que mais de 40 milhões de brasileiros saíram das classes D e E para a classe C, sobretudo. Com isso, foi criada a chamada nova classe média do ponto de vista da renda, dando condições para a consolidação de um mercado de consumo de massa no país. Hoje, o Brasil passAmauri pede

manutenção de Bolsa Estiagem para municípios que sofrem com a seca ou a ser a 7ª economia do mundo (estava na 12ª posição nos tempos do PSDB). Nos próximos anos o País tem potencial para estar em 5º lugar – esta é a projeção de organismos e consultorias internacionais para os próximos 10 anos.

PIB PER CAPITA CRESCE E PASSA DOS 11 MIL DÓLARES

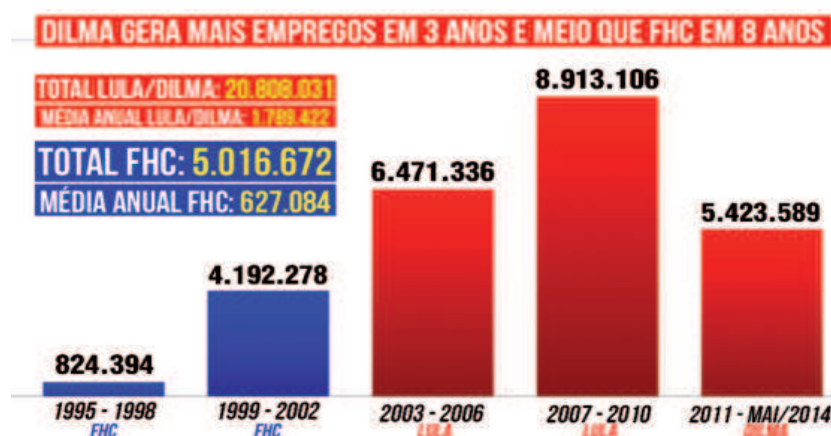
O Governo Lula mais do que duplicou o PIB *per capita* em dólar. O crescimento econômico, aliado à apreciação da taxa de câmbio, foi responsável por esse aumento da riqueza nacional em termos comparativos com outros países, embora a recente desvalorização do real tenha reduzido este indicador a partir de 2011.



DILMA E LULA GERARAM MAIS DE 20 MILHÕES DE EMPREGOS

No governo Dilma, entre janeiro de 2011 e maio de 2014, foram gerados 5,4 milhões de postos de trabalho, conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que abrange trabalhadores regidos pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e servidores públicos federais, estaduais e municipais.

Somando os oito anos da era Lula e o governo Dilma (até maio de 2014), já são **20,8 milhões** de empregos formais, o que representa um crescimento de 316% em relação ao período de oito anos de FHC (1995-2002) em que foram gerados cinco milhões de postos de trabalho.



BRASIL ATINGE PLENO EMPREGO DURANTE A GESTÃO DILMA

Lula tomou posse como presidente do Brasil em janeiro de 2003. Em dezembro de 2002, o País tinha um índice de desemprego de 12,6%. Em dezembro de 2010, no final do governo Lula, o índice havia caído para 6,7%. Já em abril de 2014, o Brasil apresenta 4,9% de taxa de desocupação. Segundo padrões estatísticos internacionais, considera-se que um País encontra-se em situação de pleno emprego quando o índice é igual ou inferior a 5%. A primeira vez que o Brasil atingiu esse patamar foi em novembro de 2011, ainda no primeiro ano da gestão Dilma. De lá para cá, não ultrapassamos 6,2% e estamos sempre oscilando em torno de 5%. O melhor índice mensal foi alcançado em novembro de 2013, com 4,3%.

CONFIRA A EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESEMPREGO ANO A ANO



REAJUSTES ACIMA DA INFLAÇÃO RECUPERAM SALÁRIO MÍNIMO

Em 2002, último ano de FHC, o salário mínimo valia 200 reais, equivalente a 86,17 dólares e que resultava no valor de 91 centavos de real por hora trabalhada. Em 2014, o salário mínimo está em R\$ 724, o que corresponde a cerca de 318 dólares e a R\$ 3,29 por hora trabalhada. A recuperação do salário mínimo é resultado do modelo de desenvolvimento adotado pelo PT no governo, que combina o crescimento da economia com a distribuição de renda, especialmente dos segmentos mais pobres da população.

COM O PT, O SALÁRIO MÍNIMO SOBE QUATRO VEZES EM DÓLAR



SALÁRIO MÍNIMO DE 2014 TEM O MAIOR PODER DE COMPRA DESDE 1979

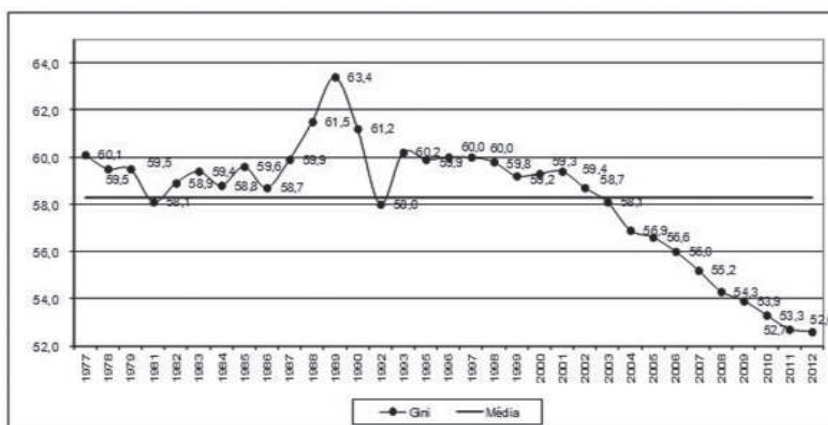
O salário mínimo de 2014 (R\$ 724) possui o maior poder de compra desde 1979. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), é possível adquirir 2,23 cestas básicas com o piso mínimo atual. Em 2002, o mínimo equivalia a 1,42 cesta básica.

RECUPERAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO E AS NOVAS NEGOCIAÇÕES NO MERCADO

A política de recuperação do salário mínimo, implementada pelo PT a partir de 2003, influenciou também a cultura de negociação dos reajustes salariais no mercado. No primeiro semestre de 2014, por exemplo, 93% dos 340 acordos coletivos de trabalho assinados determinaram reajustes superiores à inflação acumulada dos doze meses anteriores. Em 2013, esse índice foi de 83,5%. O fato é que a cultura de negociação de acordos coletivos foi transformada ao longo dos doze anos de administração petista. Se até 2002 a luta era para que não houvesse perdas e que os reajustes fossem ao menos equivalentes à inflação, hoje predomina amplamente a ideia de que os reajustes acima da inflação são quase uma obrigação, independentemente da categoria e do setor.

BRASIL LIDERA REDUÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA NO MUNDO

O Brasil é destacado por todos os organismos internacionais que monitoram a situação econômica dos países como uma das nações que mais reduziu a miséria e a concentração de renda e riqueza da sua população. O índice de Gini – usado desde 1912 para medir a desigualdade de distribuição de renda – caiu bastante na última década. Em 2002, o índice brasileiro estava em 58,7. Em 2012, chegou a 52,6. Esse é o melhor desempenho do mundo de acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Confira a trajetória de queda desse indicador no gráfico abaixo.



Fonte: PNAD, vários anos.

RENDA DOS MAIS POBRES NO BRASIL AUMENTA EM RITMO CHINÊS

A renda dos 10% mais pobres no Brasil avançou 106% entre 2003 e 2012. Esse percentual é o dobro do aumento da renda média (51%) e quatro vezes mais que os 27% do crescimento do PIB per capita real. “No Brasil, a renda dos pobres aumentou em níveis chineses, enquanto a dos ricos, no mesmo ritmo de um país europeu estagnado”, segundo o economista Marcelo Neri, ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Apenas em 2012, a renda domiciliar per capita dos 10% mais pobres da população brasileira cresceu 19,84% em relação ao ano anterior. Na média da população brasileira daquele ano, o crescimento foi de 8%, índice maior do que o PIB per capita chinês, que cresceu 7,3% e foi o maior do mundo no período.

COM O PT, PARTICIPAÇÃO DO SALÁRIO NA RENDA NACIONAL AUMENTA

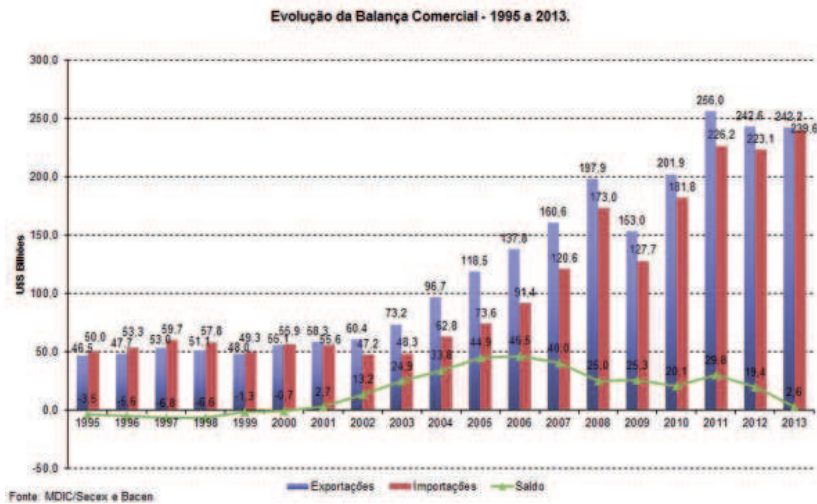
Em 1980, os salários respondiam por 50% da renda nacional. Em 2000, haviam caído para 31%. Atualmente, após 12 anos de governos do PT, a participação dos salários corresponde a cerca de 46% da renda nacional.

TRABALHO DOMÉSTICO FINALMENTE SE EQUIPARA ÀS DEMAIS PROFISSÕES

Em termos de direitos trabalhistas, os governos Lula e Dilma elevaram a outro patamar a profissão de empregada doméstica no Brasil. Se em 1988 houve motivos de comemoração, com o reconhecimento formal da categoria, o que permitiu a organização sindical, apenas em 2006, no primeiro mandato do ex-presidente Lula, ocorreram avanços concretos, com a Lei 12.324/2006 que permitia descanso remunerado em feriados, 30 dias corridos de férias, estabilidade à gestante e proibição do desconto por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia. Aquela lei também estabeleceu dedução no Imposto de Renda do empregador no valor correspondente à contribuição previdenciária sobre um salário mínimo pago por empregada doméstica, a pretexto de aumentar a formalização do trabalho doméstico. Já durante o governo da presidenta Dilma, foi conquistada a promulgação da Emenda Constitucional nº 72/2013, fruto da “**PEC das Domésticas**”, que igualou a categoria às demais profissões em termos de direitos e benefícios.

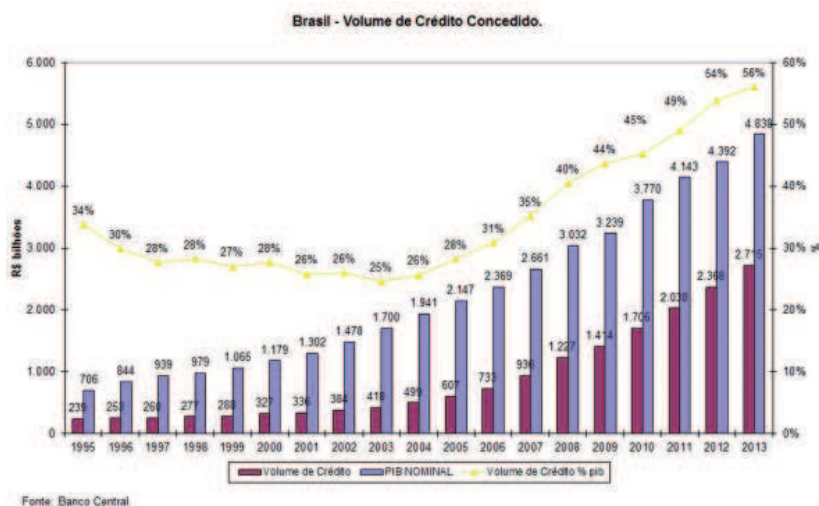
EXPORTAÇÕES QUADRUPPLICARAM NO GOVERNO DO PT

Em janeiro de 2006, com apenas três anos de gestão, Lula alcançou a meta, definida para o primeiro mandato, de duplicar as vendas externas em relação ao governo FHC. **Em 2011, as exportações atingiram US\$ 256 bilhões, estabilizaram-se nos últimos dois anos na faixa de US\$ 242 bilhões – mais de quatro vezes o valor registrado em 2002 (US\$ 60,4 bilhões).** O saldo da balança comercial brasileira (exportações menos importações), antes crescente, tende a se estabilizar em face do pouco dinamismo da economia internacional e a da apreciação do real, entre outros fatores.



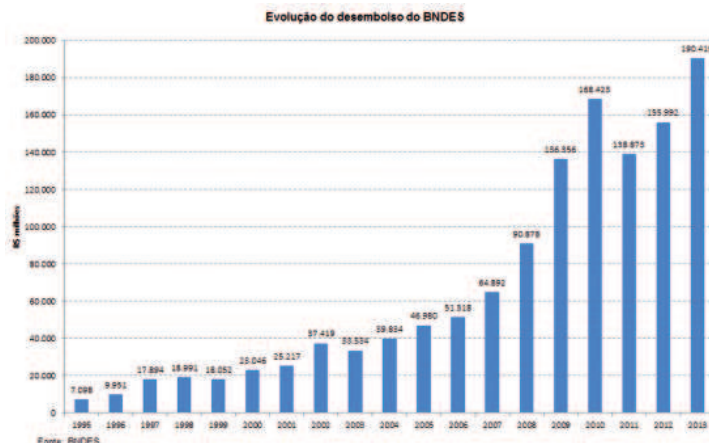
CRÉDITO AUMENTA O CONSUMO E REFORÇA A CIDADANIA

O crescimento do volume de crédito nos Governos do PT teve um papel decisivo no processo de recuperação da economia. Em 2002, último ano de FHC, o volume de crédito representava 26% do PIB. No final de 2013, graças a uma política econômica proativa que incentivou os bancos públicos a aumentar a oferta de recursos, incrementando a competitividade no setor financeiro, o total de crédito no País representou 56% do PIB, um recorde. Essa ampliação propiciou aumento do consumo interno das famílias que não tinham acesso a bens duráveis, além de reforçar substancialmente o financiamento habitacional.



BNDES ELEVA DESEMBOLSO PARA INVESTIMENTOS

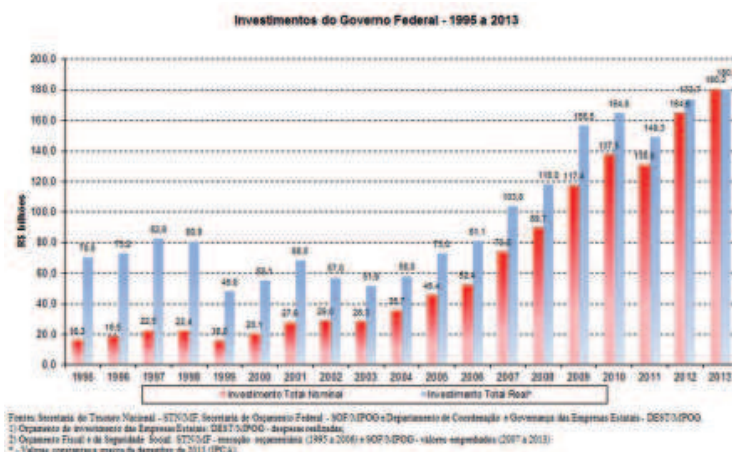
Um dos aspectos marcantes dos Governos do PT foi a retomada da oferta de crédito para o investimento de longo prazo, com o fortalecimento do BNDES. A instituição foi capitalizada e novas linhas de crédito foram criadas, como o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), para combater os efeitos negativos da crise financeira internacional no investimento doméstico. Isso permitiu que o BNDES, nos Governos do PT, aumentasse em cinco vezes os desembolsos para o financiamento do investimento em relação ao governo FHC, saindo de R\$ 37,4 bilhões, em 2002, para R\$ 190,4 bilhões, em 2013.



PAC AMPLIA INVESTIMENTOS PÚBLICOS

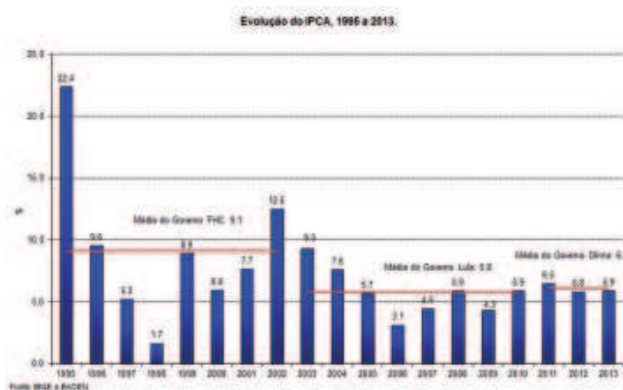
Nos Governos do PT, o Estado passou a ser um agente efetivo do desenvolvimento econômico, em contraste com o governo do PSDB, que reduziu a função do Estado à mera regulação do mercado. Nesse contexto, os investimentos do governo federal cresceram significativamente, sobretudo a partir do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), focalizado na melhoria da infraestrutura. O governo FHC investiu, em média, R\$ 21,6 bilhões, por ano de mandato, em termos nominais.

A média anual dos Governos do PT foi da ordem de R\$ 96 bilhões, ou seja, mais de quatro vezes a média do governo anterior. O Governo Dilma investiu, em termos reais, no ano passado R\$ 180,2 bilhões, mais de 200% o investido em 2002, último ano do Governo do PSDB.

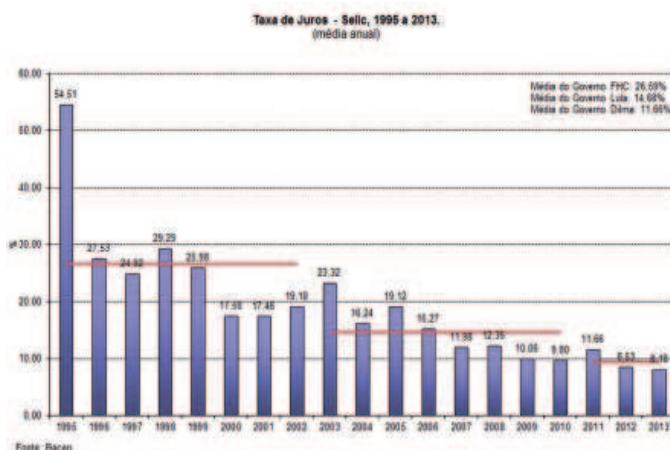


META DE INFLAÇÃO É CUMPRIDA, SEM GERAR DESEMPREGO E RECESSÃO

A imprensa tenta distorcer e atemorizar a população sobre a questão da inflação. Os números desmentem esse noticiário fraudulento. **A inflação tem sido combatida com êxito nos Governos do PT, sem prejudicar o trabalhador com redução de salário e sem medidas ortodoxas defendidas pelo FMI, como fez o governo FHC, prejudicando toda a população brasileira.** A inflação média anual do Governo Lula, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 5,8%. No três primeiros anos do Governo Dilma foi de 6,1% a.a.. Este ano a inflação deve manter-se dentro da meta. **A inflação média dos oito anos do governo FHC foi de 9,1%.** No final de 2002, a previsão de inflação para 2003 era de 42,9%. **Os críticos que afirmam haver descontrole inflacionário esquecem-se de dizer que foi no governo tucano que a meta de inflação teve o maior desvio em relação à meta. Em 2002, a inflação medida pelo IPCA foi de 12,9 % contra uma meta de 5,5%.** Tomando-se a meta de 6,5%, o governo FHC ultrapassou a meta em cinco dos oito anos de governo. Os Governos do PT, em 11 anos, somente em dois ultrapassou a meta (2003 e 2004), em boa parte em função do descontrole herdado da gestão FHC. Em nenhum dos anos do governo Dilma a inflação ficou acima da meta.



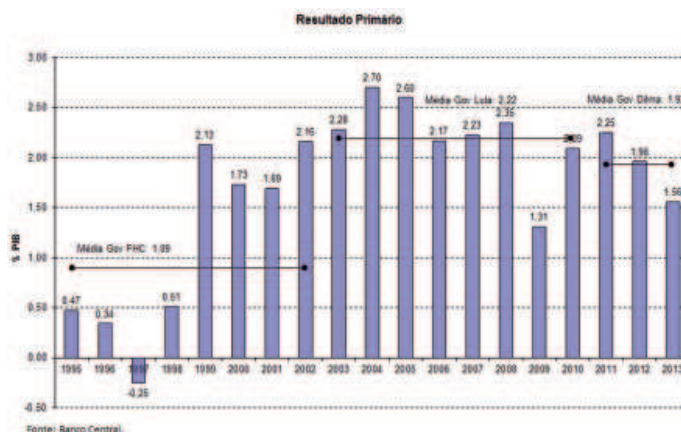
JUROS DO PAÍS SÃO REDUZIDOS



Os Governos petistas conseguiram reduzir a taxa básica de juros da economia (Selic). No governo FHC, que chegou a ter juros de 54,5%, a taxa média foi de 26,59%. No Governo Lula, a média da Selic foi de 14,68%. Na gestão Dilma, não obstante as recentes elevações, a média é a mais baixa da história, da ordem de 11,66% até 2013.

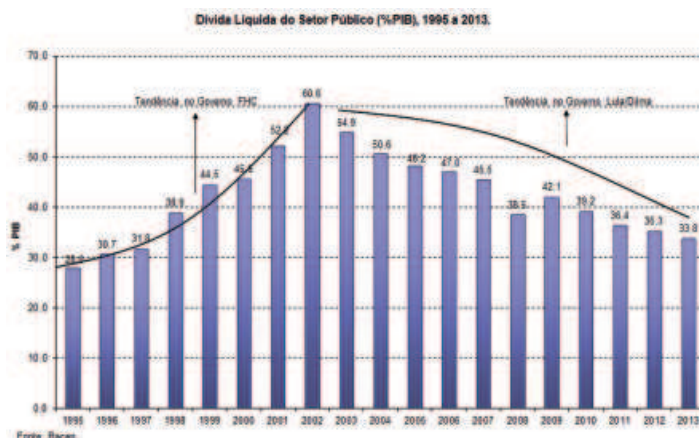
POLÍTICA FISCAL COERENTE E RESPONSÁVEL

Em pleno ano eleitoral os opositores ao PT alardeiam um suposto descontrole fiscal e a necessidade de inflexão na política da gestão das finanças públicas. O gráfico abaixo mostra o compromisso da gestão do PT com o cumprimento da principal meta fiscal, representado pelo resultado primário. O PT nunca deixou de cumprir a meta. O esforço fiscal da gestão petista, quando comparado com o período tucano, além de ser maior é mais consistente. O resultado primário nas gestões lideradas pelo PT foram em média 2,0% do PIB ao ano ante a média de 1,0% verificada na gestão tucana. O resultado desta política está refletido na evolução de outros indicadores, como, por exemplo, o da dívida pública e o do chamado risco país caracterizados mais abaixo.



BRASIL CONTROLA DÍVIDA PÚBLICA

Durante o governo FHC, a dívida líquida pública como percentual do PIB cresceu 7,2% ao ano, saltando de 28,0%, em janeiro de 1995, para 60,6%, em dezembro de 2002. No Governo Lula, a dívida caiu, chegando ao final de 2008 a representar 38,4% do PIB. Em 2009, houve uma elevação em decorrência da crise do capitalismo de 2008. A trajetória de queda voltou a se configurar em 2010 e, no final de 2013, a relação dívida líquida/PIB foi de 33,8%. Na era FHC, a

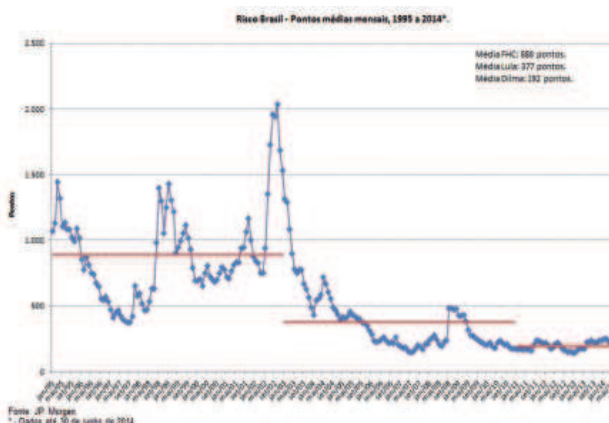


dívida pública líquida do governo federal saltou de R\$ 65,8 bilhões para R\$ 560,8 bilhões, mesmo com os mais de R\$ 80 bilhões obtidos com as antinacionais privatizações. Isto mostra que, ao contrário dos críticos da mídia e da oposição que apregoam um descontrole fiscal, a gestão das finanças dos go-

vernos petistas mostrou-se responsável, melhorando a situação de solvência do país, como mostra o indicador de risco a seguir.

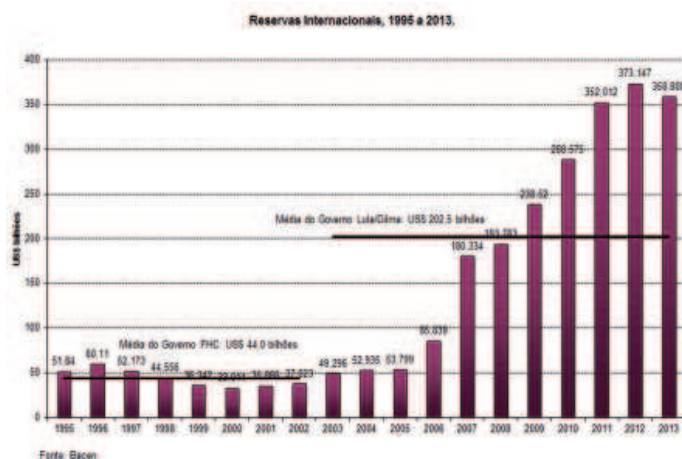
RISCO-PAÍS ATINGE MENOR PATAMAR DA HISTÓRIA

Fruto da política fiscal responsável implementada no Governo do PT, o risco-país saiu de 2.035 pontos em outubro de 2002 e chegou a 195 em junho de 2014. Essa redução implicou na diminuição dos custos de captação de empréstimos das empresas brasileiras e do setor público no exterior, como também propiciou condições para uma maior atratividade de investimento externo.



BRASIL AMPLIA RESERVAS INTERNACIONAIS E FICA LIVRE DO FMI

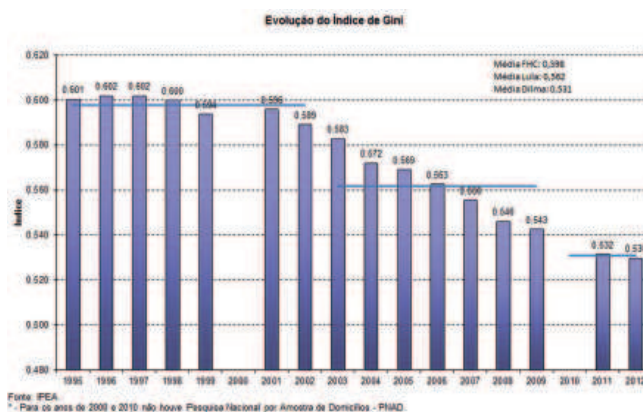
O desempenho positivo da balança de comércio exterior permitiu ao Brasil acumular reservas internacionais. **Nos Governo do PT, as reservas atingiram US\$ 358,8 bilhões no final de 2013.** No final do governo FHC, os baixos níveis das reservas (US\$ 37,8 bilhões) fragilizaram a economia brasileira frente às crises internacionais. O incremento das reservas nos Governos do PT deu condições para que o Brasil saísse da maior crise do capitalismo, desde 1929, fortalecido em relação à maioria dos



países. O Brasil do PT ainda quitou a dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI), passando a ser credor do Fundo. O País nunca mais teve de ir de pires na mão pedir ajuda ao FMI, como era comum no governo FHC, submetendo os interesses nacionais aos ditames do Fundo, com políticas que geravam recessão, desemprego e miséria.

CAI A DESIGUALDADE DA RENDA ENTRE OS BRASILEIROS

O índice que mede a desigualdade de renda (Gini), em 2012, foi o mais baixo desde 1976, revertendo a estabilidade da concentração de renda observada no governo do PSDB/FHC. A melhoria da desigualdade de renda aconteceu em todos os anos dos Governos Lula e Dilma até 2012, último ano com dados disponíveis.



CONCESSÃO X PRIVATIZAÇÃO: UMA COISA É UMA COISA, OUTRA COISA É OUTRA COISA

AS PRIVATIZAÇÕES DE FHC E AS CONCESSÕES DO GOVERNO DILMA

Com o lançamento dos programas de concessões de rodovias, ferrovias, aeroportos e portos, que fazem parte de um amplo plano de investimentos do Estado brasileiro em infraestrutura e logística, os neoliberais e a mídia tentaram colocá-los no mesmo balaio das privatizações de FHC. Chegaram a dizer que o PT havia aderido ao modelo de privatização dos tucanos. Mas são muitas as diferenças entre os dois modelos.

Nos anos do governo FHC, a lógica do neoliberalismo e o “Consenso de Washington” conduziram o Estado brasileiro para a venda, a preço de banana, do patrimônio e das empresas públicas que prestavam serviços nas áreas de infraestrutura em logística. Foi o caso da Companhia Vale do Rio Doce, da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, das operadoras estatais do setor de telecomunicações e algumas empresas do setor elétrico, especialmente as que atuavam na distribuição de energia. Além disso, no último ano do governo FHC, ainda foi extinto o GEIPOT, a instituição responsável pelo planejamento do setor de transportes, deixando-o totalmente desregulado, fracionado e entregue ao famigerado mercado.

É importante destacar que, ao contrário do processo neoliberal, em que o estado se afastou de diversas obrigações e compromissos, o Governo Dilma encarou de frente a sua responsabilidade na área do planejamento de longo prazo da infraestrutura de transportes, criando a EPL - Empresa de Planejamento e Logística, para substituir o CEIPOT.

Há também uma outra diferença conceitual entre privatização e concessão de um serviço público. O ponto está na questão do patrimônio. **Na privatização, o patrimônio é vendido ou transferido para a iniciativa privada. Na concessão, a iniciativa privada explora um serviço e, ao final,**

o patrimônio público retorna para o Estado. Assim, tomando como exemplo os aeroportos concedidos, eles serão, ao final do prazo da concessão, devolvidos à União.

Dessa forma, a presidenta Dilma adotou um ousado plano de investimentos em transportes, com o seguinte modelo: **manteve o Estado na concepção e no planejamento dos serviços, fazendo obras, definindo o que é investimento público e o que é privado e concedendo a empresas, sob controle público, parte dos serviços.** Desta forma, atrai o capital privado, como parceiro dos recursos públicos, sem perder o seu papel constitucional de planejamento.

Ou seja, este novo modelo se contrapõe ao modelo de privatização de FHC, que extinguiu importantes instituições do Estado, vendeu o patrimônio público a preço de banana e abandonou o planejamento e o controle sobre diversos campos dos serviços e da infraestrutura do País.

PAC- BRASIL RESGATA A CAPACIDADE DE PLANEJAR E INVESTIR

PT RESGATA À AGENDA NACIONAL O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM INFRAESTRUTURA E FAZ O BRASIL CRESCER E DISTRIBUIR RENDA

O Brasil atravessou três décadas sem planejamento estratégico em infraestrutura de grande porte. A história começou a mudar quando Lula lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, retomando investimentos em setores estruturantes como energia, transporte, recursos hídricos, mobilidade urbana, urbanização, saneamento, entre outros.

Coordenado pela então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, o PAC gerou emprego e renda e estimulou o investimento público e privado. Eleita presidenta, Dilma ampliou o alcance e os impactos do Programa. O PAC 2 incorporou ações de infraestrutura social e urbana nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer, entre outras, para enfrentar os problemas das grandes cidades brasileiras.

GOVERNO FEDERAL, ESTADOS, MUNICÍPIOS, EMPRESÁRIOS E TRABALHADORES UNIDOS PELO DESENVOLVIMENTO

O sucesso do PAC está na parceria não apenas com a iniciativa privada, mas também com os governos estaduais e municipais, independentemente das siglas partidárias. O Programa beneficia todas as regiões. Estados e municípios participam das seleções de empreendimentos como saneamento, creches e pré-escolas, mobilidade, pavimentação e abastecimento de água, entre outros, que são analisados segundo critérios de relevância e vulnerabilidade social da população local. Os recursos podem vir do Orçamento Geral da União, do financiamento ao setor público e privado e da própria contrapartida liberada por governadores e prefeitos. Como disse Lula em 2010, o PAC é uma “confraria bem intencionada” do Governo Federal com estados, municípios, empresários e trabalhadores.

PAC EXECUTOU R\$ 1,5 TRILHÃO EM OBRAS, QUASE O PIB DA ESPANHA

De 2007 até abril de 2014, o PAC executou cerca de R\$ 1,5 trilhão em obras, recursos semelhantes ao PIB de um país como a Espanha. Em seus primeiros quatro anos, durante o Governo Lula, os investimentos executados pelo Programa foram de R\$ 619 bilhões. E antes mesmo de completar três anos da sua segunda etapa (PAC 2), a execução ficou em R\$ 871,4 bilhões, o equivalente a 84,6% do total previsto para o período 2011-2014. Além de investimentos diretos do Orçamento Geral da União (OGU), entre outros, o PAC conta com recursos de empresas estatais e da iniciativa privada. Dos 871,4 bilhões executados pelo PAC 2, R\$ 231,4 bilhões vieram das empresas estatais e R\$ 168,5 bilhões, do setor privado.

São, entre outras ações, 3.003 km de rodovias concluídos e 7.357 km em obras, 2.545 km de ferrovias em construção, 23.712 MW adicionados ao parque gerador de energia, 19.333 km de novas linhas de transmissão e 24 novos empreendimentos em aeroportos, entre outras ações.

INVESTIMENTOS EM ENERGIA

PRIVATIZAÇÃO, FALTA DE PLANEJAMENTO E CORTE DE INVESTIMENTOS PROVOCARAM APAGÃO DE 2001

Durante os governos Lula e Dilma, o parque gerador brasileiro cresceu 60%, garantindo a energia que o país precisa para continuar crescendo. O governo Fernando Henrique/PSDB, ao contrário, promoveu o maior apagão da história. Os tucanos privilegiaram o corte de investimentos, o enxugamento da máquina pública e a privatização de estatais, inclusive as de distribuição de energia.

Um dos resultados mais nocivos desse modelo foi o apagão de 2001, que deixou os brasileiros à base de lamparinas e velas. A pequena quantidade de chuva para suprir os níveis das poucas usinas hidrelétricas então existentes, combinada com a falta de investimentos em novas hidrelétricas e linhas de transmissão, condenou os brasileiros ao racionamento. Quem utilizava mais de 100kwh era obrigado a cortar 20% de seu consumo, para evitar aumento no valor da conta. Em caso de reincidência, o governo do PSDB mandava cortar a luz do “infrator”.

AÇÕES DE LULA E DILMA AFASTARAM RISCO DE NOVO RACIONAMENTO

LULA ASSUMIU A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA COM O PAÍS E A POPULAÇÃO AINDA TRAUMATIZADOS PELO APAGÃO DE 2001

Os primeiros anos de governo Lula foram essenciais para organizar e estabelecer novas metas para o Brasil, inclusive de investimentos na geração e na transmissão de energia. O consumo consciente continua importante, mas o risco de um novo apagão está cada vez mais distante. O Brasil conta hoje com a energia necessária para crescer e abastecer o parque industrial, o agrone-

gócio e as localidades mais remotas, além de atender a quem está melhorando de vida e conquista acesso a bens e confortos antes impensáveis.

EM VEZ DE APAGÃO, ENERGIA MAIS BARATA PARA TODOS

Com novas hidrelétricas prontas e outras a caminho, quilômetros de novas linhas de transmissão entregues e muitos ainda em construção, a presidenta Dilma teve condições de, em 2012, anunciar a redução da tarifa de eletricidade para todos: consumidores residenciais tiveram uma redução média de 16,2% e empresários, entre 19% e 28%.

Ações do PAC em Energia



Fonte: Ministério do Planejamento

MATRIZ ENERGÉTICA LIMPA, RENOVÁVEL E DIVERSIFICADA

Com Lula e Dilma, o Brasil tornou-se um dos países com maior capacidade de geração de energia limpa no mundo. Entre 2003 e 2014, retomamos a construção de grandes usinas hidrelétricas e o parque gerador brasileiro ganhou cerca de 49.000 MW, um crescimento de 60% em relação à capacidade instalada em 2002. Somente o PAC, em suas duas fases, aumentou a capacidade de geração instalada em 23.712 MW, o suficiente para abastecer quase 38 milhões de brasileiros. Entre as usinas hidrelétricas concluídas estão Jirau, Santo Antônio e Rondon (RO), Dardanelos (MT), São Domingos (MS), Passo São João, São José e Garibaldi (RS), Mauá (PR), Simplício (RJ) e Estreito (MA).

Somente Jirau é capaz de gerar o bastante para abastecer 10 milhões de casas. A obra estimulou a criação de 12 mil empregos diretos e 30 mil indiretos, dando preferência sempre para a mão-de-obra local. Belo Monte (PA), obra que em abril de 2014 chegou a 49,5% de execução, terá 11.233 MW de capacidade instalada quando 100% em operação, o que está previsto para 2015. A energia gerada por Belo Monte será suficiente para atender cerca de 21 milhões de pessoas, o equivalente a mais de três cidades com a população igual à do Rio de Janeiro.

ENERGIA EÓLICA, A FORÇA DOS VENTOS NUMA NOVA MATRIZ ENERGÉTICA

O PAC investe também em fontes alternativas, para fortalecer o Sistema Interligado Nacional (SIN). Ao fim de 2006, ano anterior ao lançamento do PAC, a capacidade instalada de usinas eólicas era de 237 MW. Em 2014, potência instalada chegou a 3.106 MW. O Brasil tem hoje uma centena de usinas em operação, com capacidade suficiente para atender 2 milhões de pessoas.

LINHAS DE TRANSMISSÃO CONCLUÍDAS PELO PAC 2 DARIAM PARA UNIR MANAUS A LONDRES

Toda essa nova energia gerada pelas obras estruturantes precisa de linhas de transmissão para abastecer e fortalecer o Sistema Interligado Nacional (SIN). Graças ao PAC, o sistema elétrico brasileiro hoje interliga todas as regiões do Brasil, otimizando e racionalizando a distribuição e garantindo segurança energética à população brasileira. O PAC 2 concluiu 35 linhas entre 2011 e 2013, totalizando 10.194 km de extensão, mais do que o suficiente para ir de Manaus, no Amazonas, até Londres, Inglaterra. Outras 39 linhas de transmissão estão em obras, totalizando mais 11.182 km de interligações.

INVESTIMENTOS DOS GOVERNOS LULA E DILMA EM TRANSMISSÃO DE ENERGIA EVITAM REPETIÇÃO DO APAGÃO DE 2001

Quando concluída, a Interligação Manaus-Boa Vista, que também é obra do PAC, permitirá conectar o último estado brasileiro ainda não ligado ao SIN – Roraima. Nos últimos anos, os investimentos dos governos Lula e Dilma fizeram do sistema interligado brasileiro um dos maiores do mundo e afastaram uma das causas do apagão de 2001: na época, por falta de linhas de transmissão, a energia excedente da região Sul acabava desperdiçada, enquanto os brasileiros do Sudeste sofriam o racionamento imposto pelo governo do PSDB.

COMO DILMA LIVROU O RIO GRANDE DO SUL DO RACIONAMENTO DE 2001

Ao assumir a secretaria de Minas e Energia, em 1999, no início do governo Olívio Dutra (PT), Dilma Rousseff tomou para si a tarefa de acabar com os apagões que atormentavam a população gaúcha. Até então, o Rio Grande do Sul cortava fornecimento de energia mesmo em condições de consumo normal. Dilma reuniu as empresas públicas e privadas do setor para definir os investimentos necessários em infraestrutura energética, incluindo novos projetos em transmissão, geração e distribuição. **Resultado: o Rio Grande do Sul escapou do apagão de 2001**, imposto e provocado pelo governo Fernando Henrique, e até hoje a capacidade de atendimento supera o pico de consumo de energia do estado. O sucesso de Dilma na luta contra o apagão gaúcho levou o então presidente Lula a nomeá-la ministra de Minas e Energia, cargo que deixou para ocupar a Casa Civil da Presidência da República, de onde sairia para disputar e vencer a

eleição de 2010, garantindo segurança energética ao Brasil e aos brasileiros.

LUZ PARA 15 MILHÕES DE BRASILEIROS QUE VIVIAM NA ESCURIDÃO

Para garantir que toda a energia gerada e transmitida chegue a quem ainda vive na escuridão, o governo federal criou e incluiu no PAC o **Programa Luz para Todos**. Já foram realizadas mais de 3 milhões de ligações de energia elétrica, garantindo mais qualidade de vida, conforto e capacidade produtiva para 15 milhões de pessoas.

PAC, PRÉ-SAL E O RENASCIMENTO DA INDÚSTRIA NAVAL

Os investimentos do PAC garantem as condições e os equipamentos para a exploração e o desenvolvimento da produção nos campos de petróleo em terra e no mar, com destaque para o Pré-Sal. As ações vão da perfuração de poços à criação do Programa de Modernização e Expansão da Frota de Petroleiros (Promef I e II), que tem como premissa a construção de navios com índice de nacionalização de, no mínimo, 65%. Até dezembro de 2013, sete navios de grande porte haviam sido entregues. O Promef tem outros 14 navios em construção, somando 46 embarcações já contratadas.

Apenas em 2013, foram entregues nove plataformas construídas com tecnologia nacional. Com o PAC e o Pré-Sal, a indústria naval brasileira, sucateada pelos governos do PSDB (Fernando Henrique Cardoso), emprega hoje 80 mil trabalhadores.

Na área de Refino e Petroquímica, o PAC vem realizando obras importantes nas mais diversas regiões do país. Já foram concluídos 13 empreendimentos de modernização e ampliação, enquanto seguem em bom andamento a construção de três grandes refinarias: Abreu e Lima (PE), Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e Premium I (MA).

INVESTIMENTOS EM LOGÍSTICA

PAC RETOMA INVESTIMENTOS EM RODOVIAS, FERROVIAS, PORTOS E AEROPORTOS; MODERNIZA LOGÍSTICA NACIONAL E REDUZ O CUSTO BRASIL

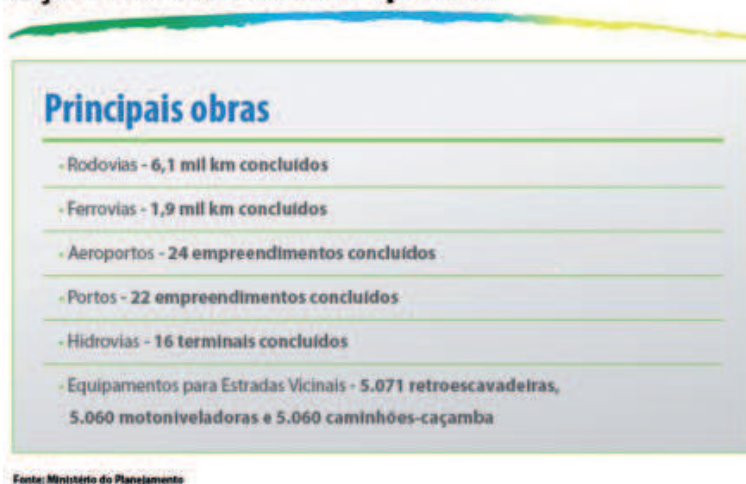
O PAC investe fortemente na integração do País, eliminando gargalos logísticos e ampliando a malha de transportes. Os investimentos em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos permitem que a produção nacional reduza custos e se torne mais competitiva nos mercados interno e externo. Até dezembro de 2013, o valor total de ações concluídas do PAC na área de Transportes foi de R\$ 43,8 bilhões.

RODOVIAS MELHORES E MAIS SEGURAS

Um dos principais meios de transporte logístico e turístico brasileiro ainda são as rodovias. E elas precisam de manutenção constante, modernização e segurança, além da construção de muitos

e muitos quilômetros para responder às necessidades do crescimento do país. Desde 2007, foram construídos ou duplicados 6,1 mil km de rodovias em todo o Brasil. Só o PAC 2 concluiu cerca de 3 mil km. Outros 7,2 mil km estão em andamento, sendo 2,6 mil km de duplicação e adequação e 4,6 mil km de construção e pavimentação. Também fazem parte do PAC os Contratos de Restauração e Manutenção Rodoviária (Crema), um tipo de manutenção mais ampla e de longo prazo, que garante mais qualidade para as rodovias. O Crema representa 69% dos 49.725 km contratados.

Ações do PAC em Transportes



MALHA FERROVIÁRIA CRESCE PARA O BRASIL CRESCER

Na inauguração do Projeto Expansão Malha Norte, em Rondonópolis (MT), em setembro de 2013, a presidenta Dilma destacou o atraso brasileiro na logística e interiorização ferroviária, em relação a muitos países do mundo que realizaram fortes investimentos no setor desde o século 19. Dilma lembrou que só agora, no século 21, “estamos correndo atrás para eliminar essa imensa fragilidade da estrutura logística do Brasil, que é um país continental, exportador de alimentos, com um grande agronegócio, com um poderio mineral e uma imensa capacidade de intercomunicação com mercados diversificados que precisam de ligação interna sem estrutura ferroviária”.

Ao assumir o primeiro mandato, o presidente Lula afirmou que voltaria a investir na logística brasileira e, portanto, nas ferrovias nacionais. Foi preciso voltar a planejar para reconstruir mais um setor que estava abandonado e sem perspectivas. A partir de 2007, com o PAC, os projetos começaram a sair do papel, com mais agilidade e orçamento garantido. Desde o início do PAC, o Brasil ganhou 1,9 mil km de ferrovias. Só o PAC 2 concluiu 1.053 quilômetros. **Entre os destaques, estão a conclusão de 410 km da ferrovia Norte-Sul, trecho Palmas (TO) e Anápolis (GO), 96 km da Transnordestina, trecho Missão Velha-Salgueiro (PE) e 84 km da Ferronorte, no trecho entre Rondonópolis e Alto Araguaia (MT).** Outros 2.545 km estão em andamento.

Ferrovia Norte-Sul



No governo Lula, a ferrovia Norte-Sul teve seu trecho norte todo concluído, ligando Açailândia (MA) a Palmas (TO), com investimentos de R\$ 3,41 bilhões. No PAC 2, com Dilma, as obras seguem para completar o trecho sul, que liga Palmas (TO) a Estrela d'Oeste (SP). Da capital do Tocantins até Anápolis (GO), um trecho de 854,8 km está concluído, e de Ouro Verde (GO) a Estrela d'Oeste (SP), são 682 km com obras em estágio avançado.

PORTOS CADA VEZ MAIS MODERNOS E EFICIENTES

Nos portos brasileiros, outro setor imprescindível para o sucesso logístico e alavancagem da economia brasileira, sobretudo por causa das exportações, o PAC investe em projetos de recuperação, alargamento, dragagem de aprofundamento e de construção de terminais de passageiros. Até o primeiro semestre de 2014, 22 empreendimentos foram concluídos, entre eles a dragagem de aprofundamento do acesso aquaviário do Porto de Vitória (ES), o reforço do píer de acostagem do Alamoia, no Porto de Santos (SP), e os terminais de passageiros que atenderam a demanda durante a Copa de 2014 nas cidades de Salvador (BA), Fortaleza (CE) e Natal (RN).

MAIS E MELHORES AEROPORTOS, PARA UM NÚMERO CADA VEZ MAIOR DE PASSAGEIROS

Em 2003, 33 milhões de passageiros voaram a partir dos aeroportos do país. Em dezembro de 2013, com a expansão da classe média, esse número subiu para 133 milhões de passageiros. Para atender com qualidade essa crescente demanda, o PAC concluiu 24 empreendimentos em todo o País, ampliando a capacidade dos aeroportos brasileiros em mais de 15 milhões de passageiros ao ano. Outros 18 aeroportos estavam em obras no início de 2014.

Além de obras realizadas com investimentos do governo federal, foram realizados leilões de concessão de seis aeroportos: em 2011, o de São Gonçalo do Amarante (RN); em 2012, os de Guarulhos (SP), Campinas (SP) e Brasília (DF); e em 2013, os de Confins (MG) e Galeão (RJ). Ao todo, as concessões resultarão em investimentos da ordem de R\$ 26 bilhões nestes aeroportos.

No formato de concessão, que é muito diferente de privatização, a iniciativa privada detém 51% das ações do aeroporto, enquanto 49% pertencem à Infraero. Além disso, a estatal continua a receber dividendos provenientes desta participação acionária e recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), exclusivamente voltados para a realização de investimentos nos demais aeroportos por ela administrados. Ao final do prazo de concessão, os aeroportos voltarão para o controle do Estado.

A capacidade instalada de nossos aeroportos cresceu 191% entre 2002 e 2013, passando de 97,9 milhões para 285 milhões de passageiros por ano.

EQUIPAMENTOS FACILITAM ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Outra ação estratégica do PAC é a entrega dos equipamentos para estradas vicinais. Retroescavadeiras, moto-niveladoras e caminhões são doados às prefeituras de municípios de até 50 mil habitantes e do semiárido, para a manutenção das estradas que ligam as áreas rurais aos centros urbanos, necessárias para o escoamento da produção sobretudo da agricultura familiar, grande responsável por abastecer a mesa dos brasileiros. Até maio de 2014, foram entregues 5.071 retroescavadeiras, 5.060 motoniveladoras e 5.060 caminhões-caçamba.

INVESTIMENTOS EM DESENVOLVIMENTO URBANO

CRECHES, PRÉ-ESCOLAS, UPA'S E CENTROS ESPORTIVOS SÃO INTEGRADOS AO PAC E TÊM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PROTEGIDOS DE CORTES E RETENÇÕES

Acesso a serviços como transporte público, postos de saúde, bibliotecas e escolas, ruas pavimentadas e bem iluminadas, moradias dignas com esgoto tratado e devidamente canalizado: para os Governos Lula e Dilma, é o mínimo a que todo cidadão brasileiro tem direito. Assim, ações dessa natureza passaram a fazer parte do PAC 2, que deu continuidade aos investimentos em infraestrutura geral da primeira etapa do programa, incluindo uma atenção especial aos principais problemas das regiões metropolitanas brasileiras. Essas obras passaram a fazer parte do PAC também porque, pelas regras do programa, seus recursos não podem sofrer cortes ou restrição orçamentária, e os processos de seleção e de financiamento são mais ágeis. O governo federal disponibiliza os recursos, mas cabe aos governos estaduais e municipais executarem as obras.

Atualmente, fazem parte do PAC 2 ações de urbanização de assentamentos precários, pavimentação, mobilidade urbana, drenagem, contenção de encostas, construção e ampliação de Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs 24h) e Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como de creches, pré-escolas, centros de esporte, cultura e lazer.

SANEAMENTO, ABASTECIMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA, URBANIZAÇÃO: DIREITOS BÁSICOS DE TODO CIDADÃO

Considerado, por Lula e Dilma, direito social básico de todo cidadão, o saneamento é uma das prioridades do governo federal, pela sua importância na prevenção de doenças e na garantia de mais saúde para a população. Mas saneamento vai além do tratamento de esgoto; é também água tratada, drenagem e política de resíduos sólidos.

No governo tucano de FHC, anterior a Lula, o maior orçamento para saneamento liberado e comprometido pelo Orçamento Geral da União foi de apenas **2,8 R\$ bilhões**, em 2001. **De 2003 em diante, o orçamento só cresceu, chegando a quase R\$ 9 bilhões comprometidos em 2012**, sem contar os investimentos liberados via financiamento.

Entre 2007 e 2009, foram contratadas 3.313 obras de saneamento do PAC, somando investimentos de R\$ 24,8 bilhões, que beneficiarão 7,6 milhões de famílias em 1.923 municípios dos 26 estados brasileiros e do DF. Destes empreendimentos, 1.130 foram concluídos até abril de 2014.

Investimentos do PAC em Saneamento

Ações de saneamento do eixo Cidade Melhor em três anos do PAC 2



Até o primeiro semestre de 2014, o PAC 2 selecionou 4.635 empreendimentos, dos quais 54% já estão contratados. São R\$ 25,2 bilhões em obras de esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e saneamento integrado, que irão atender 3.613 municípios em todo o Brasil. Desses empreendimentos, 46% estão em obras.

Em pavimentação e qualificação de vias, 280 municípios e cinco estados têm obras contratadas pelo PAC 2, num total de R\$ 6,5 bilhões em investimentos. Em 2013, foram selecionados mais 1.222 empreendimentos em cerca de 1 mil municípios em todo o Brasil, totalizando R\$ 13,2 bilhões em investimentos na melhoria e qualificação de ruas e acessos urbanos.

Outra importante ação do PAC é a urbanização de regiões em situação precária. Entre 2007 e 2009, foram contratados 3.151 empreendimentos, no valor total de R\$ 20,5 bilhões para atendimento a essas áreas. Até dezembro de 2013, 1.410 deles já estavam concluídos. A partir de 2011, já na segunda etapa do PAC, mais 432 ações de urbanização foram contratadas, garantindo R\$ 12,6 bilhões de investimentos que beneficiarão 590 mil famílias em 345 municípios de 26 estados.

AÇÕES DO PAC CONTRIBUÍRÃO PARA PREVENIR DESLIZAMENTOS E EFEITOS DE ENCHENTES EM ÁREAS DE RISCO

Desde 2007, o PAC realizou centenas de seleções de empreendimentos de drenagem e contenção de encostas, com o objetivo de reduzir o risco em áreas que sofrem com um histórico de deslizamentos e enchentes. Da primeira seleção de projetos de drenagem, realizada entre 2007 e 2009, investimentos de R\$ 5,3 bilhões em 211 empreendimentos beneficiarão 114 municípios de 18 estados. Essas obras estão com execução média de 62%. Já na seleção de 2011 para o mesmo tipo de empreendimento, foram contratados 132 projetos com um investimento total de R\$ 3,7 milhões, em 114 municípios de 18 estados, com execução média de 86%. As obras na região serrana do Rio de Janeiro, por exemplo, começaram no primeiro semestre de 2013 e significam um investimento de R\$ 521,2 milhões nas cidades de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis.

Em 2011, o PAC 2 realizou a primeira seleção de empreendimentos de contenção de encostas. Foram selecionados 109 projetos, que beneficiarão 68 municípios em dez estados, com investimentos de R\$ 583 milhões. Desses empreendimentos, 98% estão em execução. Em 2012 e 2013, o Plano de Gestão em Risco selecionou mais 39 empreendimentos de contenção, que contarão com R\$ 1,7 bilhão de recursos distribuídos entre 41 municípios de seis estados.

PAC TAMBÉM É SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

A partir de 2011, a segunda etapa do PAC passou a investir também em áreas como saúde, educação, esporte, cultura e lazer. Até 2013, o programa contratou a construção ou ampliação de 15.095 Unidades Básicas de Saúde, com investimentos de R\$ 3,8 bilhões, que irão atender 4.225 municípios de todos os estados brasileiros. Destas, 10.759 estão em obras e 2.432 já foram concluídas. Foram contratadas ainda 495 novas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs 24h), com investimento de R\$ 1 bilhão.

APOIOS ÀS CRIANÇAS, PARA CRESCEREM MAIS SAUDÁVEIS

Quanto mais cedo a criança é estimulada e educada, maiores chances ela tem de se tornar um adulto bem-sucedido. Pensando nisso, em 2007 o governo Lula criou o ProInfância, Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, que, a partir de 2011, no Governo Dilma, passou a integrar o PAC 2.

Até maio de 2014, os Governos Lula e Dilma contrataram 8.579 creches e pré-escolas, das quais 2.056 foram concluídas. O PAC 2, sozinho, contratou 6.036 unidades, para atender 2.702 municípios em todos os estados. O investimento é de R\$ 6,6 bilhões. Destas, 30% estão em obras e 592 foram concluídas.

O PAC 2 promove também a construção de quadras esportivas escolares para a prática de atividades físicas, lazer e integração dos alunos. Foram contratadas 9.492 obras em 3.238 municípios de 26 estados e no Distrito Federal, totalizando R\$ 3,1 bilhões de investimentos. Cerca de 5 milhões de alunos serão beneficiados.

A segunda etapa do programa também criou dois tipos de projetos especialmente voltados para áreas de vulnerabilidade social nas cidades brasileiras: os Centros de Artes e Esportes Unificados (Ceus) e os Centros de Iniciação ao Esporte (CIE).

O objetivo dos Ceus é promover a cidadania nesses territórios, valorizando as diversas expressões artísticas. Eles contarão com bibliotecas, quadras poliesportivas, cineteatros, telecentros e espaços para exposição, políticas de prevenção à violência e inclusão digital, além de Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e espaços para qualificação voltada ao mercado de trabalho. Até abril de 2014, foram contratadas 348 unidades em 318 municípios, em todos os estados do Brasil. Dos projetos contratados, 92% estão em obras e 8% foram concluídos.

Já os Centros de Iniciação ao Esporte fazem parte do legado de infraestrutura esportiva dos Jogos Olímpicos de 2016. Foram selecionadas 285 unidades em 263 municípios de todas as regiões brasileiras, com investimentos de R\$ 967 milhões. Os CIEs incentivarão a prática de esportes em áreas de vulnerabilidade social e oferecerão equipamentos para a identificação de talentos e formação de atletas. Neles, poderão ser desenvolvidas até 13 modalidades olímpicas e seis paraolímpicas.

INCLUSÃO DIGITAL GARANTIRÁ MAIOR AGILIDADE A PEQUENOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Com o objetivo de melhorar a qualidade da gestão e dos serviços públicos, o PAC 2 criou o Cidades Digitais. A ação irá investir R\$ 201,7 milhões na inclusão digital de 262 municípios selecionados em 2013 por meio da instalação de redes, sistemas e pontos públicos de acesso à internet.

POLÍTICA EXTERNA

BRASIL ALCANÇA UM OUTRO PATAMAR NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Aqueles que querem negar as iniciativas internacionais ocorridas em período recente no Brasil costumam afirmar que a política externa pouco muda, pois ela reflete interesses de longo prazo do Estado-Nação e não anseios imediatos de governos. Ora, a política externa, como qualquer política, é instituída com base nos anseios da sociedade aferidos por eleições democráticas. É esse processo democrático periódico que baliza a definição dos interesses de longo prazo do Estado. A política externa nunca existiu num vácuo político. Assim, os Governos do PT inauguraram uma nova fase histórica da política externa do País. Não se trata apenas de ênfase maior ou menor em conceitos e linhas de ação preexistentes, mas sim de ponto de inflexão que vem resultando na constituição de novo paradigma balizador da nossa inserção no cenário mundial. Talvez seja exagerado dizer que houve ampla ruptura, mas ocorreu, com certeza, substancial salto qualitativo que deu maior consistência e assertividade ao protagonismo internacional do país.

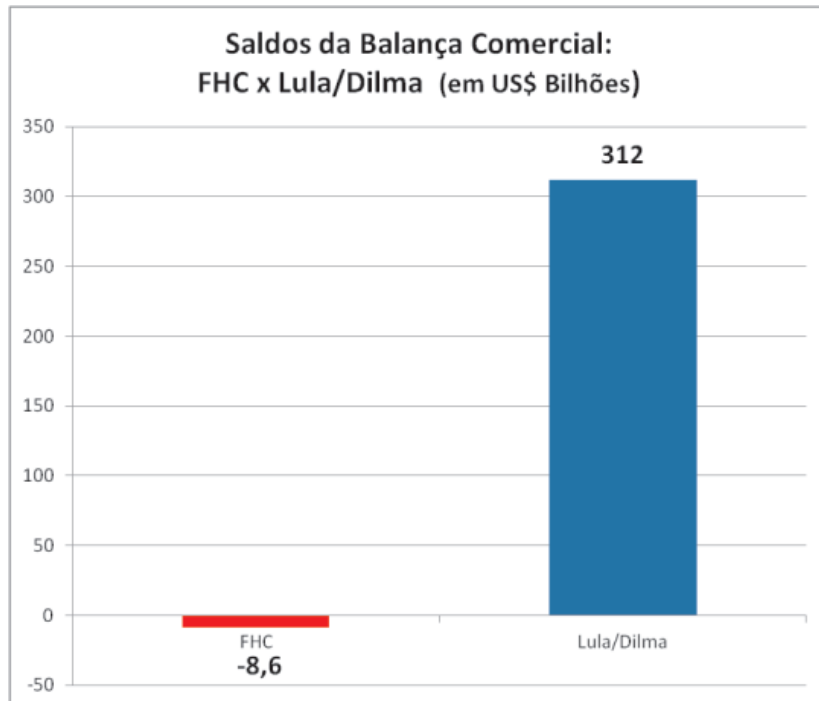
NOVAS DIRETRIZES DA DIPLOMACIA ALAVANCAM COMÉRCIO EXTERIOR

Os resultados das diretrizes e ações da nova política externa brasileira se fizeram sentir, no campo econômico, na geração de volumosos superávits comerciais, que contribuíram decisivamente para a superação da vulnerabilidade externa de nossa economia e a criação de uma verdadeira estabilidade macroeconômica no Brasil, as quais possibilitaram o surgimento de um novo ciclo de desenvolvimento. Foi o oposto do governo do PSDB, marcado por substanciais déficits, endividamento externo e constantes déficits em transações correntes. Muito embora esses superávits tivessem sido obtidos em uma conjuntura favorável do comércio internacional, é preciso enfatizar que **a participação do Brasil superou em muito a média de crescimento do comércio mundial, o que evidencia a competência e o acerto das diretrizes da nova política externa, particularmente no que tange à diversificação das parcerias estratégicas e à ênfase na cooperação Sul-Sul.**

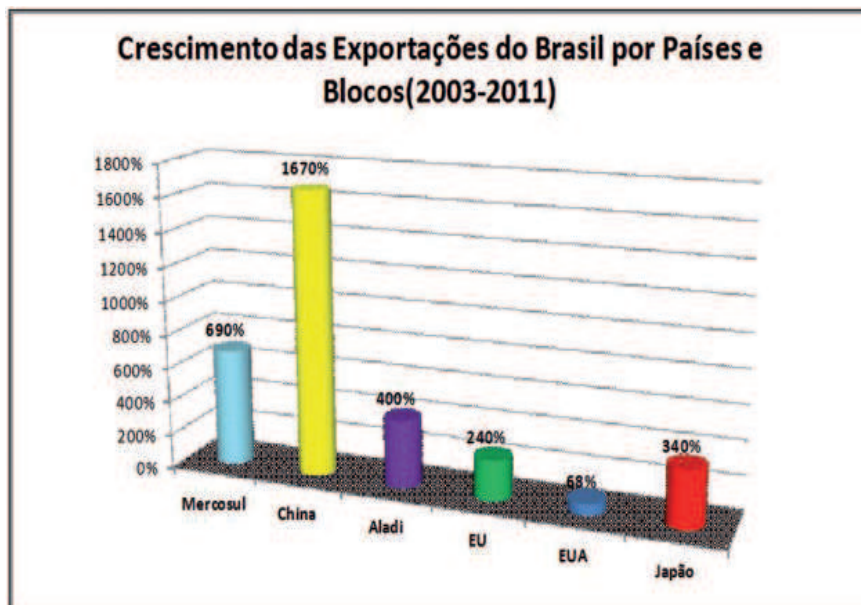
Tivessem prevalecido as diretrizes anteriores, que colocavam ênfase nas relações com os países mais desenvolvidos, especialmente com os EUA, esses superávits não teriam sido tão alentados, uma vez que o crescimento do comércio exterior nos países industrializados foi inferior ao da média mundial. Ademais, os mercados desses países já eram bastante explorados por nossas empresas, que neles enfrentavam (e enfrentam) concorrência muito grande e um sem número de barreiras não-tarifárias, as quais limitavam e limitam *a priori* ganhos substanciais. O êxito comercial e econômico dessa nova política externa fica mais bem evidenciado com os gráficos abaixo discriminados.



Fonte: MDIC



Fonte: MDIC



Fonte: MDIC

NÚMEROS CONFIRMAM ACERTO DA NOVA DIPLOMACIA

As informações contidas nesses gráficos, assim como informações complementares, demonstram que:

- a. As exportações brasileiras cresceram efetivamente num ritmo bem superior à média mundial, no período considerado, muito embora elas tenham parado de aumentar a partir de 2012.
- b. Em relação ao período anterior aos governos do PT, passou-se de uma situação de estagnação ou baixo crescimento das exportações, com altos déficits comerciais, para uma situação de intenso crescimento das exportações, com grandes superávits.
- c. O grande aumento das exportações tem relação com a ênfase na cooperação Sul-Sul, no Mercosul e integração regional e nas parcerias estratégicas com países emergentes, já que os países em desenvolvimento cresceram mais, em média, que os países desenvolvidos.

Dessa maneira, mudou-se o perfil do nosso comércio exterior. Antes, tínhamos um fluxo de comércio muito concentrado em países desenvolvidos. Hoje, aproveitando bem as mudanças ocorridas na geoeconomia mundial, que beneficiaram os países emergentes, temos um fluxo de comércio mais robusto com os países em desenvolvimento, os quais mantêm um dinamismo econômico maior, nessa conjuntura de crise mundial. Isso pode ser claramente observado nos dois gráficos:



Fonte: MDIC



Fonte: MDIC

COM O PT, BRASIL ESTREITOU RELAÇÕES COM A AMÉRICA LATINA

Os ganhos não se limitaram ao campo econômico-comercial. Os avanços político-diplomáticos do Brasil ao longo desse período foram também muito significativos. O fortalecimento, ainda que parcial, do **Mercosul** e os inegáveis avanços na integração da América do Sul e da América Latina, expressados na criação da **Unasul** (União de Nações Sul-americanas) e da **Celac** (Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos), consolidaram a liderança regional do Brasil e tendem a contribuir para a geração de um entorno mais próspero, que beneficia enormemente o país. Ademais, esses avanços serviram também para tornar o nosso subcontinente uma área mais capacitada para resolver seus próprios conflitos e, portanto, menos propensa a sofrer intervenções indevidas de potências externas.

No plano multilateral, a criação do G20, na OMC, a paciente e firme construção de parcerias estratégicas com países emergentes e a ênfase na cooperação Sul-Sul, além dos avanços econômicos e sociais internos, contribuíram para elevar substancialmente o protagonismo internacional do Brasil. Com efeito, hoje é impossível se pensar na discussão de quaisquer temas mundiais sem a participação do Brasil como interlocutor de primeira linha. O nosso país tem agora atuação decisiva em todos os foros e foi de fundamental importância na transformação do G8 em G20 e no enfrentamento global da crise financeira.

ACORDOS QUE SUBMETIAM PAÍS AO EXTERIOR FORAM DESATIVADOS PELO PT

Um ponto em que a nova política externa foi de extrema relevância refere-se à reversão do processo de fragilização do País propiciado pela política externa anterior, do PSDB. Assim, a nova política externa desmontou a armadilha criada com as negociações da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), que ameaçava submeter o Brasil a uma dependência definitiva e extremamente danosa, sepultou de vez o famigerado Acordo de Alcântara, que colocava o programa espacial brasileiro na órbita do programa espacial norte-americano e impedia, na prática, o desenvolvimento do nosso veículo lançador, e rejeitou os acordos bilaterais de promoção e proteção recíproca de investimentos, que continham obstáculos praticamente intransponíveis à implantação de políticas autônomas de industrialização e desenvolvimento. Assim, o círculo vicioso anterior de aumento da fragilidade econômica e diminuição do protagonismo internacional foi substituído por um círculo virtuoso de fortalecimento econômico-social e incremento da projeção de nossos interesses no exterior.

BRASIL SUPEROU NEOLIBERALISMO, COM POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

No período neoliberal do PSDB, a adesão aos ditames do Consenso de Washington e aos imperativos da globalização assimétrica, levou o país a: **1)** Colocar a relação bilateral com os EUA como seu eixo estruturante básico. O relacionamento com a superpotência única deveria ser prioridade, já que o acesso exitoso à nova ordem mundial dependeria, obviamente, da adoção de ações e políticas consentâneas com os interesses dos EUA. **2)** Dar prioridade à dimensão Norte-Sul

de seu relacionamento exterior, em detrimento da dimensão Sul-Sul. O eixo vertical da política externa passaria a predominar sobre o seu eixo horizontal. Uma vez que a prosperidade adviria essencialmente da ampliação do comércio com os países desenvolvidos e da capacidade de atrair investimentos externos oriundos das nações detentoras de capital, era vital orientar a política externa em relação ao Norte industrializado. **3)** Substituir a busca do que convencionou chamar na época de “autonomia pela exclusão”, consequência do desenvolvimento relativamente autônomo ditado pelo paradigma do Estado Desenvolvimentista, pela busca da “autonomia pela integração”, isto é, pela inserção do país nos cânones emanados da nova ordem internacional.

Com os Governos do PT, a partir de 2003, houve forte mudança de inflexão da nossa política exterior, a qual passou a apresentar as seguintes características básicas:

a) - *A promoção do desenvolvimento nacional relativamente autônomo passa a ter de novo centralidade na condução da política exterior.*

b) - *A superação da vulnerabilidade externa da economia se torna prioridade absoluta e o país, como no passado pré-neoliberalismo, busca ativamente obter vultosos superávits comerciais.*

c) - *O comércio exterior que, no quadro do ajuste externo, havia se convertido em uma variável dependente da política de combate à inflação e de estabilidade monetária, voltou a ser colocado a serviço do estímulo à produção interna e à geração de empregos e divisas.*

d) - *O eixo horizontal (Sul-Sul) passa a ter prioridade, sem que se abandonem as relações do eixo vertical (Norte-Sul). Na realidade, esses dois eixos são conduzidos articuladamente, evitando-se antigos pseudodilemas.*

e) - *Ao princípio da “não-intervenção” é agregado o princípio da “não-indiferença”, o qual pavimenta uma participação mais ativa do Brasil em questões mundiais, especialmente hemisféricas, como nos exemplos da missão da ONU no Haiti e da defesa da democracia em Honduras e no Paraguai.*

f) - *As relações com os EUA, após a grande frustração dos anos 90, são colocadas em um patamar mais realista e menos “ideologizado”, sendo conduzidas em base pragmática, calçada na negociação soberana de interesses concretos.*

g) - *Há renovada ênfase no Mercosul, inclusive com a recuperação de seu sentido estratégico, e na integração da América do Sul.*

h) - *A “autonomia pela integração” é substituída pelo o que se denominou de “autonomia pela diversificação”, isto é, pela busca ativa de novas parcerias e espaços econômico-comerciais e político-diplomáticos.*

i) - *Contrastando vivamente com o governo anterior e de forma consentânea com a busca de um maior protagonismo para o Brasil, a estrutura do Itamaraty foi consideravelmente fortalecida. Ampliaram-se significativamente as vagas para os concursos públicos de diplomatas,*

estabeleceram-se regras mais transparentes e consistentes para as promoções, foram melhorados os rendimentos em todos os escalões e, ainda mais importante, robusteceu-se substancialmente a nossa rede consular e de embaixadas.

EM REUNIAO HISTÓRICA, BRICS CRIA BANCO DE DESENVOLVIMENTO

Foi em julho de 2014, no Brasil, a reunião de cúpula histórica dos Brics, grupo de países integrado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A criação do banco de desenvolvimento dos Brics foi um dos principais resultados da reunião. A presidenta Dilma Rousseff considerou que a criação do banco beneficiará e dará mais segurança aos Brics e demais países. A ideia da criação do banco cristalizou-se a partir da convicção de que dificilmente haverá progressos na tentativa de reforma que daria aos países emergentes mais poderes nas votações do Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial, instituições controladas pelos países ricos e que têm falhado muito no seu relacionamento com as economias emergentes.

O banco garante ao bloco grandes passos no sentido de criar instituições que vão beneficiar os países emergentes e em desenvolvimento. Vai contribuir com recursos para garantir investimentos em infraestrutura e, com um contingente de reservas no montante de US\$ 100 bilhões, a nova instituição vai contribuir para os emergentes enfrentarem turbulências criadas pelo sistema financeiro internacional. Em outras palavras, dá uma espécie de rede de proteção aos países Brics e aos demais que poderão participar da nova instituição, que faz contraponto ao famigerado FMI. Um trabalho de cooperação vem sendo construído ao longo dos últimos cinco anos e ganhará maior expressão com criação do novo banco. Na Cúpula realizada na China, o tema infraestrutura foi priorizado; na Índia, o intercâmbio de investimentos diretos entre países; e na África do Sul, a oportunidade de atuar conjuntamente em países africanos. Um dos temas principais discutidos na Cúpula do Brasil foi a criação do banco de desenvolvimento dos Brics. A nova instituição contribuirá com crédito de longo prazo, modalidade carente, especialmente para investimentos em infraestrutura. Estima-se que há déficit de pelo menos US\$ 800 bilhões ao ano em investimentos nesse setor que poderiam se realizar nos países em desenvolvimento. Este avanço na infraestrutura também cria oportunidades para o Brasil, para a exportação de bens e serviços, gerando empregos e renda em território brasileiro. O BRICS tem um PIB que alcança 16,2 trilhões de dólares, que ultrapassa a soma do Produto dos países da Zona do Euro, e tem em conjunto uma população superior a 3 bilhões de pessoas.

ENERGIA

MEDIDAS PARA O PAÍS NUNCA MAIS TER RACIONAMENTO E APAGÕES

Muita gente ainda se lembra dos apagões elétricos da época do governo FHC/PSDB e do racionamento de energia elétrica entre 2001 e 2002, quando os brasileiros voltaram a usar velas e lamparinas por causa da incompetência gerencial dos tucanos. Pois o Governo Lula,

logo no início, resolveu encarar e resolver o problema que tantos transtornos provocou a todos os brasileiros. Foi então formulado, em 2003, o Novo Modelo do Setor Elétrico para o Sistema Integrado Nacional. Os objetivos principais são: propiciar um marco regulatório estável, segurança no abastecimento e modicidade tarifária. Logo no início, em 2004, criou um novo marco no setor elétrico que evitou racionamentos. Mais recentemente, em 2013, por iniciativa governamental, foram renovadas concessões de geração de energia elétrica, que propiciou a diminuição, de forma universal e permanente, da tarifa em 20,2% em média, tanto nas contas de consumidores pessoas físicas quanto do setor produtivo. As empresas estaduais dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, todos governados pelo PSDB, não aderiram às novas regras, declarando oposição ao Governo Federal, e o valor das tarifas de energia não foi tratado da mesma maneira.

OPOSIÇÃO E IMPRENSA DISTORCEM INFORMAÇÕES SOBRE SISTEMA ELÉTRICO

Há um terrorismo midiático, num jogo com a oposição, para tentar confundir a cabeça dos brasileiros sobre a realidade do setor elétrico brasileiro. Difundem-se versões sem fundamento, com objetivos políticos e eleitorais. O sistema elétrico brasileiro é majoritariamente hidrotérmico (aproximadamente 70% hidráulico e 27% térmico), o que permite que em períodos de estiagem haja maior concentração na geração térmica, para garantir a segurança do abastecimento, até a recuperação de melhores níveis dos reservatórios das hidrelétricas. É exatamente o que está ocorrendo neste período de baixa densidade pluviométrica, de baixa probabilidade, nas regiões com maior concentração de reservatórios, o que está fazendo com que se adquira mais energia no mercado de curto prazo e que é mais cara.

O Governo Dilma, então, no dia 13 de março de 2014, com o objetivo de preservar o consumidor da volatilidade tarifária, aliviar o fluxo de caixa das distribuidoras de energia, relativo às despesas do ano de 2014, e também aumentar a oferta de energia mais barata, apresentou 3 medidas: estabeleceu o aporte financeiro adicional do Tesouro Nacional na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) no valor de R\$ 4 bilhões, não sendo contabilizado para fins do reajuste anual; estabeleceu que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), uma sociedade de direito privado e sem fins lucrativos, mantida pelos agentes que atuam no mercado, ficará responsável por financiamentos de R\$ 8 bilhões para aliviar o fluxo de caixa das distribuidoras; realizou um leilão, com entrega da energia já no ano de 2014, a partir de 1º de maio deste ano, aproximadamente 5.000 MW trocando-se uma parte da energia mais cara do mercado de curto prazo que está sendo adquirida por esta energia mais barata.

Adicionalmente, os reajustes de tarifas serão minimizados com a oferta de 5 mil MW médios das hidrelétricas cujas concessões expiram em 2015 e serão revertidas para a União. São usinas da Cesp (São Paulo), Cemig (Minas Gerais) e Copel (Paraná), as quais não aderiram ao esforço de renovação de tarifas com a prorrogação das concessões em 2013. As tarifas da energia gerada por essas hidrelétricas deverão baixar em, pelo menos, 70%. Logo, esse conjunto de medidas fortaleceu o setor elétrico nacional no enfrentamento à exposição aos preços praticados no **mercado de curto prazo**.

Abaixo, a evolução da capacidade instalada de geração de energia elétrica:

Capacidade instalada de geração elétrica no Brasil (MW)

	2006	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
Total	96.294	100.352	4,2	102.949	2,6	106.569	3,5	113.327	6,3	117.135	3,4	120.973	3,3
Usinas Hidrelétricas	72.005	74.937	4,1	74.901	0,0	75.484	0,8	77.090	2,1	78.372	1,7	79.811	1,8
Usinas Termelétricas	20.372	21.229	4,2	22.999	8,3	25.350	10,2	29.689	17,1	31.244	5,2	32.778	4,9
PCH	1.566	1.820	16,2	2.490	36,8	2.953	18,6	3.428	16,1	3.870	12,9	4.248	9,8
CGH	107	112	4,7	154	37,5	173	12,3	185	6,9	216	16,8	235	8,8
Usinas Nucleares	2.007	2.007	0,0	2.007	0,0	2.007	0,0	2.007	0,0	2.007	0,0	2.007	0,0
Usinas Eólicas	237	247	4,2	398	61,1	602	51,3	927	54,0	1.425	53,7	1.886	32,4
Solar	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	0,0	8	597,1

Notas: Usinas Hidrelétricas – Considera-se a parte nacional de Itaipu (6.300 MW até o ano de 2006, 7.000 MW a partir de 2007). PCH: Pequena Central Hidrelétrica; CGH: Central Geradora Hidrelétrica.

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); para o ano de 2012, Balanço Energético Nacional (BEN) 2013.

PETROBRAS, IMPULSO AO DESENVOLVIMENTO COM O PT, BRASIL RECUPERA INDÚSTRIA NAVAL; PSDB QUASE FECHA O SETOR

Pense numa indústria semifalida, sem gerar empregos, sem projetos e sem apoio do governo. Assim era a indústria naval brasileira antes dos governos Dilma e Lula. Parecia até que a gente só servia mesmo para importar navios dos países mais ricos, gerando empregos no exterior. Antes dos governos Lula e Dilma, o Governo do PSDB não pensava no País. As compras de embarcações e plataformas, pela Petrobras, eram feitas em Cingapura e outros países da Ásia, o que gerou emprego e avanço em ciência e tecnologia lá fora, quando poderia gerar estes benefícios aqui no Brasil. Mas isso mudou. **O setor naval, que no governo FHC contava com menos de 2 mil trabalhadores, agora emprega quase 80 mil pessoas.** E outros 30 mil postos de trabalho devem ser criados nos próximos três anos, quando mais seis estaleiros entrarão em operação.

Para promover essa revitalização, bastou apenas uma coisa: o governo passar a acreditar no país! A frota da Petrobras, por exemplo, que só tinha navios velhos, com mais de 20 anos de operação, começou a ser renovada. E, ao contrário do que acontecia no passado, os governos do PT e dos partidos aliados fizeram questão que os novos navios e plataformas fossem construídos aqui mesmo no Brasil. Isso dinamizou a nossa economia e gerou milhares de empregos.

Hoje, nossa indústria naval é a quarta maior do mundo, atrás apenas da China, Coreia do Sul e Cingapura. O setor deverá faturar 17 bilhões de dólares anualmente até 2020, segundo dados das entidades da área. Este é o retrato da década de renascimento da indústria naval brasileira, que

saltou de 14 embarcações encomendadas em 2002 para 108 em 2012. O desafio agora, em vez de sobreviver, é alcançar a competitividade no mercado global. A história contemporânea mostra que nenhuma nação é capaz de se desenvolver sem a participação do Estado na indução do desenvolvimento. Foi isso que os Governos do PT fizeram, para gerar emprego, renda, justiça social e preservar o interesse nacional. Hoje, em vez de exportarmos emprego para Ásia, Europa e Estados Unidos, recuperamos a capacidade de participar do restrito clube da construção naval e estamos formando uma nova geração de engenheiros e de outros profissionais que estão atendendo à nova demanda da nossa indústria naval, que está conectada com as descobertas do pré-sal.

A recuperação da indústria naval foi uma decisão política baseada num outro modelo de Estado que os governos do PT implantaram. O governo colocou o BNDES e os demais bancos públicos para garantirem o financiamento de novas plataformas, embarcações, estaleiros e maquinário que surgiram como demanda do pré-sal e do modelo de partilha que adotamos. Se o País tivesse entregue o pré-sal para as multinacionais, como queriam os tucanos, não haveria a indústria naval recuperada e vários outros setores alavancados. O PT entende que o Estado deve ser indutor da economia e do desenvolvimento social e econômico. Não acredita na visão do Estado mínimo, passivo, a serviço do mercado, como entende o PSDB.

PETROBRAS RETOMA INVESTIMENTOS E IMPULSIONA DESENVOLVIMENTO

No setor de petróleo e gás o Brasil colhe hoje os frutos dos grandes investimentos da Petrobras, empresa que **o PSDB tentou mudar de nome para Petrobrax** a fim de privatizá-la totalmente, para beneficiar as empresas de petróleo estrangeiras. Os investimentos da estatal, antes dos Governos do PT, não chegavam a US\$ 5 bilhões. O presidente Lula alavancou a cifra para US\$ 10 bilhões em 2005 e de lá para cá os investimentos só aumentaram. De acordo com o Plano de Negócios e Gestão 2014-2018, há um total de US\$ 220 bilhões para o período, o que equivale a US\$ 45 bilhões por ano, em média, quase dez vezes mais do que na época do governo FHC.

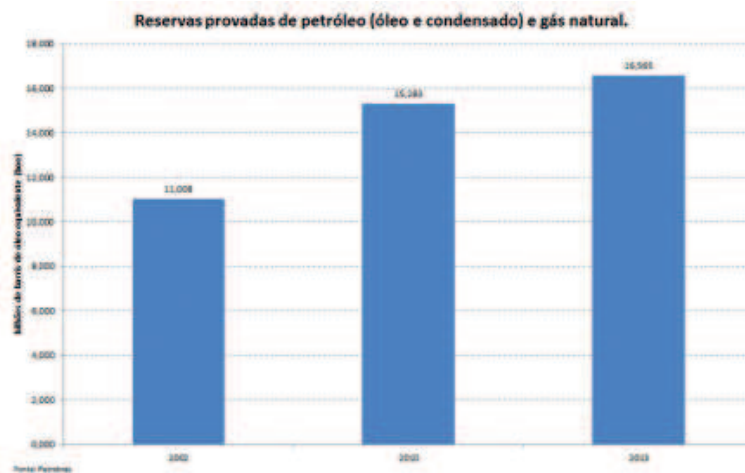
Este significativo aumento de investimentos se refletiu no aumento dos esforços em exploração e produção, que levou à descoberta do estratégico pré-sal, no qual a Petrobras, com o Novo Marco Legal para o Petróleo (Criação do Regime de Partilha), é a operadora com, no mínimo, 30% de participação nos consórcios. Sendo a empresa do setor que mais investe no mundo, seu valor de mercado é de US\$ 108,5 bilhões (em 5/08/2014), 7 vezes maior que em 2002 (US\$ 15,5 bilhões).





Importante assinalar que todos estes investimentos foram feitos com uma política de conteúdo local de forma a se produzir no País os insumos para a empresa, numa ação de estímulo à indústria e pesquisa nacionais, com geração de empregos e renda em território brasileiro. Destacam-se as encomendas à indústria naval no Brasil, envolvendo sondas de perfuração, plataformas de produção e navios (137 unidades para a atividade prioritária de produção de petróleo). Entre as empresas com as quais mantiveram-se relacionamentos industriais, estão dezenas de estaleiros e canteiros de obras navais, em toda a costa brasileira. Dentre as encomendas a estaleiros do País até 2020, estão 38 plataformas de produção, 28 sondas de perfuração marítima, 49 navios-tanque e 568 embarcações de apoio.

Com as novas descobertas, tanto no pré-sal, cuja produção já passa de 500 mil barris por dia, como em outras regiões, o Brasil chegará a uma produção total de 4 milhões de barris em 2020, praticamente duplicando a produção atual. Tudo isso só foi possível com o resgate do papel da Petrobrás como agente impulsionador do desenvolvimento nacional.



PRÉ-SAL: RIQUEZA DO BRASIL, MAS NAS MÃOS DO POVO BRASILEIRO

O papel da Petrobras foi retomado a partir de um olhar do PT sobre o que significam interesses nacionais e como o petróleo pode ajudar no desenvolvimento nacional. Uma visão oposta do neoliberalismo do PSDB, que, se pudesse, teria vendido a preço de banana toda a empresa, como fez com outros setores estratégicos da economia brasileira, como a Companhia Vale do Rio Doce e a área de telecomunicações. Com Lula, a Petrobras deu o extraordinário salto tecnológico que a tornou capaz de fazer o inédito: a extração de petróleo a 7 mil metros de profundidade, a 300 km da costa. Com Dilma, a produção do pré-Sal ultrapassou a marca histórica de 500 mil barris diários, apenas oito anos após a descoberta de uma das maiores jazidas do planeta. Graças ao pré-Sal, cujas reservas podem chegar a 35 bilhões de barris, o Brasil dobrará a produção até 2020, chegando a 4,2 milhões de barris diários, tornando-se um dos maiores exportadores mundiais de petróleo.

O mais importante: em vez de entregar a maior parte dessa riqueza do povo brasileiro a empresas estrangeiras, como no passado, os governos do PT optaram pelo modelo de partilha, garantindo a maior parte dos lucros para a União e subordinando a exploração do pré-Sal ao projeto de desenvolvimento industrial e tecnológico do país, dinamizando várias cadeias produtivas. Em vez de, como no passado, comprar navios e plataformas no exterior, gerando emprego e renda lá fora, Lula e Dilma ressuscitaram a indústria naval brasileira, que hoje emprega cerca de 80 mil trabalhadores - contra apenas 2 mil no governo do PSDB. **Nas próximas três décadas, o petróleo que jorra das profundezas do mar deverá destinar cerca de R\$ 1,3 trilhão à educação e à saúde, graças à nova legislação sancionada pela presidenta Dilma em 2013.**

SEM O PT, O PRÉ-SAL PODERIA TER SIDO PRIVATIZADO

Além de entregar a maior parte das riquezas do petróleo às empresas estrangeiras, o PSDB quase entregou a própria Petrobras. O governo Fernando Henrique iniciou o processo de privatização ao vender nas bolsas de Nova York e São Paulo quase 70% das ações da empresa que dão direito a dividendos sobre os seus lucros. Faltou pouco para abrir mão também do controle estatal sobre a empresa e vender a mais valiosa de nossas empresas, como fez com tantas outras riquezas do povo brasileiro. Tentou até mudar o nome de Petrobras para Petrobrax - porque "bras" não soa bem aos ouvidos de quem prefere escrever Brasil com z. Mas a Petrobras resistiu. Com Lula e Dilma a empresa renasceu, valorizou-se, investiu como nunca em tecnologia, tornou-se capaz de buscar a 7 mil metros de profundidade o petróleo que se transformará em mais educação, saúde, desenvolvimento econômico e social para o país. Com o pré-Sal, nossa produção média passará de 1,9 milhão de barris/dia em 2013 para 5,2 milhões no período 2020/2030. Serão cada vez mais livros, escolas, hospitais, médicos, professores. Com Lula e Dilma, além de petróleo, a Petrobras produz as grandes transformações da nossa história.

O QUE ERA A PETROBRAX "DELES" E O QUE É HOJE A PETROBRAS DO BRASIL

Em 2002, no final do governo tucano, a Petrobras não valia mais que US\$ 15,4 bilhões. Lula e Dilma multiplicaram por sete: US\$ 110,8 bilhões era, no início de agosto de 2014, o valor de

mercado de uma empresa que não tem preço e que, se depender do povo brasileiro e dos Governos do PT, jamais será vendida. Pensando mais no lucro imediato dos grandes acionistas do que nos interesses do Brasil, a Petrobrax dos tucanos investiu menos do que devia investir; com Lula e Dilma, o investimento saltou para R\$ 104 bilhões em 2013. Graças a essa decisão estratégica, a produção, que era de 1,5 milhão de barris diários em 2002, subiu para 1,97 milhão em 2013 e não para de crescer. Outra diferença fundamental: com o PSDB, o lucro era da empresa que extraísse o petróleo; com o novo modelo de partilha de Lula e Dilma, a exploração está subordinada aos interesses do Brasil, **e a maior parte dos dividendos é destinada à educação e à saúde do povo brasileiro, contrariando poderosos interesses estrangeiros**. Eis uma das razões para que a grande mídia e a oposição, ambos estreitamente ligados aos interesses estrangeiros, façam tanta campanha contra a Petrobras.

INTERESSES PERMAMENTES DO POVO BRASILEIRO X LUCRO IMEDIATO DO MERCADO

Mesmo perdendo de goleada na comparação com os governos Lula e Dilma, os tucanos da Petrobrax – que jogaram lá para baixo o valor da maior empresa brasileira – reclamam da “desvalorização”, do “baixo valor de mercado” atual da Petrobras. Durante o governo Lula a Petrobras chegou a ter, de fato, um valor recorde de mercado, sobretudo graças à descoberta do Pré-Sal. Acontece que o mercado reflete os interesses imediatos dos acionistas. Eles, os acionistas, ficaram felizes com a descoberta do Pré-Sal, mas parte deles não vê com bons olhos os pesados investimentos que a Petrobras faz hoje para colher em 2020, quando o Brasil mais que dobrará a produção total de petróleo e gás. Esses investimentos diminuem momentaneamente o lucro da empresa – e o mercado quer ganhar o máximo possível, no menor espaço de tempo possível. Lula e Dilma, ao contrário, pensam no futuro do Brasil e do povo brasileiro.

Se o mercado ainda tivesse o poder que tinha no passado, exigiria que o governo continuasse comprando navios e plataformas no exterior, como fazia antes, em desprezo à indústria nacional. Lula e Dilma, ao contrário, pensam no desenvolvimento tecnológico do Brasil, no fortalecimento das nossas indústrias, na geração de emprego e renda para os trabalhadores brasileiros.

NAUFRÁGIO E DESASTRE ECOLÓGICO: COMO “ELES” AFUNDARAM A MAIOR EMPRESA BRASILEIRA

Com Lula e Dilma, a indústria naval renasceu. O governo federal hoje exige que no mínimo 60% dos equipamentos sejam produzidos no Brasil, gerando emprego e renda para os brasileiros, enquanto “eles” privilegiavam as compras no exterior. Com Lula e Dilma, as plataformas feitas no Brasil produzem cada vez mais riqueza; no governo tucano, em 2001, a plataforma importada P-36 explodiu, matando 11 trabalhadores e levando para o fundo do mar um investimento de US\$ 350 milhões. Fatalidade? Não: erros de projetos, manutenção e operação, segundo relatório da Agência Nacional do Petróleo (ANP)/Marinha. Um ano antes, a empresa havia provocado dois graves desastres ecológicos, derramando 4 milhões de litros de óleo nos rios Barigui e Iguaçu (Paraná) e 1,3 milhão de litros na Baía da Guanabara (Rio de

Janeiro), dizimando manguezais e matando toneladas de peixes, entre outros danos inestimáveis à flora e à fauna.

PETROBRAS É LÍDER EM TECNOLOGIA E EM RESERVAS DE PETRÓLEO

Em junho de 2014, o governo Dilma anunciou a contratação direta da Petrobras para produzir em quatro áreas do pré-Sal. A decisão, tomada em defesa da soberania e dos interesses do Brasil, configurou-se na maior contratação de petróleo já efetuada no mundo, superando inclusive a de Libra. Juntas, as áreas de Búzios, Florim, entorno de Iara e nordeste de Tupi podem produzir volumes estimados entre 10 e 14 bilhões de barris de petróleo equivalente. Somadas ao megacampo de Libra, arrematado em 2013 pelo consórcio internacional liderado pela Petrobras, o potencial de produção do pré-Sal, sob o regime de partilha de produção chega a um volume total entre 18 a 26 bilhões de barris.

No mesmo mês de junho, apenas oito anos após sua descoberta, a produção do pré-Sal ultrapassou a marca de 500 mil barris diários, contrariando os críticos que diziam que o pré-sal era uma ficção eleitoreira, que a Petrobras e o governo federal cometeram um grave erro ao buscar um regime diferenciado para a exploração e produção dessa enorme riqueza. O regime de partilha, adotado para as novas contratações no pré-sal, além de ser o mais apropriado para áreas de menor risco, possibilita também uma melhor distribuição da riqueza do petróleo para toda a sociedade brasileira.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

NOVA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO AUMENTA PARTICIPAÇÃO DO NORTE E DO NORDESTE NO PIB

Mais acesso à educação, saúde, emprego e renda tem sido o motor da redução das desigualdades regionais no Brasil. Nos governos Lula e Dilma, a combinação de políticas sociais inclusivas e grandes obras de infraestrutura implementadas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil está criando as condições para um novo salto no desenvolvimento dessas regiões, que vêm gradativamente aumentando sua participação na produção das riquezas do País.

Cinco das 10 maiores obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) estão localizadas no Norte e Nordeste, contabilizando investimentos de R\$ 125 bilhões e mais de 130 mil empregos: as Usinas Hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio (RO), Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA), Refinaria Abreu e Lima (PE) e Refinaria Premium 1 (MA). Essa última é a maior obra do PAC.

Outra importante obra dos governos Lula e Dilma no Nordeste é o Projeto de Integração do Rio São Francisco, num total de R\$ 8,2 bilhões em investimento e que beneficiará 12 milhões de pessoas em 390 municípios do semiárido nordestino.

Desconcentrando os investimentos, valorizando o salário-mínimo e consolidando políticas sociais para quem mais precisa, Lula e Dilma colocaram um ponto final na política que desmante-

lou, nos anos 1990, os instrumentos de desenvolvimento regional como a Sudene e a Sudam (Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, respectivamente).

Desenvolvimento Regional e Redução da desigualdade

Cresce a participação das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste no PIB Nacional:

Região Norte: passou de 4,7% em 2002 para 5,4% em 2011

Região Nordeste: 13% em 2002 e 13,4% em 2011

Região Centro-Oeste: 8,8% em 2002 e 9,6% em 2011

Região Sudeste: 56,7% em 2002 e 55,4% em 2011

Região Sul: 16,9% em 2002 e 16,2%

(Fonte: Contas Regionais do IBGE)

PAC leva obras estruturantes ao Norte e Nordeste

. 177 dos 396 empreendimentos de rodovias,

. 37 das 70 obras em portos

. 24 das 48 obras em ferrovias,

. 61 e de 99 obras de implantação de hidrovias/terminais hidroviários

NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE JÁ RESPONDEM POR 1/3 DA ECONOMIA DO PAÍS

Um ano antes de Lula assumir, as regiões Sul e Sudeste eram responsáveis sozinhas por 73,6% do PIB nacional, ou seja, por quase ¾ de todas as riquezas e bens produzidos ou consumidos no País. Na última vez em que o IBGE fez o cálculo, a concentração permanecia alta, é verdade, mas os números confirmaram a tendência de redução do abismo econômico entre as regiões do país: somados, o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste já eram responsáveis em 2011 por quase 29% do PIB nacional. O peso da região Norte no PIB passou de 4,7%, em 2002, para 5,4% em 2011. Já o do Centro-oeste subiu de 8,8% para 9,6%. O Nordeste avançou de 13% até 13,4%. Nesse mesmo período o Sul e o Sudeste perderam espaço na produção nacional de bens e serviços, passando de 56,7% para 55,4% e 16,9% para 16,2% respectivamente. É uma mudança histórica. A busca para a redução das desigualdades regionais é um dos principais objetivos dos Governos do PT.

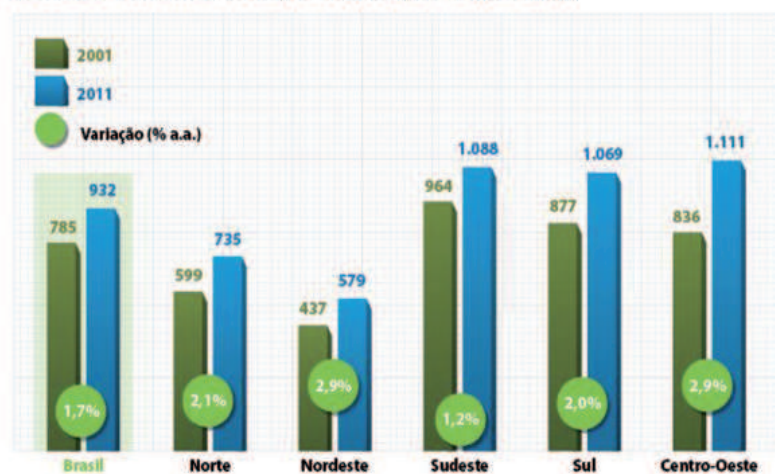
PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO VAI GANHANDO FORÇA

O aumento de empregos formais, os micro e pequenos empreendimentos gerados pela facilidade de acesso ao crédito e os programas de transferência de renda foram decisivos para que o Brasil se tornasse um país mais igualitário nos governos Lula e Dilma. Se o PIB é a soma de todas as riquezas geradas pelo País ou por determinada região, a renda domiciliar (familiar) dá uma ideia mais aproximada do quanto a vida do cidadão brasileiro realmente melhorou. Os nordestinos e os habitantes do Centro-Oeste foram os que tiveram um maior aumento em suas rendas. De 2001 a

2011, a melhora foi de 2,9% ao ano, o que significa 65% a mais do que a média nacional. Considerando apenas a renda gerada pelo salário ou do lucro de seus pequenos negócios, novamente quem mais ganhou foram aqueles que mais precisavam no Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Renda cresce mais nas regiões menos ricas

Renda Domiciliar Real per capita por região (R\$)



Fonte: PNAD/IBGE (Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro – Min. Planejamento Jan 2013)
Obs: Dados Harmonizados: Brasil sem Norte Rural. Valores atualizados pelo INPC (set/11).

PAC: prevenção em áreas de risco

Seleções 2007 a 2011

Em 23 estados foram contratados:

- 343 empreendimentos de drenagem
- 109 empreendimentos de contenção de encostas

4,5 milhões de famílias beneficiadas

Investimento:
R\$ 9,9 bilhões

Seleções 2012

Em 12 estados foram contratados

(AM, BA, ES, MA, MG, PE, PI, PR, RJ, SC e PS)

- 138 empreendimentos de drenagem
- 39 empreendimentos de contenção de encostas

6,3 milhões de famílias beneficiadas

Investimento:
R\$ 10 bilhões

Fonte: Página Oficial PAC 2 (<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/infograficoj>)

MINHA CASA, MINHA VIDA

O MAIOR PROGRAMA HABITACIONAL DA HISTÓRIA DO BRASIL

Com Lula e Dilma o sonho da casa própria está virando realidade graças ao maior programa habitacional da história do Brasil. Considerado pela ONU como “um exemplo para o mundo”, o *Minha Casa, Minha Vida* já contratou 3,4 milhões de casas e apartamentos em todo o país, dos quais 1,7 milhão foram entregues, beneficiando cerca de 6,8 milhões de brasileiros, o equivalente a toda a população do Rio de Janeiro, a segunda maior cidade do Brasil. É o Estado garantindo moradia para quem mais precisa – e ao mesmo tempo aquecendo o comércio e a indústria, gerando emprego e renda, transformando o que era sonho em cidadania, desenvolvimento e dignidade.

RESULTADO DE DIÁLOGO ENTRE GOVERNOS DO PT E MOVIMENTOS SOCIAIS

Um programa habitacional do porte e nos moldes do Minha Casa, Minha Vida, bandeira histórica dos movimentos sociais, não surge do nada. Ele é fruto do diálogo entre os governos do PT e entidades representativas da luta pela moradia, como União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Central de Movimentos Populares (CMP), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam). Quando o presidente Lula anunciou a meta de construir 1 milhão de moradias, houve quem considerasse algo impossível. Parecia mesmo impossível, num país que havia muitos anos não investia um centavo em programas habitacionais. E o Brasil chegou a 2014 com 1,7 milhão de casas e apartamentos entregues – 1,7 milhão de famílias com sonhos realizados — além de outros 1,7 milhão em construção, numa parceria inédita entre União, estados, municípios, movimentos sociais e iniciativa privada. Todos juntos para garantir o direito à moradia.

NÚMEROS DO MINHA CASA, MINHA VIDA

. Entre 2009 e 2014, o programa atingiu 6,8 milhões de beneficiários, mais do que as populações das Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e Recife.

. 52% dos beneficiários têm renda até R\$ 1.600,00

. 39% têm renda até R\$ 3.275,00

. 9% com renda entre R\$ 3.275,00 e R\$ 5.000,00

(Obs.: percentuais baseados apenas nas unidades entregues)

. O programa já entregou 1,7 milhão de moradias em 5.288 municípios, com investimentos – até 23/06/2014 – de R\$ 217 bilhões e geração de 1,3 milhão de empregos.

. Foram abertas 80 mil novas empresas na área da construção civil

. A renda gerada em toda a economia do país é da ordem de R\$ 63 bilhões, sendo R\$ 37,55 bilhões somente no setor da construção.

. Está em andamento a construção de mais 1,7 milhão de novas unidades do Programa.

. Até o final de 2014 serão investidos R\$ 234 bilhões no âmbito do Minha Casa, Minha Vida.

Fontes: Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal

MAIS VANTAGENS PARA QUEM TEM MENOS

A casa é um direito de todos, mas nem todos têm condições de comprar ou construir a sua, ainda que lutem a vida inteira. É para esses brasileiros que o Minha Casa, Minha Vida está orientado. O programa financia famílias com renda bruta mensal de até R\$ 5 mil. A prioridade é para as que ganham até R\$ 1.600, que pagam 5% de sua renda por dez anos. Na faixa até R\$ 3.275, o subsídio é de até R\$ 25 mil e é concedido de forma inversamente proporcional à renda. Para as famílias com renda até R\$ 5 mil, o benefício se dá pela redução da taxa de juros do financiamento habitacional, variando de 5% a 7,16%, de acordo com a renda familiar.

Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revela que a prestação do imóvel do Minha Casa, Minha Vida é menor do que os gastos dos beneficiários com despesas de luz, água, gás e condomínio. Essas contas, segundo o Ipea, totalizam em média R\$ 105,35, enquanto que as prestações para os beneficiários com renda de zero a R\$ 1,6 mil estão em torno de R\$ 64,96. Os números provam que o programa é de fato acessível à população mais pobre.

CASA NOVA, VIDA NOVA E MELHOR

Numa escala de 0 a 10, os beneficiários do programa dão nota 8,8 para o item “satisfação com a moradia” e 8,6 para “melhoria na qualidade de vida”. O levantamento foi realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a partir de uma amostra com 7.620 moradias, localizadas em 187 municípios do país.

Minha Casa, Minha Vida: beneficiários satisfeitos

Notas de 0 a 10 dadas pelos beneficiários

Item	Nota
Satisfação com moradia	8,8
Aumento de Bem Estar	8,6
Satisfação com o Entorno	8,1
Custo Com Prestação	7,9

Fonte: SIPS/IPEA 2013

GERAÇÃO DE 1,3 MILHÃO DE EMPREGOS E IMPULSO À CONSTRUÇÃO

Além de contribuir para a redução do déficit habitacional e ajudar o combater as desigualdades sociais, o Minha Casa, Minha Vida gera emprego e renda, com resultados positivos para a economia como um todo. Com investimento de R\$ 217 bilhões até junho de 2014, o Minha Casa, Minha Vida criou cerca de 1,3 milhão de empregos, o que representa 2,6 % da força de trabalho formal da economia brasileira.

Cada R\$ 1 milhão investido no programa mantém ativos 32 postos de trabalho e gera renda adicional de R\$ 744 mil, de forma direta e indireta, na construção civil e outros setores. É a lógica dos Governos Lula e Dilma: investir no bem-estar das famílias mais pobres é gerar ganhos e benefícios para todos os brasileiros.

O PIB gerado pelas atividades sustentadas pelo programa atingiu R\$ 12,2 bilhões apenas no primeiro semestre de 2013, o que representa 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do País.

Em 2012, o impacto do Minha Casa Minha Vida sobre o PIB foi de 0,8%.

Minha Casa, Minha Vida

Mais emprego, renda, comércio e serviços

Indicador	2009	2010	2011	2012	2013*
Empregos, Diretos e Indiretos	158.710	804.249	1.108.298	1.260.655	1.273.071
Renda Direta e Indireta (R\$ milhão)	4.527,14	21.411,83	24.878,99	30.052,54	29.753,46
Compras Materiais e Serviços (R\$ milhão)	2.490,73	12.621,53	17.393,13	22.162,66	22.380,93

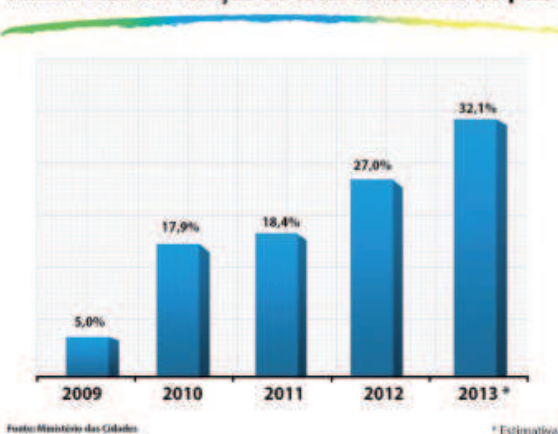
Fonte: Ministério das Cidades

* Estimativa
Dados: Contas Nacionais - IBGE

PROGRAMA CONSTRÓI 1/3 DAS NOVAS MORADIAS DO PAÍS

O Minha Casa, Minha Vida é um dos principais responsáveis pelo bom momento que vive a construção civil brasileira. O programa construiu nada menos que 32,1% do total das moradias do Brasil em 2013. O Minha Casa, Minha Vida também colabora para o desenvolvimento de diversas áreas que movimentam a economia, como a de materiais de construção e serviços, que alcançou R\$ 9,2 bilhões no primeiro semestre de 2013.

Percentual anual de moradias do Minha Casa, Minha Vida em relação ao total construído no país



INFRAESTRUTURA URBANA É PRIORIDADE PARA O MINHA CASA, MINHA VIDA

Moradia digna não se resume a um apartamento ou casa confortável para abrigar a família. É preciso que sejam garantidos muitos outros direitos no entorno da residência para que se possa realmente morar e viver bem. Os governos Lula e Dilma sempre tiveram esta compreensão e foram aperfeiçoando ano a ano, projeto a projeto, o programa Minha Casa, Minha Vida para atender melhor as populações de baixa renda. Para os governos do PT, moradia digna significa acesso a equipamentos e serviços públicos além de uma infraestrutura urbana de qualidade, com calçamento, esgotamento sanitário, água potável, energia elétrica. Componentes indispensáveis à implantação dos empreendimentos e importante contrapartida das prefeituras e governos estaduais.

Durante muitos anos no Brasil, os projetos habitacionais financiados com dinheiro público ergueram verdadeiros caixotes de cimento. Viver nestes apartamentos era sinônimo de desconforto, falta de privacidade e provações. Além do mais, eles eram completamente homogêneos, não permitiam aos moradores dar àqueles espaços a sua própria cara, o jeitinho especial que cada um quer imprimir ao lugar onde mora. Hoje, a maior parte dos projetos do Minha Casa, Minha Vida tem essa preocupação. Daí surgiram jardins, quintais, terraços e varandas. São ambientes em que as famílias cultivam seu cantinho particular e que, no fundo, ajudam a transformar a moradia em lar.

IMPORTANTE:

O programa Minha Casa, Minha Vida reserva 3% das residências para idosos. Para as pessoas com deficiência, o programa reserva 3% das moradias e ainda prevê casas ou apartamentos térreos equipados com kits de acessibilidade específicos à deficiência. Com o intuito de dar mais segurança às crianças, a titularidade do imóvel em geral fica com a mãe, somente passando para o pai se ele tiver a guarda dos filhos em caso de separação do casal.

MINHA CASA, MINHA VIDA RURAL

MAIS DE 100 MIL CASAS CONTRATADAS E 30 MIL JÁ ENTREGUES NO CAMPO

Graças ao Minha Casa, Minha Vida Rural, 39 mil famílias já estão morando com muito mais conforto em casas novas ou reformadas, com piso cerâmico, azulejo, água e luz. A meta era contratar 60 mil moradias até o final de 2014, mas o programa fechou 2013 com 113 mil casas contratadas em todas as regiões do Brasil, beneficiando agricultores familiares, assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais, pescadores artesanais, silvicultores, aquicultores, maricultores, piscicultores, extrativistas, comunidades quilombolas e povos indígenas.

PROGRAMA CHEGA A TODOS OS LUGARES E OBEDECE A ESPECIFICIDADES

O Minha Casa, Minha Vida Rural vai aonde nenhum outro programa habitacional chegou. Em

muitos casos é preciso abrir estrada ou atravessar rios para levar o material de construção até seu destino. Se não fosse o programa, a maioria dos beneficiados das áreas rurais não teria como construir ou reformar sua moradia. Muitas vezes o agricultor faz o financiamento, compra o material e constrói a casa com as próprias mãos e a ajuda dos amigos, parentes e vizinhos. Graças a essa mão de obra solidária, economiza dinheiro para construir uma casa ainda maior e melhor. A construção das casas obedece a especificidades culturais e de clima. Há diferenças nas habitações para comunidades indígenas e quilombolas, por exemplo.

Minha Casa, Minha Vida Rural

Mais conforto para quem vive no campo



O que oferece

- * Crédito facilitado para construção e reformas de casas a famílias de baixa renda que vivem no campo

O que já foi feito

- * **113 mil** casas contratadas
- * **38 mil** casas construídas e entregues

Condições

- * Renda familiar anual até **R\$ 15 mil** paga apenas **4%** do valor do empréstimo num prazo de até **4 anos**
- * Renda familiar anual entre **R\$ 15 mil e R\$ 30 mil**: subsídio de R\$ 7.610,00.
- * Renda familiar anual entre **R\$ 30 mil e R\$ 60 mil**: juro subsidiado de 7,16% ao ano



Fonte: Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal

30/12/2013

CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO FACILITADAS

Na zona rural, o Minha Casa, Minha Vida tem regras diferentes: o crédito para construção ou reforma é de até R\$ 30.500,00 para a região Norte (por causa das longas distâncias) e o semiárido (para garantir a construção de cisterna) e de até R\$ 28.500,00 para o restante do país. As famílias com renda anual de até R\$ 15 mil por ano pagam apenas 4% do valor do empréstimo, em quatro anos. Famílias com renda entre R\$ 15 mil e R\$ 30 mil por ano têm subsídio de R\$ 7.610,00. As que ganham entre R\$ 30 mil e R\$ 60 mil por ano têm acesso a juro subsidiado de 7,16% ao ano.

PROGRAMA MINHA CASA MELHOR

CRÉDITO FACILITADO PARA COMPRA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS INJETA R\$ 2,9 BILHÕES NA ECONOMIA

Um sonho puxa o outro. A casa nova remete à mobília nova e foi para realizar este segundo sonho que o governo federal lançou o Minha Casa Melhor, em junho de 2013.

O Minha Casa Melhor é uma linha de crédito da Caixa Econômica Federal direcionada aos beneficiários do Minha Casa Minha Vida. Cada família que esteja em dia com as parcelas de seu imóvel pode financiar a compra de móveis e eletrodomésticos (cama, mesa, fogão, geladeira, micro-ondas, televisão digital e tablet, entre outros) com juros subsidiados pelo governo federal de 5% ao ano.

O sucesso foi tão grande que, em apenas um ano, 592 mil famílias injetaram nada menos que R\$ 2,9 bilhões na economia do país. Ou seja: além de mais conforto para os beneficiários, o Minha Casa Melhor ajuda aquecer a indústria e o comércio.

Minha Casa Melhor

Crédito facilitado para móveis e eletrodomésticos

O que oferece:

- **R\$ 5 mil** para que cada família que esteja em dia com as parcelas do Minha Casa, Minha Vida possa financiar em 48 pagamentos a compra de móveis e eletrodomésticos, com juros subsidiados de 5% ao ano



Até julho de 2014

- **R\$ 2,9 bilhões** financiados
- **592 mil** famílias beneficiadas
- **27 mil** lojas de móveis e eletrodomésticos credenciadas

Perfil dos beneficiários

- **80%** têm renda de até **R\$ 1,6 mil**

Fonte: Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal

Julho/2014

UM NOVO SIGNIFICADO PARA O DIREITO À MORADIA

Com o Minha Casa Melhor, o direito à moradia ganhou um novo significado, passando a compreender também o acesso ao conforto e à praticidade da vida moderna. Toda dona de casa sabe o tempo que economiza introduzindo uma máquina de lavar ou um micro-ondas nas tarefas do

dia-a-dia. O trabalho da escola das crianças fica melhor num computador de mesa ou notebook. Reunir a família para ver um filme ou a nova novela fica ainda mais prazeroso na tela de uma televisão digital. Sem contar a alegria de ter a casa nova e os móveis novos. E impulsiona o comércio e a atividade no setor de fabricação de móveis e eletrodomésticos, gerando mais emprego e renda.

Produtos Financiados pelo Minha Casa Melhor

Produto	Valor Máximo
Guarda-Roupa	R\$ 700
Cama de Casal	R\$ 370
Cama de solteiro, berço ou cama-box de solteiro	R\$ 400
Mesa com Cadeiras	R\$ 400
Sofá	R\$ 600
Refrigerador	R\$ 1.090
Fogão	R\$ 599
Máquina de lavar roupas	R\$ 1.100
TV Digital	R\$ 1.400
Notebook ou Computador com acesso à Internet	R\$ 1.150
Móveis para cozinha	R\$ 600
Tablet	R\$ 800
Forno de micro-ondas	R\$ 350
Estante ou rack	R\$ 350

Fonte: www.minhacasaemlhor.com.br

A contratação do crédito pode ser feita nas agências da CAIXA ou de maneira muito mais fácil pelo telefone 0800 728 8068. Após receber o cartão em casa, as compras podem ser feitas em mais de 27 mil lojas credenciadas.

LUZ PARA TODOS

COM O PT, 15,2 MILHÕES DE BRASILEIROS PASSARAM A TER O CONFORTO DA ENERGIA ELÉTRICA

Imagina se você não pudesse ver televisão. Nem curtir qualquer coisa na internet. Se fosse obrigado a acender uma vela para estudar à noite. Se não tivesse direito de tomar uma água gelada ou um banho quente. Parece ficção do século 19, mas era a realidade de boa parte da nossa população em pleno século 21. Com o **Luz para Todos**, criado em 2003 pelo governo Lula, quando Dilma era ministra de Minas e Energia, 15,2 milhões de brasileiros conquistaram o acesso à energia elétrica.

Puderam comprar geladeiras, televisões, computadores; uniram-se em cooperativas e, graças ao crédito facilitado, investiram em trituradores de ração, freezers para conservar o pescado, sistemas de irrigação. O Luz para Todos é uma espécie de máquina do tempo: ajuda a vencer o passado e construir o futuro.

PROGRAMA MOSTRA COMO O GOVERNO TEM QUE OLHAR PARA TODOS OS BRASILEIROS

O Luz para Todos ajudou a iluminar não só o País, mas também o debate sobre o papel do Estado. Antes do governo Lula, cabia ao chamado mercado (que só pensa no lucro) levar – ou não – conforto e dignidade a quem vivia na escuridão. E como o mercado sempre cobra caro, o programa Luz no Campo, lançado pelo PSDB em 1999, não deslanchou. Impossibilitadas de arcar com os altos custos do programa, as famílias pobres do campo continuaram sem luz. A partir do governo Lula, o Estado assumiu o papel de indutor do desenvolvimento, gerador de oportunidades e promotor da cidadania.



PROGRAMA INCENTIVA RETORNO DE PESSOAS À TERRA NATAL

Um dado que pouca gente sabe: as cidades beneficiadas pelo Luz para Todos começaram a receber de volta ex-moradores que haviam migrado para outras regiões do País, em busca de melhores condições de vida. Estima-se, por meio de pesquisa realizada pelo Ministério de Minas e Energia, que 5% das famílias atendidas pelo programa tenham retornado à terra natal, o que daria um total de 156.716 famílias e mais de 760 mil pessoas. Ou seja, o fluxo migratório tradicional – da zona rural para os grandes centros – inverteu-se. A luz que leva o desenvolvimento, a cidadania, as oportunidades, também traz os filhos de volta para casa.

AGRONEGÓCIO, AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA

DESENVOLVENDO O RURAL COM CIDADANIA E DIGNIDADE

Nos 12 anos dos Governos Lula e Dilma, o setor rural brasileiro passou a viver um processo de crescimento econômico e social, com o aumento da produção agropecuária, o aumento da renda e a redução das desigualdades sociais. O agronegócio cresceu, a agricultura familiar também, bom para todos. No Brasil, conforme dados do IBGE, 70% dos municípios têm população de até 20 mil habitantes, onde predomina a atividade rural. A implantação de políticas públicas, com o território como eixo de articulação, resultou em melhorias substanciais nas condições de vida de um terço da população brasileira.

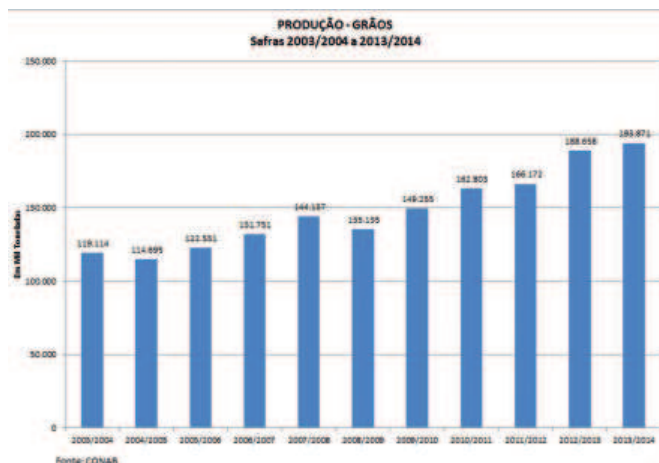
A Agricultura familiar, responsável pela produção dos principais alimentos que chegam à mesa dos brasileiros - feijão (70%), leite (54%), mandioca (84%), milho (49%), aves e ovos (40%) e suínos (58%), e responsável também por 38% do PIB agropecuário, e 74% do pessoal ocupado na agropecuária - recebeu importante apoio nos governos Lula e Dilma.

A Agricultura empresarial foi valorizada neste período com ampliação do crédito, o apoio à inovação tecnológica e a ampliação dos mercados externos, que resultaram em ganhos expressivos de produtividade e renda. Os dados abaixo sintetizam os principais avanços econômicos e sociais destes últimos 12 anos de governo.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA CRESCE 98% E TORNA BRASIL GIGANTE DO SETOR

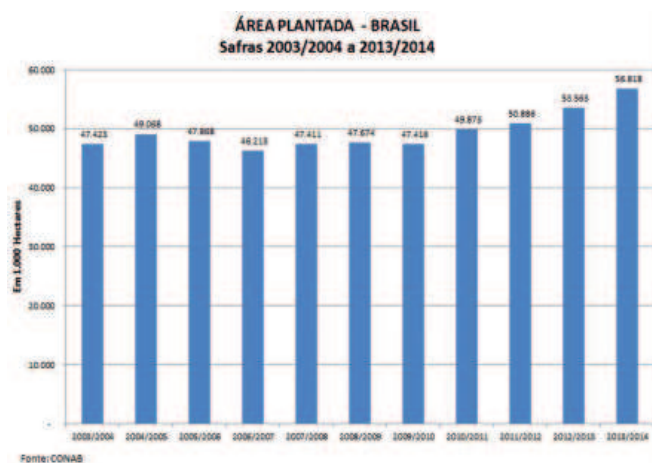
Com Lula e Dilma, o agronegócio brasileiro tornou-se um gigante mundial e fez do Brasil um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do planeta. O volume de crédito para o setor cresceu cinco vezes: dos R\$ 27,6 bilhões da safra 2002/2003 (a última antes do governo Lula) para os R\$ 156,1 bilhões do Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015, o **maior da história**. Com mais recursos a cada ano, o agronegócio respondeu à altura: **a produção de grãos cresceu 98% em 12 anos**, saltando de 96 milhões de toneladas (safra 2001/2002) para 191 milhões de toneladas (2013/2014), graças ao aumento da disponibilidade de recursos, redução das taxas de juros, e melhoria nas condições de acesso ao crédito e ao seguro rural. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio deve chegar a R\$ 1,03 trilhão em 2014, valor 4% superior ao de 2013 (R\$ 991,96 bilhões). Caso a previsão se confirme, o PIB do setor terá crescido 34% em dez anos.



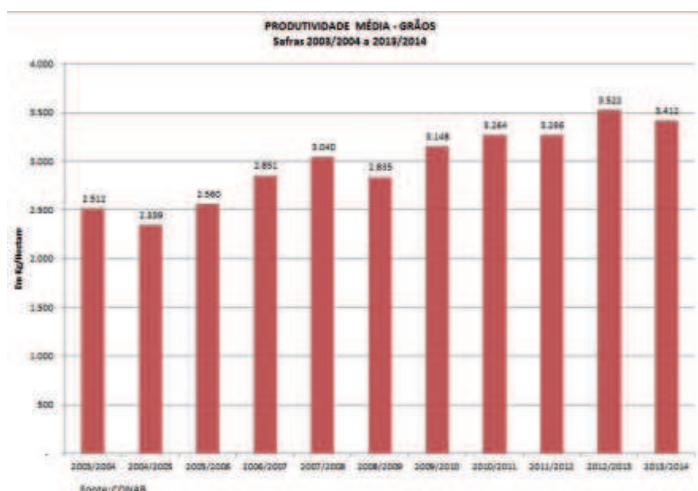
AUMENTA A PRODUTIVIDADE E ÁREA PLANTADA CRESCE 19,91%

A área plantada cresceu 19,91%, ou seja obteve-se o aumento da produção essencialmente com o aproveitamento das áreas que se encontravam ociosas, e ganhos de produtividade. O aumento da produtividade se deu graças à pesquisa agrícola e aos investimentos em tecnologia e inovação. Na pecuária, os resultados também são cada vez melhores: o setor cresce a uma taxa de 5% ao ano. O Brasil possui hoje o maior rebanho comercial bovino do mundo, com 210 milhões de cabeças. Essa expansão foi obtida com avanços nas áreas de melhoramento genético, controle de doenças e qualidade das pastagens.



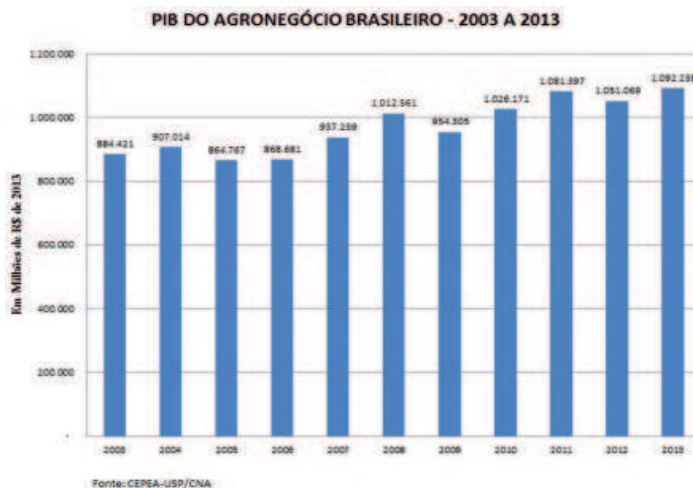
PRODUTIVIDADE CRESCE 40%

As políticas de incentivo à inovação tecnológica na agricultura, a valorização e fortalecimento da pesquisa, o aumento da oferta de crédito, dentre outras medidas, resultaram no aumento substancial da produtividade. Comparando-se a produção média obtida por hectare, verifica-se que houve um crescimento de 40% da produtividade, passando de 2,5 ton/ha para 3,5 ton/ha na safra 2012/2013.



PIB AGROPECUÁRIO CRESCE 23%

O resultado positivo das políticas para o setor rural brasileiro desenvolvidas pelos Governos Lula e Dilma refletem-se no crescimento da renda do agronegócio, passando de R\$ 884,4 milhões em 2003 para R\$ 1,09 bilhão em 2013.



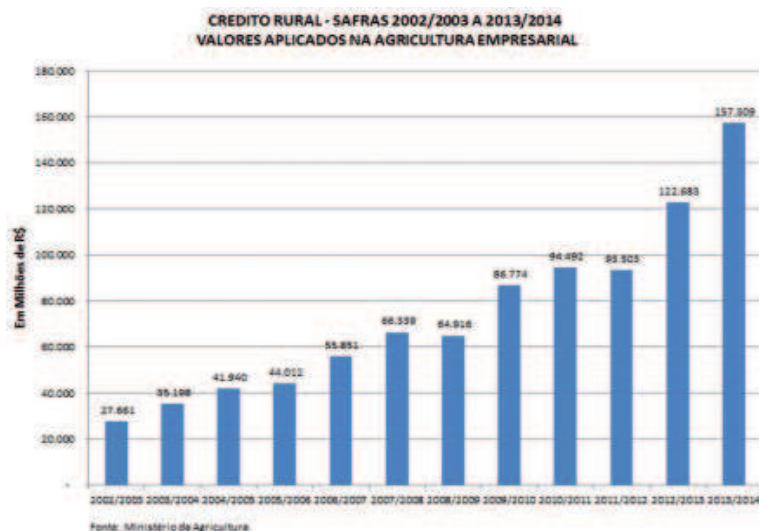
DE CADA QUATRO PRODUTOS AGRÍCOLAS CONSUMIDOS NO MUNDO, UM É BRASILEIRO

As exportações do agronegócio mantiveram sua trajetória de alta, chegando a US\$ 99,97 bilhões em 2013, crescimento de 4,3% em relação a 2012. O Brasil é líder mundial em exportações de café, açúcar, suco de laranja, carne bovina, carne de frango, soja em grãos e milho. E mais: de cada quatro produtos agrícolas consumidos no mundo, um é brasileiro.

O peso do agronegócio na balança comercial é cada vez mais significativo. Em 2013, o setor foi responsável por 41,28% das exportações brasileiras. A China ultrapassou a União Europeia e é hoje o principal destino das exportações do agronegócio brasileiro: 22,9% do total vai para aquele país. Em 2013, a China importou US\$ 22,88 bilhões em produtos agropecuários brasileiros, crescimento de 27,3% em relação a 2012.

CRÉDITO RURAL : RECURSOS APLICADOS AUMENTARAM 469%

Além de reduzir os juros do crédito rural de 8,75% na safra 2002/2003 para os atuais 5,5% ao ano, nos governos Lula e Dilma os recursos aplicados na agricultura empresarial cresceram 469% em relação à safra 2002/2003, última safra planejada no governo FHC.

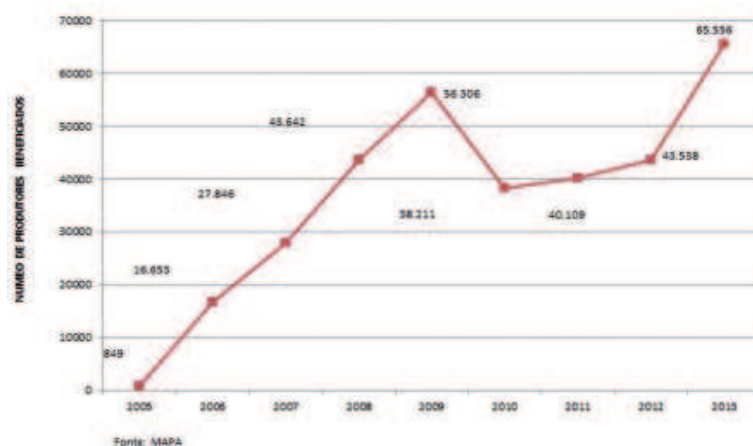


SEGURO AGRÍCOLA PARA AGRICULTURA EMPRESARIAL

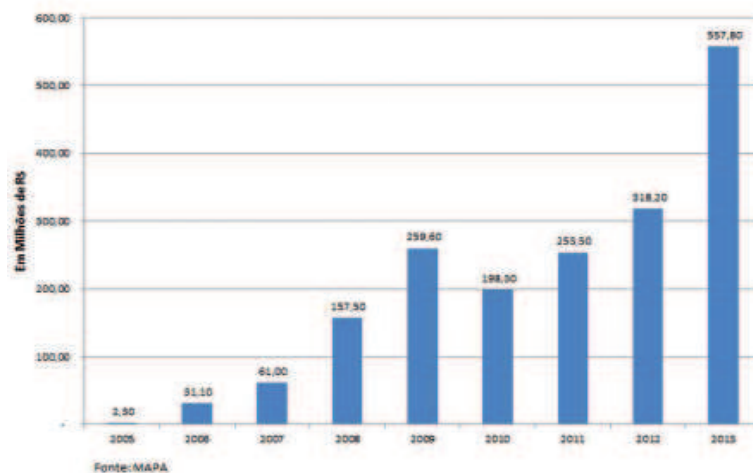
Até 2005 a agricultura brasileira não tinha um sistema de seguro. Em 2005 o Governo Lula deu início à criação de um sistema de seguro para a agricultura brasileira, com a instituição da subvenção ao seguro rural, além de manter e reformular o Proagro que é um seguro vinculado ao crédito rural.

Em 2013, o Brasil já contava com uma área de 9,0 milhões de hectares com cobertura do seguro rural, cujo valor de produção assegurada foi estimada em R\$ 16,8 bilhões, com o governo federal destinando R\$ 557 milhões para subvenção ao prêmio, atendendo 65.556 produtores rurais.

**SUBVENÇÃO AO SEGURO RURAL -
PRODUTORES ATENDIDOS 2005 A 2013**

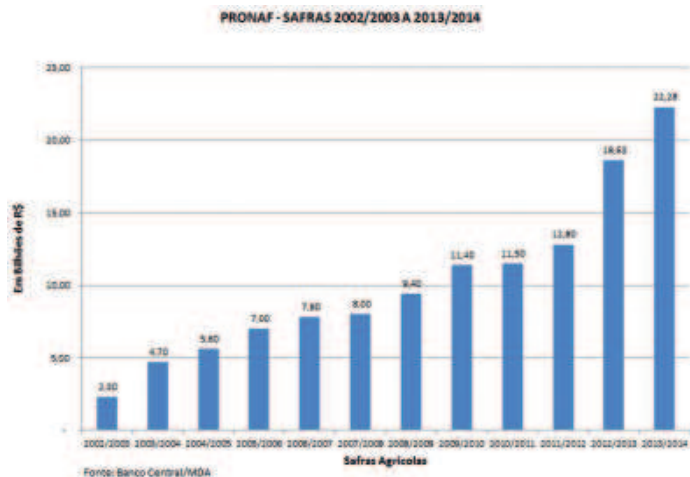


SUBVENÇÃO AO SEGURO RURAL



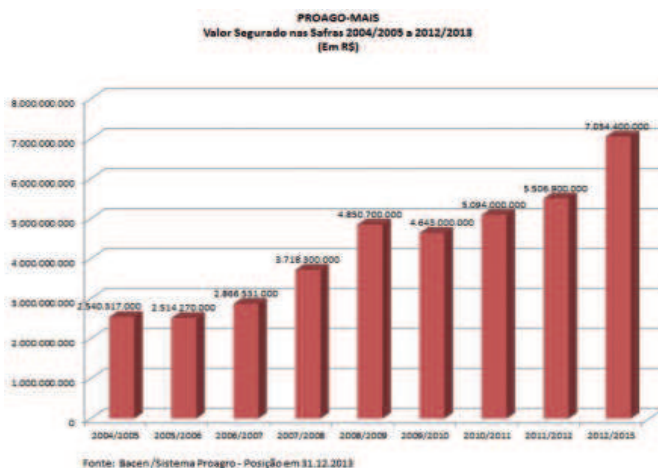
CRÉDITO PARA AGRICULTURA FAMILIAR CRESCEU 869%

O Pronaf foi criado em 1999, e implantado na safra 2000/2001. Comparando-se os recursos aplicados na safra 2002/2003 com os aplicados na safra 2003/2014, os recursos aplicados através do PRONAF cresceram 869%.



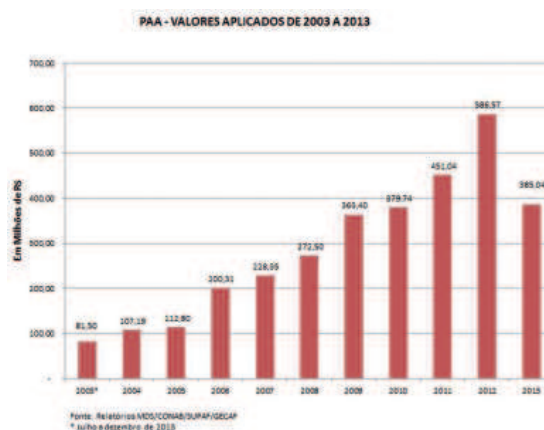
PELA PRIMEIRA VEZ, SEGURO RURAL PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Até 2005 a agricultura familiar não contava com um seguro rural específico. Havia apenas o Proagro que assegurava os financiamentos do crédito rural. A partir de 2005 foi criado o PROAGRO-MAIS, que além de crédito assegura renda para o agricultor familiar. Complementando o sistema de seguro, foi instituído também o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF, que possibilita que o agricultor familiar pague os financiamentos de custeio e investimento com um bônus (desconto), que corresponde a diferença entre os preços garantidores e o preço de mercado, nos casos em que o valor do produto financiado esteja abaixo do preço de garantia. Em 2014 já são 41 itens entre culturas e produtos garantidos pelo PGPAF.



PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Para assegurar renda aos agricultores familiares foi criado, ainda em 2003, o Programa de Aquisição da Agricultura Familiar – PAA, que assegura a compra de produtos das famílias cadastradas para a formação de estoque estratégico de alimentos, ou para doação a famílias que se encontrem em situação de extrema pobreza. Até 2013 eram mais de 150 mil famílias de agricultores familiares cadastradas, cujos produtos possibilitaram atender com alimentos saudáveis a mais de 10 milhões de pessoas.



SEGURO PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DO SEMIÁRIDO

Para a região do semiárido brasileiro, periodicamente castigada por secas recorrentes, foi criado um seguro especial denominado “Garantia Safra”, com a participação da União, Estados, Municípios e dos agricultores, objetivando assegurar renda aos agricultores familiares desta região. Atualmente, este seguro está autorizado também para qualquer outra região do país que tenha com secas recorrentes. Na safra 2012/2013 1.118 municípios e mais de 900 mil agricultores aderiram ao Garantia Safra. Como na região persistiu o problema, o Garantia Safra assegurou renda para mais de 865 mil famílias da região.

SAFRA	MUNICIPIOS		AGRICULTORES		VALORES PAGOS (Em R\$)
	ADERIDOS	PAGOS	ADESÕES	PAGOS	
2002/2003	333	148	200.292	85.056	40.401.600,00
2003/2004	365	136	177.839	75.810	41.695.500,00
2004/2005	465	311	287.861	211.339	116.236.450,00
2005/2006	543	174	356.584	106.081	58.344.550,00
2006/2007	471	390	346.321	316.529	174.090.950,00
2007/2008	635	190	558.606	182.177	100.197.350,00
2008/2009	714	509	553.225	423.538	232.945.900,00
2009/2010	860	801	661.802	639.227	383.536.200,00
2010/2011	989	261	737.917	166.935	106.838.400,00
2011/2012	1.035	1.015	771.343	769.023	1.384.241.400,00
2012/2013	1.118	966	977.552	865.319	795.782.305,00
TOTAIS			5.629.342	3.841.034	3.434.310.605,00

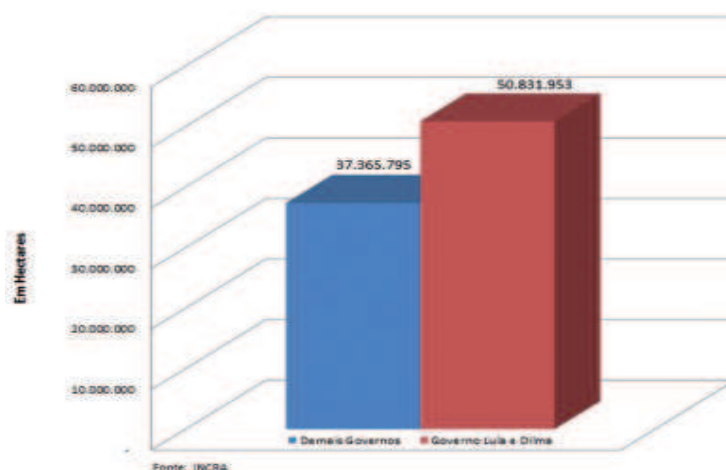
Fonte: MDA

BRASIL AVANÇA NA REFORMA AGRÁRIA

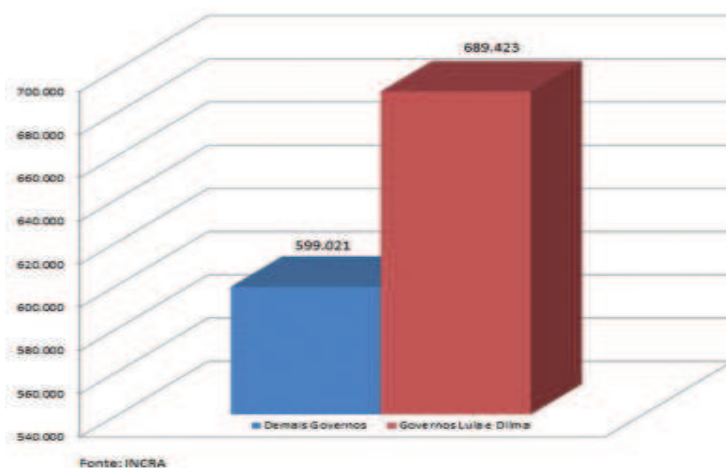
O Programa de Reforma Agrária conta, até dezembro de 2013, com 9.117 assentamentos, abrangendo uma área de 88,2 milhões de hectares, dos quais 43% (3.905) foram criados nos governos Lula e Dilma, e cuja área corresponde a 58% de toda a área reformada. Comparativamente, a área incorporada ao programa de reforma agrária é 36% maior do que a soma de todos os governos anteriores, e 141% maior que a área incorporada pelos governos dos tucanos entre 1994 e 2002.

Nos governos Lula e Dilma, até dezembro de 2013, foram assentadas 689.423 famílias de trabalhadores sem-terra. Este número é 16% superior à soma de todos os governos anteriores, e 28% superior às famílias assentadas pelos governos dos tucanos entre 1994 e 2002.

ÁREA INCORPORADA À REFORMA AGRÁRIA ATÉ DEZEMBRO DE 2013



NUMERO DE FAMILIAS ASSENTADAS ATÉ DEZEMBRO DE 2013



DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO CAMPO AVANÇA COM O PT

Nos Governos Lula e Dilma, além do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social, principalmente dos setores que compõem a agricultura familiar constituiu-se em prioridade.

Destacam-se os programas destinados a levar energia elétrica, água e habitação para os agricultores familiares. Neste período, mais de 3 milhões de famílias rurais foram beneficiadas com energia elétrica; com a construção de 591 mil cisternas para o abastecimento de água para o consumo humano, e a implantação de 37.960 sistemas de abastecimento para a produção de alimentos. Também foram contratadas 124.979 unidades habitacionais através do PNHR, com a aplicação de R\$ 3,7 bilhões.

PROGRAMA LUZ PARA TODOS - 2003 A 2013

PÚBLICO ATENDIDO	Nº FAMILIAS
Quilombolas	21.879
Indígenas	32.854
Assentamentos	221.904
Escolas	12.718
Outras propriedades rurais	2.786.164
TOTAL	3.075.519

Fonte: Ministério de Minas e Energia



COMBATE À CORRUPÇÃO

COMBATE A DESVIOS E MAL FEITOS TORNA-SE, PELA PRIMEIRA VEZ NA HISTÓRIA, POLÍTICA DE ESTADO

Acabou o tempo de o governo empurrar para baixo do tapete os casos de corrupção. Desde 2003, com Lula, e depois com Dilma, o problema da corrupção passou a ser levado a sério no Brasil. Os números são claros e a população brasileira pode perceber que o governo federal, pela primeira vez na história, resolveu enfrentar duramente esse problema que perdura há séculos no Brasil. Ação articulada de Polícia Federal, CGU e demais órgãos de investigação e controle passou a levar

corruptos à prisão e recuperar recursos públicos desviados.

Com Lula e Dilma, o combate à corrupção tornou-se, pela primeira vez na história, uma ação permanente do Estado. **Antes, eram raras as manchetes de jornais denunciando escândalos, porque os malfeitos eram quase sempre varridos para debaixo do tapete ou engavetados.** E os brasileiros nem ficavam sabendo. **A partir da chegada de Lula à Presidência, em 2003, a prevenção e o combate à corrupção tornaram-se prioridade, por meio da ação articulada entre diversos órgãos do governo federal, com transparência e incentivo à participação da sociedade civil.**

MEDIDAS EFETIVAS COMEÇARAM A SER TOMADAS, E NÃO PARARAM MAIS. ALGUMAS DELAS:

**a criação da Controladoria-Geral da União (CGU);*

**o fortalecimento, a modernização e a independência da Polícia Federal;*

**a autonomia do Ministério Público, com o Procurador-Geral da República sendo escolhido pela própria categoria, em votação direta, e não mais por decisão pessoal do presidente da República;*

**a criação do Portal da Transparência;*

**a Lei de Acesso à Informação;*

**o incremento da atuação da Advocacia-Geral da União (AGU) no ajuizamento de ações de improbidade e de ressarcimento de valores desviados;*

**a criação da Super-Receita, que abriu caminho para maior combate às fraudes e à sonegação;*

**a firme atuação do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (COAF) no monitoramento de movimentações bancárias atípicas que possam configurar lavagem de dinheiro ou corrupção e enriquecimento ilícito de agentes públicos;*

**a reestruturação do Conselho de Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que fortaleceu sua atuação no combate a cartéis;*

**a promulgação da lei que pune as empresas corruptoras.*

Os resultados não demoraram a aparecer, estampados nas manchetes dos jornais. Investigações, prisões, quadrilhas e cartéis desbaratados, servidores públicos punidos, milhões e milhões de reais devolvidos aos cofres públicos. **Ações concretas de combate à corrupção tornaram-se públicas, dividindo espaço com denúncias muitas vezes precipitadas e equivocadas – porque a imprensa, afinal, está sujeita a erros.**

O importante é que a imprensa é livre, como poucas vezes na história deste país. E pela primeira vez na história, o Brasil tem instituições sólidas, com independência para agir em defesa do Estado e da sociedade, e ordens expressas para não engavetar investigações nem varrer escândalos para debaixo do tapete.

ADEUS AOS “ENGAVETAMENTOS” DE DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO

Com Lula e Dilma, a Polícia Federal tornou-se uma instituição moderna, bem equipada, eficiente e republicana. Seu orçamento cresceu de R\$ 1,8 bilhão em 2002 para R\$ 4,7 bilhões em 2013. Mais de 3 mil agentes e cerca de 1,2 mil servidores administrativos, aprovados em concursos públicos, foram incorporados. Entre 2011 e 2013, o governo Dilma destinou R\$ 400 milhões para a aquisição de viaturas, embarcações, helicópteros, armamentos, coletes e outros itens, que aumentaram ainda

mais a eficiência do órgão. Acima de tudo, com Lula e Dilma, a Polícia Federal ganhou independência para combater todo e qualquer malfeito, cometido por quem quer que seja, em qualquer lugar do país. Sem poupar aliados nem perseguir adversários políticos, ao contrário do passado.

MINISTÉRIO PÚBLICO GANHA AUTONOMIA E ACABA COM “GAVETA” QUE PROTEGIA ALIADOS

Para garantir o efetivo enfrentamento da corrupção, Lula e Dilma asseguraram ampla autonomia ao Ministério Público. No passado, os procuradores-gerais da República eram pessoalmente escolhidos pelo presidente da República, sem levar em conta a opinião dos integrantes do Ministério Público, o que resultou na indicação do célebre “engavetador-geral” da República do governo Fernando Henrique. Nos governos democráticos e populares, a nomeação passou a ser feita a partir de lista tríplice apresentada pela própria categoria. Lula e Dilma escolheram sempre o mais votado pelos colegas.

EQUIPAMENTOS DE ÚLTIMA GERAÇÃO PARA A POLÍCIA FEDERAL

Mais forte e mais bem equipada, a Polícia Federal investiu na estruturação de uma área específica para o combate à fraude e à corrupção. Somente em 2012, foram criadas 17 delegacias especializadas no combate à corrupção e desvios de recursos públicos. Mais de 2 mil servidores públicos foram presos pela PF entre 2003 e 2014. Em 2013, as investigações de crimes de colarinho branco suplantaram as ações contra o tráfico e o contrabando. No final de 2013, os contratos sob investigação da PF somavam o total de R\$ 15,59 bilhões em recursos públicos.



DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

A POLÍTICA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL – PNPS

Depois do período 2003-2013, de experiências exitosas e de amadurecimento das relações do Governo Federal com a sociedade, a presidenta Dilma instituiu e consolidou a **Política Nacional de Participação Social – PNPS**, através do Decreto 8.243, de 2014. O objetivo foi fortalecer e articular os diversos mecanismos e instâncias democráticas de diálogo com a sociedade civil: conselhos de políticas públicas, comissões de políticas públicas, conferências nacionais, ouvidorias públicas federais, mesas de diálogo, fórum interconselhos, audiências públicas, consultas públicas, ambientes virtuais de participação e mesa de monitoramento das demandas sociais. Esta sempre foi uma forte reivindicação da sociedade. A partir daí, estava constituído um verdadeiro sistema de democracia participativa no País.

As consultas para elaboração do Plano Plurianual 2004/2007 se constituíram no primeiro grande processo de participação social do Governo Lula. De lá até hoje, o diálogo contribuiu para a execução de diversas políticas públicas, como o Plano Safra da Agricultura Familiar, o ProUni, o Minha Casa Minha Vida, a destinação dos royalties do petróleo para a educação e para a saúde, o Programa de Bolsas de Intercâmbio Internacional e o Plano Nacional de Educação. São importantes políticas, frutos da abertura permanente do Governo Federal ao diálogo com a sociedade brasileira, em especial os mais pobres.

O DIÁLOGO COM AS RUAS

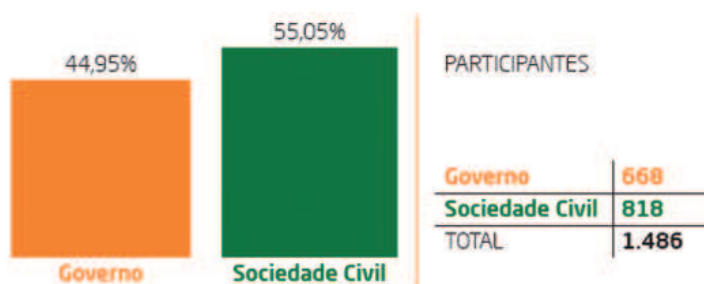
Em 2013, a presidenta Dilma posicionou-se claramente em relação às manifestações das ruas, iniciadas em junho daquele ano: **respeitava as reivindicações, mas não concordava com os atos de violência. Assim, sentou-se à mesa com representantes das manifestações, comprometendo-se claramente com as políticas sociais, com destaque para a democracia participativa, a mobilidade urbana e a melhoria da qualidade e barateamento do transporte coletivo.** Em seguida, sentou-se também com Governadores e Prefeitos, propondo um **pacto de diálogo e de 5 propostas para atender às pautas das ruas: responsabilidade fiscal, reforma política (com plebiscito), transporte, saúde e educação.**

UMA NOVA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE

Os avanços dos Governos Lula e Dilma frente ao de FHC não se deram apenas nos números da economia, indicadores sociais e política externa. O avanço dos espaços da democracia é igualmente importante. O PAC 1 (Lula) e o PAC 2 (Dilma) foram elaborados a partir de contribuições de lideranças populares e empresariais, inovando na forma de governar e consolidando instrumentos de democracia direta e participativa. O Brasil consolidou-se como nação democrática ao promover o diálogo entre gestores públicos e a população. A participação social na definição das políticas públicas, prevista na Constituição, foi incrementada nos Governos Lula e Dilma, por intermédio de vários mecanismos. Instrumentos foram fortalecidos e outros canais foram criados. Destacamos, a seguir, as conferências nacionais e os conselhos de políticas públicas.

CONSELHOS: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PRÁTICA

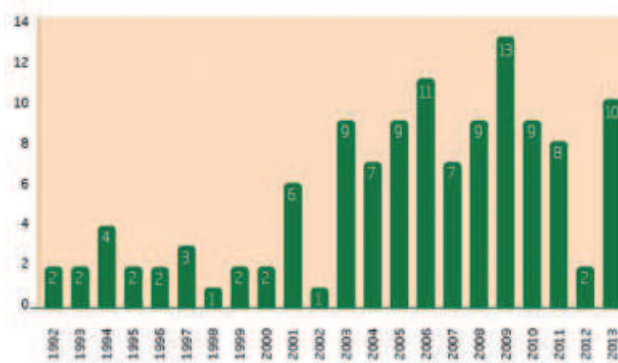
Existem hoje, no Executivo Federal, 35 conselhos e 5 comissões com participação da sociedade civil. Destes, 19 foram criados e outros 16 foram reformulados entre 2003 e 2013. Diferentemente de antigos conselhos meramente formais, todos têm significativo protagonismo da sociedade civil. Entre os conselhos criados, estão o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), instituído em 2003, o Conselho Nacional de Juventude, pioneiro na América Latina, instalado em 2005, o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (Condec), em 2010, e o Conselho de Relações do Trabalho (CRT), também em 2010.



CONFERÊNCIAS APROFUNDAM A DEMOCRACIA

As conferências nacionais, com representantes eleitos, contribuem para definir, aperfeiçoar e monitorar as prioridades em cada uma das áreas de políticas públicas. De 2003 a 2013, foram realizadas 94 conferências, em mais de 43 áreas setoriais nas esferas municipal, regional, estadual e nacional, com mais de 9 milhões de participantes. **O sistema de conferências nacionais começou em 1941, mas os Governos Lula e Dilma respondem por 68% do total das 138 conferências realizadas com a presença do Poder Executivo.** O conjunto de conferências realizadas (saúde, idosos, comunicação, segurança pública, defesa civil, mulheres, juventude, direitos humanos, aquicultura e pesca, etc) revela a participação popular na construção de políticas públicas. O resultado é uma nova relação entre o Estado e a sociedade, por meio da democracia participativa.

Nº de Conferências, de 1992 a 2013



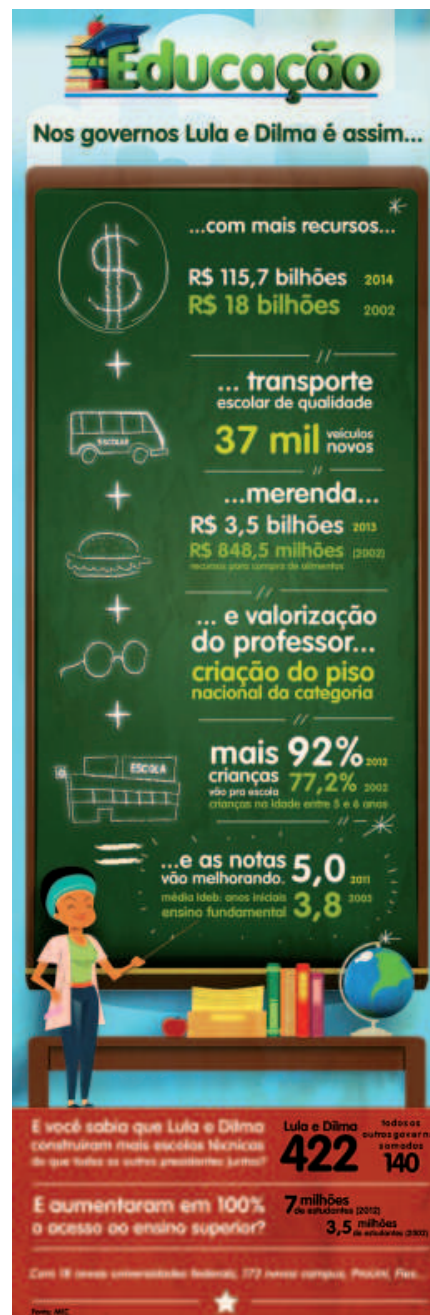
EDUCAÇÃO

RECURSOS PARA EDUCAÇÃO CRESCEM QUASE SEIS VEZES; ACESSO RECORDE A ESCOLAS E UNIVERSIDADES

Nos últimos anos, a educação vem construindo um caminho de oportunidades e de futuro para nossos jovens. Os governos Lula e Dilma aumentaram fortemente o orçamento do Ministério da Educação, que saltou de R\$ 18 bilhões em 2002 para R\$ 115,7 bilhões em 2014. **E novos recursos começarão a chegar em breve com os royalties do petróleo.** Da creche à pós-graduação, passando pela escola em tempo integral, as mudanças foram marcantes: revolução no ensino técnico e profissional, expansão e interiorização das universidades federais, entrada dos jovens pobres no ensino superior, bolsas de estudo para as melhores universidades do mundo. Ou seja, nos governos Lula e Dilma, a educação passou a ser ferramenta de combate às desigualdades e motor do desenvolvimento. O que antes era gasto tornou-se investimento. Um investimento no futuro do Brasil e dos brasileiros.

CAMINHO PARA O FUTURO: MELHORA EM TODOS OS NÍVEIS

Lula foi o presidente que mais criou universidades (14) e escolas técnicas (214) no Brasil. Com Dilma, foram criadas outras quatro universidades federais e até o final de 2014 serão mais 208 escolas técnicas. Em 12 anos, os investimentos diretos per capita em educação cresceram 250%, considerando recursos dos governos federal, estaduais e municipais. O número de vagas no ensino superior dobrou. Os professores conquistaram piso salarial nacional, que aumentou 78,7% desde que foi criado, em 2009, com ganho real de 35,5%. O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educa-



ção Básica garante curso superior aos educadores ainda sem graduação. Instrumentos precisos de avaliação, como Ideb (ensino básico) e Sinaes (ensino superior), permitem aferir qualidade e corrigir deficiências. A educação melhorou em todos os níveis e para todos.

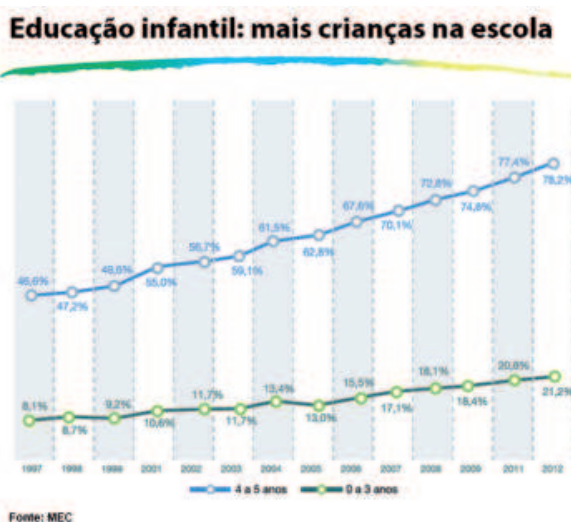
INVESTIMENTOS AMPLIAM TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO

CRESCER TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS

Mais creches, mais crianças e adolescentes na escola, mais escolas em tempo integral, mais repasse de recursos com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). São os resultados das políticas dos governos Lula e Dilma para a educação básica. A taxa de escolarização das crianças de 0 e 3 anos, que era de 11,7% em 2002, chegou a 21,2% em 2012; de 4 a 5 anos, de 56,7% para 78,2% no mesmo período; de 6 a 14 anos, de 95,8% para 98,2%; e de 15 a 17 anos, de 81,5% para 84,2%. São cada vez mais crianças e jovens estudando – em escolas cada vez melhores, como demonstra a elevação do Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (Ideb).

CRECHES E PRÉ-ESCOLAS

É na primeira infância que se formam as bases para o desenvolvimento físico, intelectual e emocional – e que se começa a atacar a raiz da desigualdade. Para enfrentar o problema desde a origem, os governos Lula e Dilma investiram na construção de creches e pré-escolas e na criação de novas vagas nas unidades já existentes. Com Lula e Dilma, até julho de 2014, 8.647 creches foram contratadas; destas, 2.118 foram entregues. Além disso, a cada vaga ocupada por criança do Bolsa Família em creches públicas ou conveniadas já existentes, o governo federal suplementa em 50% os recursos do Fundeb para o município. Em 2013, 463 mil crianças do Bolsa Família estavam em creches.



ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade. Este é o objetivo do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, lançado em novembro de 2012 pelo governo Dilma. O compromisso foi firmado entre governo federal, prefeituras, governos estaduais e do Distrito Federal, com adesão de todas as secretarias estaduais de educação e de mais de 5,4 mil municípios. Pelo pacto, aos 8 anos, todas as crianças devem ter fluência de leitura e domínio de estratégias de compreensão e produção de textos escritos. O governo federal investe R\$ 1,6 bilhão até 2014, em capacitação, material didático e bolsas para 314 mil professores alfabetizadores.

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Melhorar o aprendizado e reduzir desigualdades. Este é o objetivo do Programa Mais Educação, que amplia a jornada escolar para no mínimo sete horas diárias. Já são quase 50 mil escolas com educação em tempo integral – 32 mil delas com maioria de alunos beneficiários do Bolsa Família, que têm menos estrutura material e apoio familiar para fazer as lições de casa.

TRANSPORTE ESCOLAR

Criado pelo governo Lula em 2007, o Caminho da Escola leva o estudante aonde a escola está, com segurança e conforto. Nos cinco primeiros anos de execução do programa, os governos Lula e Dilma entregaram 27 mil ônibus com especificações exclusivas para o transporte de estudantes.

Mais de 5,4 mil municípios foram beneficiados pelo programa, que oferece também lanchas e bicicletas para garantir o acesso e a permanência dos alunos na rede de ensino. Outro avanço importante: no governo Lula, os alunos de creches, pré-escolas e ensino médio da zona rural, antes excluídos, conquistaram o direito ao transporte escolar.



ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Antes do governo Lula, as creches públicas com crianças de 0 a 3 anos de idade não recebiam repasses federais para alimentação. Lula corrigiu esta injustiça no início do seu governo, e superou outra em 2009, incluindo no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) os alunos do ensino médio (8,3 milhões de estudantes em 2013). Também a partir de 2009, 30% da alimentação escolar passou a ser obrigatoriamente comprada da agricultura familiar, beneficiando fortemente os pequenos produtores rurais locais e garantindo alimentação mais saudável aos estudantes. Os recursos destinados à alimentação escolar saltaram de R\$ 848,5 milhões em 2002 para R\$ 3,5 bilhões em 2013.

Mais investimento em alimentação escolar

Atendimento a todos os alunos da educação básica de escolas públicas e filantrópicas. No mínimo 30% dos recursos devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.

PNAE: recursos investidos (em R\$ bilhões)



Fonte: FNDE

BRASIL ALFABETIZADO

Na última década, os governos Lula e Dilma construíram uma forte política de combate ao analfabetismo, com o apoio de estados e municípios. O Programa Brasil Alfabetizado garante recursos suplementares para a formação dos alfabetizadores e aquisição e produção de material pedagógico, além de alimentação escolar e transporte dos alunos. O resultado destas e outras ações foi a redução do analfabetismo de jovens e adultos: de 11,5% em 2004 para 8,7% em 2012. Na faixa de 15 a 19 anos, a taxa é atualmente de apenas 1,2%, muito inferior à média geral, o que demonstra a eficácia das políticas para a educação básica.

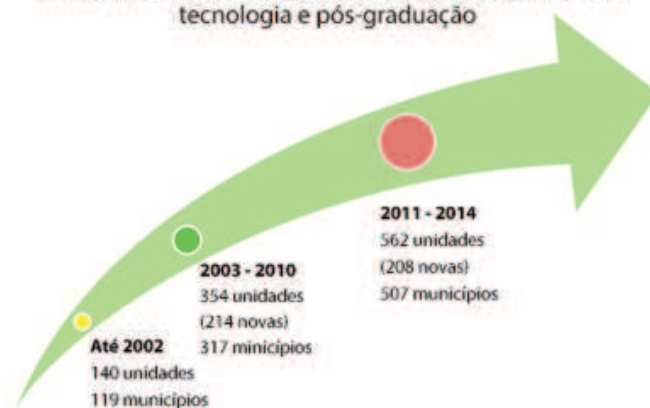
LULA E DILMA FIZERAM MAIS ESCOLAS TÉCNICAS DO QUE TODOS OS PRESIDENTES JUNTOS

Foi preciso quase um século (de 1909 a 2002) para que o Brasil construísse uma rede de 140 escolas técnicas federais. Lula derrubou a absurda restrição do governo Fernando Henrique, que

impedia a expansão da rede federal de ensino técnico e, em apenas oito anos, fez mais do que todos os presidentes anteriores juntos: criou 214 institutos federais de educação, ciência e tecnologia espalhados por todo o país. Dilma, até o fim de 2014, terá construído 208 novas escolas, criando ainda mais oportunidades para jovens que antes teriam dificuldade em encontrar bons empregos, e para fazer do Brasil um país cada vez mais desenvolvido e mais justo.

Rede federal de educação profissional e tecnológica triplica de tamanho

38 institutos federais oferecem, em 562 escolas, cursos de nível médio, nível médio integrado, licenciatura, superior em tecnologia e pós-graduação



Fonte: MEC

CRESCENDO PARA O INTERIOR

O esforço não é apenas para gerar empregos, mas para criar o melhor emprego possível em todo o país. Por isso, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica não apenas cresce como nunca na história, como cresce cada vez mais para o interior, abrindo trilhas de desenvolvimento pelo Brasil afora, levando o conhecimento para muito além dos grandes centros, formando mão de obra qualificada com base nas ofertas naturais de mercado de trabalho de cada região. A capacitação profissional vai aonde é preciso ir, garantindo melhores empregos e salários e ajudando a corrigir desigualdades sociais e regionais históricas.

O FUTURO MORA AO LADO

Quem é do interior sabe muito bem. Quem não é, pode imaginar o quanto é difícil deixar a terra natal, a família e os amigos para estudar em outra cidade, em busca de um futuro melhor. Muitos até gostariam de ir, mas por falta de condições acabam abandonando a vocação e o sonho. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica está transformando essa

realidade, dando aos jovens a oportunidade de mudar o destino sem sair de sua cidade, ou viajando poucos quilômetros até o campus mais próximo.

PRONATEC: 7,6 MILHÕES SE QUALIFICAM PARA MERCADO DE TRABALHO

Além da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, brasileiros de todos os cantos do país contam com outra grande oportunidade de mudar de vida: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). **Criado em 2011 pelo governo Dilma, o Pronatec contabiliza 7,6 milhões de matrículas em 4.145 municípios, 1,3 milhão delas feitas por pessoas de baixa renda, beneficiárias do Brasil Sem Miséria.** Até o final de 2014, serão 8 milhões de matrículas. O Pronatec oferece dois tipos de cursos: técnicos (de até dois anos), para quem já fez ou está cursando o ensino médio, e de qualificação profissional (até seis meses), para trabalhadores que querem crescer e aprender uma nova atividade. Recentemente a presidenta Dilma lançou a segunda fase do programa, o Pronatec 2. Serão ofertadas 12 milhões de vagas em 220 cursos técnicos e 646 cursos de qualificação a partir de 2015.

OS CURSOS MAIS PROCURADOS

O Pronatec oferece mais de 500 cursos. Entre os de longa duração, os mais procurados são os de técnico em segurança do trabalho, informática, logística, enfermagem e mecânica. Já entre os de qualificação profissional, com duração de até seis meses, os mais concorridos são os cursos de auxiliar administrativo, operador de computador, auxiliar de recursos humanos, eletricista, inglês básico e recepcionista.

REGIONALIZAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO

Todos os cursos são gratuitos e o aluno ainda tem direito a livros, uniforme, material para aulas práticas e auxílio para alimentação e o transporte. O Pronatec procura atender as demandas regionais por formação de mão de obra. No Amazonas, por exemplo, o curso mais procurado é o de técnico em informática, por conta da Zona Franca. No campo, os cursos vão de viveirista de plantas e flores, passando pela agricultura orgânica, até cursos para operador de grandes máquinas agrícolas e de sistemas de irrigação.

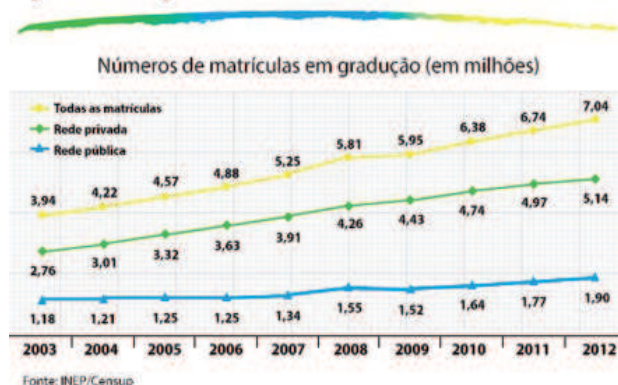
ENSINO SUPERIOR

DOBRA NÚMERO DE ALUNOS NO ENSINO SUPERIOR DURANTE GOVERNOS LULA E DILMA. JÁ SÃO MAIS DE 7 MILHÕES

Primeiro brasileiro sem diploma universitário a chegar à Presidência, Lula promoveu uma revolução no ensino superior. Construiu 14 novas universidades federais. Espalhou extensões universitárias pelo interior do país. Implantou o Reuni, ampliando a oferta de cursos e vagas nas

universidades federais que já existiam. Criou o ProUni, que garante o acesso de estudantes carentes às faculdades privadas. Dilma continuou a obra de Lula, e em dez anos o Brasil dobrou o número de matrículas em instituições de educação superior: de 3,5 milhões em 2002 para mais de 7 milhões em 2013. E tudo começou com um presidente que tinha apenas o diploma de torneiro mecânico do Senai.

Mais vagas para estudantes nas universidades públicas e privadas



MAIS VAGAS E QUALIDADE NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Apesar de tantos ex-presidentes com diplomas universitários, há muitos anos não se construía uma única universidade federal no Brasil. A pequena oferta de vagas estava reservada a poucos privilegiados (geralmente, moradores das capitais ou grandes cidades). O governo Lula quebrou esse jejum e espalhou 14 novas universidades e 126 novos campus pelo país afora.

Dilma deu continuidade a essa política ousada. E foi assim que o Brasil criou nada menos que 18 novas universidades e 152 novos campus em apenas 12 anos. Entre 2003 e 2013, o número de municípios com instituições federais de ensino superior dobrou, de 114 para 237. A expansão ampliou e democratizou o acesso à universidade e está ajudando a combater as desigualdades regionais com uma arma poderosa: o conhecimento.

Mais universidades federais para todos

A interiorização do ensino superior agora é prioridade e beneficia alunos de médias e pequenas cidades pelo País



REUNI

Quem é mais jovem pode perguntar aos veteranos: houve um tempo em que as universidades federais não tinham dinheiro para pagar a conta de luz ou comprar papel higiênico. O quadro mudou com o governo Lula, sobretudo a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Com a adesão ao programa, as universidades passaram a contar com volume inédito de recursos para investir na produção de conhecimento. Em troca, ampliaram o número de vagas e criaram cursos noturnos (para quem trabalha o dia inteiro e só pode estudar à noite), entre outras ações que estão ajudando a reduzir desigualdades sociais históricas.

COTAS SOCIAIS E RACIAIS

Os críticos diziam que o nível do ensino ia cair. E que os cotistas, incapazes de acompanhar o ritmo dos colegas, acabariam por desistir de tudo. Dez anos depois do início de implantação do sistema de cotas sociais e raciais em universidades públicas, no entanto, provou-se que aconteceu exatamente o contrário – a evasão caiu e a qualidade do ensino cresceu. Deu tão certo que virou lei, sancionada em 2012 pela presidenta Dilma. A Lei de Cotas Sociais destina 50% das vagas nas universidades federais para quem cursou integralmente o ensino médio em escolas públicas. Essas vagas serão distribuídas entre negros, pardos e indígenas, de acordo com a composição étnica da população em cada estado.

ENEM É PORTA DE ENTRADA PARA ENSINO SUPERIOR

“Os pobres vão entrar na universidade. E a porta é o Enem”. Com esta determinação, o presidente Lula transformou o Exame Nacional do Ensino Médio – até então instrumento de avaliação da qualidade do ensino – no passaporte de entrada dos jovens no ensino superior por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Alternativa ao vestibular, o exame democratizou o acesso ao ensino superior: 95% das universidades federais utilizam suas notas como mecanismo de seleção. O exame é critério também para ingresso no ProUni (programa de distribuição de bolsas de estudo em faculdades privadas), acesso ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e ao Ciência sem Fronteiras (programa de bolsas para intercâmbio em universidades estrangeiras de ponta). Em 2014, 8,7 milhões de jovens inscreveram-se no Enem.

SISU

Criado pelo governo Lula em 2009, o Sistema de Seleção Unificada é hoje uma das principais formas de acesso à universidade. A cada edição, as instituições públicas de ensino superior que aderem ao Sisu reservam um número de vagas para os participantes do Enem. O candidato faz suas opções de inscrição dentre as vagas ofertadas em qualquer ponto do país. Ao final da etapa de inscrição, o sistema seleciona automaticamente os candidatos mais bem classificados em cada curso, de acordo com suas notas no Enem. A primeira edição do Sisu teve 51 instituições cadastradas. Em 2014, o número chegou a 155. Dentre as novas adesões de 2014, estão 15 universidades federais e três instituições estaduais.

MAIS VAGAS E QUALIDADE NAS UNIVERSIDADES PRIVADAS

PROUNI

No começo era o sonho, junto com a vocação e a força de vontade. Mas faltava o ingrediente que transforma sonho em realidade – faltava a oportunidade, que veio em 2004, com a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni). Graças ao ProUni, 1,4 milhão de jovens carentes conquistaram bolsas em instituições particulares de ensino superior e estão se tornando médicos, engenheiros, advogados... Eles reescreveram o próprio futuro, e estão ajudando o Brasil a mudar o seu.



FIES

Além do ProUni, os jovens de baixa renda contam com outra alternativa para cursar uma instituição de ensino superior privada: o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A partir de 2010, o Fies mudou para melhor, com redução dos juros para 3,4% ao ano, aumento do prazo de carência para 18 meses (contados a partir da conclusão do curso) e a ampliação do prazo de quitação. Em três anos, o número de alunos com apoio do Fies aumentou mais de dez vezes e, em 2013, chegou a 1,6 milhão – 83% deles vindos de famílias com renda menor que um salário mínimo e meio por pessoa. O Fies é mais uma ferramenta que ajuda a transformar em realidade o que antes não passava de um sonho.

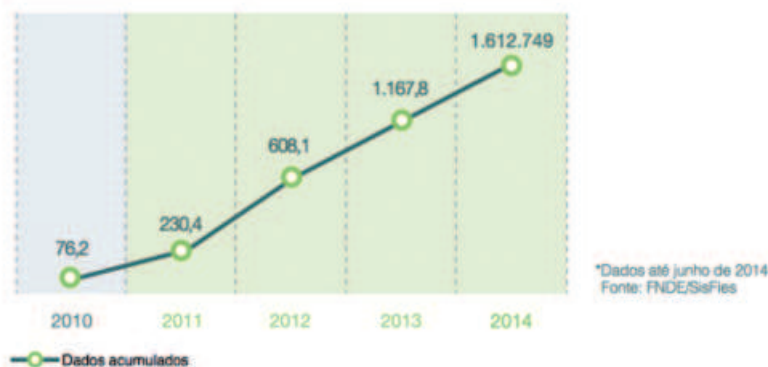
No total, cerca de 40% dos estudantes do ensino superior privado contam com o apoio do governo federal, via ProUni ou Fies.

FIES: financiamento facilitado para estudantes de universidades privadas

As melhores condições (2010):

- Juros baixaram de 9% para 3,4% ao ano.
- Financiamento de até 100% da mensalidade.
- Ampliação do prazo para pagamento.
- Criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (Fgeduc).
- Estudantes de licenciatura e medicina que se dispuserem a trabalhar nas redes públicas de educação e saúde amortizam sem dispêndio 1% da dívida consolidada por mês de trabalho.

Novo Fies: contratos firmados (em milhares)



Fonte: SisFies

MUITO ALÉM DAS FRONTEIRAS

Graduação ou pós-graduação numa das melhores universidades do mundo não é apenas um sonho a ser realizado pelos milhares de jovens contemplados pelo Ciência Sem Fronteiras. É também uma oportunidade para o desenvolvimento da indústria, da economia e da pesquisa no Brasil. As bolsas (que serão 101 mil em quatro anos) são concedidas em áreas como engenharia, medicina e ciências biomédicas, tecnológicas e da computação. Para participar, é preciso ter feito mais de 600 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Em 2014, Dilma lançou o Ciência Sem Fronteiras 2, com mais 100 mil bolsas para jovens que, quando voltam, trazem novas ideias e experiências. E ajudam o Brasil a ultrapassar fronteiras.

PETRÓLEO DO PRÉ-SAL: MAIS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO

PETRÓLEO VAI GERAR R\$ 1 TRILHÃO PARA A EDUCAÇÃO

“Recursos de uma riqueza que acaba (o petróleo), para uma riqueza eterna (a educação)”, comemorou a presidenta Dilma ao sancionar a lei que destina à educação 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do pré-Sal. A estimativa é de que nos próximos 35 anos sejam destinados à educação recursos da ordem de R\$ 1 trilhão, entre royalties, participações especiais e parcela do Fundo Social. (Saiba mais nas páginas que tratam do pré-sal e petrobrás) Serão mais creches, escolas em tempo integral, escolas técnicas e universidades, mais crédito para os estudantes, melhores salários para os professores. Um Brasil cada vez melhor e mais justo.



Entenda os Royalties para Educação

Projeto de Lei nº 323-H de 2007, aprovado pela Câmara dos Deputados
Vincula as compensações financeiras da exploração do petróleo e gás do litoral brasileiro às áreas da Educação e Saúde.

Recursos a serem repartidos entre Educação e Saúde (75%/25%)
Todos os Royalties e Participação Especial da União decorrentes da exploração marítima de todos os blocos **com declaração de comercialidade a partir de 03/12/2012**
Todos os Royalties e Participação Especial dos Estados, Distrito Federal e Municípios decorrentes da exploração marítima de todos os blocos **com contratos celebrados a partir de 03/12/2012**

Recursos a serem repartidos entre Educação e Saúde, conforme regulamento da União
50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social e receitas decorrentes dos contratos de individualização da produção.

INVESTIMENTOS PER CAPITA CRESCEM 250% NO GOVERNO DO PT

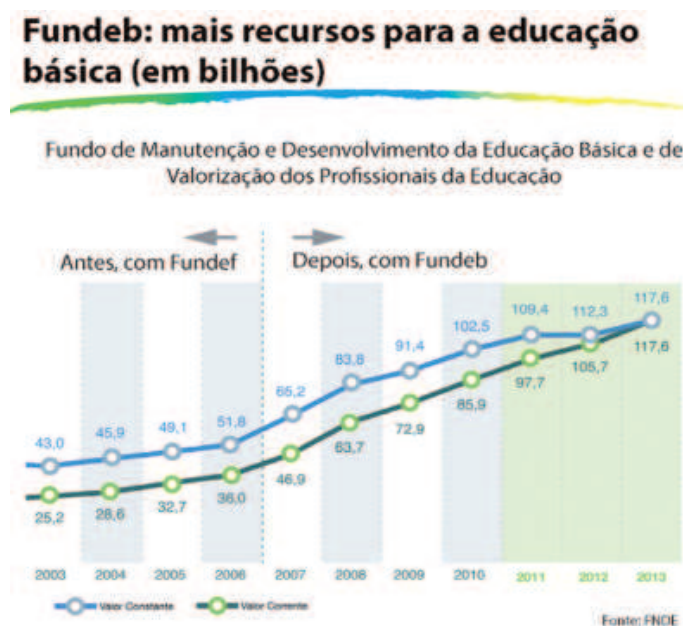
O investimento dos governos Lula e Dilma na educação cresceu em todos os níveis de ensino. Entre 2000 e 2014, o investimento total em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) passou de 4,7% para 6,4% — e chegará a 10% nos próximos dez anos, como determina o Plano Nacional de Educação, sancionado em junho de 2014 pela presidenta Dilma. Com Lula e Dilma, o investimento público **direto por estudante**, considerando a educação básica e o ensino superior, cresceu de R\$ 970,00 em 2000, para R\$ 4.916,00 em 2011. Em valores atualizados, o salto foi de R\$ 1.962,00 para R\$ 4.916,00 por aluno, em todos os níveis de ensino, o que representa um crescimento real de 2,5 vezes. Ou seja, **sob Lula e Dilma mais que dobrou o investimento no futuro de cada brasileiro.**

Mais investimentos em educação



UNIÃO AUMENTA REPASSES PARA O FUNDEB

O governo Lula aumentou fortemente os recursos destinados à educação básica e melhorou a sua distribuição pelo país, graças ao Fundeb. Em vigor desde 2007, o novo Fundo substituiu o Fundef, que era restrito ao ensino fundamental e à valorização apenas dos professores. O Fundeb, por sua vez, atende toda a educação básica – creche, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos – e valoriza os profissionais da educação como um todo. Formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados e municípios, o Fundeb recebe anualmente uma complementação federal, que cresceu de R\$ 2 bilhões em 2007 para R\$ 10,2 bilhões em 2013.



SEGURANÇA PÚBLICA

BRASIL MULTIPLICA INVESTIMENTOS E MUDA O FOCO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

De R\$ 3,73 bilhões em 2002 para R\$7,95 bilhões em 2014. Esse foi o salto no volume de recursos investidos pelo governo federal em segurança pública. **Mas a distância entre a nova política de segurança implantada por Lula e Dilma e o velho modelo imposto pelos governos anteriores vai muito além do total dos investimentos.** Lula e Dilma mudaram o foco, atuando não apenas em repressão, mas também na prevenção ao crime. **As diferenças entre os dois modelos ficam claras, por exemplo, no desempenho da Polícia Federal.** Antes, além de sucateada, a PF era impedida de atuar em situações que envolvessem aliados do governo tucano. Com Lula e Dilma, a Polícia

Federal ganhou mais recursos e autonomia. Outras diferenças marcantes: a implantação do conceito de segurança com cidadania e a atuação do Estado junto às populações mais vulneráveis, sobretudo jovens da periferia.

PARCERIA COM ESTADOS E MUNICÍPIOS SUBSTITUI POLÍTICA DE LAVAR AS MÃOS E EMPURRAR COM A BARRIGA

No lugar da repressão pura e simples, a prevenção ao crime. Em vez de lavar as mãos com o argumento de que a segurança é obrigação dos governos estaduais, um governo federal empenhado na construção de parcerias e no apoio a estados e municípios. Foi assim que Lula e Dilma mudaram o foco das políticas de segurança a partir de 2003 e, simultaneamente, ampliaram os investimentos em segurança pública. Nestes 12 anos, o governo federal foi parceiro constante dos governos estaduais tanto nas ações estruturantes, como no Rio de Janeiro e Alagoas, quanto em situações de emergência, a exemplo do que aconteceu em São Paulo, Bahia, Goiás, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

POLÍCIA FEDERAL REPUBLICANA

Quando Lula assumiu a Presidência da República, o trabalho da Polícia Federal costumava ser travado pelos interesses políticos. Até então, aliados do governo geralmente não eram investigados. Só entravam na alça de mira se contrariassem o esquema dominante. Hoje, a Polícia Federal é autônoma para investigar qualquer um que cometa crimes, não importa a qual partido pertença. Lula e Dilma garantem a independência da PF, inclusive assegurando os recursos necessários para as operações especiais. O orçamento cresceu de R\$ 1,8 bilhão em 2002 para R\$ 4,7 bilhões em 2013. Mais de 3 mil agentes foram incorporados, por concurso público. Entre 2011 e 2013, o governo Dilma destinou R\$ 400 milhões para a aquisição de viaturas, embarcações, helicópteros, armamentos, coletes e outros itens, que aumentaram ainda mais a eficiência do órgão.

MAIS INVESTIMENTOS, MAIS OPERAÇÕES, MAIS BANDIDOS PRESOS E ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS DESBARATADAS

A estratégia dos governos Lula e Dilma sempre foi valorizar delegados e agentes, investir fortemente em inteligência e armamentos, com aquisição de equipamentos de última geração, para responder ao poder de fogo e financeiro de organizações criminosas envolvidas com o narcotráfico, contrabando de armas, roubo de cargas, corrupção e lavagem de dinheiro, entre outros. Nos oito anos do governo Lula, a Polícia Federal realizou 1.273 operações envolvendo investigações a longo prazo e mobilização de policiais para efetuar várias prisões simultâneas, com o saldo de 15.754 pessoas presas. No governo Dilma, o ritmo foi ainda mais intenso: de janeiro de 2011 a abril de 2014 aconteceram nada menos que 922 operações, que resultaram em mais de 6.400 prisões.

FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA

Dez anos depois da criação da Força Nacional de Segurança até soa estranho lembrar que, antes do governo Lula, a União não podia contar com uma força policial preparada para enfrentar

situações de emergência. Eram as Forças Armadas que se expunham ao ir às ruas para reprimir criminosos comuns. A partir de 2004, os governos estaduais passaram a contar com o auxílio de uma polícia de elite da União, a Força Nacional de Segurança Pública.

A Força Nacional de Segurança Pública é formada pelos melhores homens e mulheres das polícias estaduais e da Polícia Federal. Até o início de 2014, mais de 10 mil policiais já haviam recebido treinamento especializado em combate urbano, técnicas de tiro, policiamento ostensivo e direitos humanos.



FORÇA NACIONAL ENFRENTA DE TRÁFICO DE DROGAS ATÉ DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA

Esses policiais só entram em ação quando algum governo estadual autoriza ou solicita a intervenção da União. Foi assim no Rio de Janeiro, para enfrentar as quadrilhas de tráfico de drogas, e nas greves da Polícia Militar no Ceará, Bahia e Pernambuco. Em abril de 2014, por exemplo, a Força Nacional realizou 30 operações simultâneas em 16 estados. Desde 2008, ela atua na Amazônia reprimindo o desmatamento ilegal e, em cinco anos, fiscalizou 1.022 serrarias e apreendeu 868 mil metros cúbicos de madeira, 266 motosserras e 194 tratores. Desde 2011, a Força Nacional atuou em 83 operações, em 19 estados, para reforçar a segurança em situações de rebeliões em presídios e de greves prolongadas de órgãos de segurança pública, além do apoio às ações do Programa Brasil Mais Seguro e de Fronteiras.

SEGURANÇA COM INCLUSÃO SOCIAL

No enfrentamento da questão de segurança, os governos de Lula e Dilma foram muito além das tradicionais ações de repressão e de investigação. A faixa de população mais vulnerável à violência passou a ser o foco, desde 2012, do programa Juventude Viva, uma série de políticas

sociais destinadas a prevenir a violência entre jovens negros. Os números mostram que mais da metade das vítimas de homicídios no Brasil tem entre 15 e 20 anos. Desses jovens assassinados, quase a totalidade é de meninos ou rapazes (em 2010, foram 91,1%). A maioria, 76,6%, era negra.

INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E GERAÇÃO DE EMPREGOS PREVINEM VIOLÊNCIA CONTRA JUVENTUDE

Com o Juventude Viva, o governo federal destinou mais de R\$ 600 milhões para ações de saúde, cultura, educação, justiça, geração de renda e capacitação profissional de servidores públicos. O programa começou por Alagoas, o estado com maior taxa de negros entre as vítimas de homicídios. Depois, entre 2013 e 2014, chegou à Paraíba, ao entorno de Brasília (municípios dos estados de Minas e Goiás próximos ao Distrito Federal), à cidade de São Paulo, à Bahia e ao Espírito Santo.

SEGURANÇA E CIDADANIA

O tempo das ações pontuais, isoladas e sem qualquer articulação umas com as outras, ficou para trás quando o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) foi lançado em 2007. Mais do que um título, a expressão “com Cidadania” define a diferença entre o Pronasci e as ações que vieram antes dele. Além de compartilhar responsabilidades com estados e municípios no combate ao crime, as ações do plano vão muito além da repressão, incluindo, entre outras, formação de lideranças comunitárias, capacitação em direitos humanos para promotores e juizes e investimentos na valorização profissional dos policiais.

AÇÕES INCLUEM CAPACITAÇÃO PARA JOVENS E MULHERES

Entre as principais ações do Pronasci na prevenção ao crime estão o Projeto Mulheres da Paz e o Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (Protejo). No primeiro, as mulheres recebem capacitação sobre construção da identidade, mobilização comunitária, resolução não violenta de conflitos e educação para uma cultura de paz, enfrentamento à violência, direitos humanos e gênero, Lei Maria da Penha e enfrentamento ao tráfico de pessoas, além de noções básicas de direito, informática básica e empreendedorismo.

As selecionadas para o projeto recebem bolsa mensal no valor de R\$ 190, para atuar na prevenção da violência juvenil e da violência contra a mulher, oferecendo desde orientação até encaminhamento para a rede de assistência social e para projetos como o Protejo. Este, por sua vez, acompanha jovens entre 15 e 24 anos em situação de risco ou vulnerabilidade familiar e social, egressos do sistema prisional ou que estejam cumprindo medidas socioeducativas.

Os jovens do Protejo recebem bolsa mensal de R\$ 100 durante um ano e frequentam aulas de qualificação profissional, informática e tecnologia, direitos humanos, sexualidade, autoestima e prevenção da criminalidade e do envolvimento com drogas, além de atividades de esporte, cultura e lazer.

SAÚDE

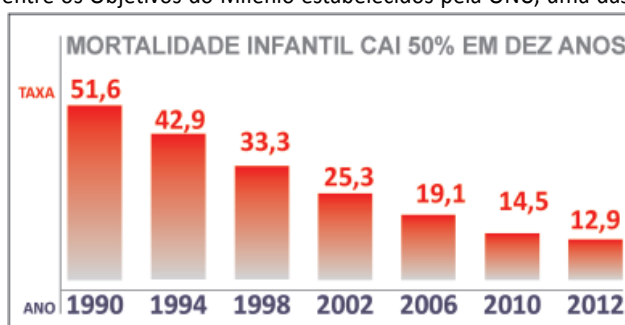
DESPESAS DA UNIÃO COM SAÚDE QUADRUPLICAM COM LULA E DILMA

Em 2002, último ano do governo FHC, o orçamento da União com a área de saúde foi de R\$ 28,5 bilhões. Em 2014, o orçamento do setor é de R\$ 106 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 271% em doze anos. Confira a evolução na tabela abaixo:



MORTALIDADE INFANTIL CAI 50% EM DEZ ANOS

A mortalidade infantil sofreu uma redução drástica no Brasil entre 1990 e 2012. A quantidade de crianças mortas até o primeiro ano de vida, entre mil nascidos, foi reduzida de 51,6 (1990) para 12,9 (2012), uma queda de 75%. Em 2002, o índice era de 25,3. Considerando a mortalidade de crianças de até cinco anos, a queda é de 77,4%. Em 1990, essa taxa era de 62 mortes a cada mil nascidos, caindo para 14 mortes a cada mil nascidos em 2012. Além da estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS), programas como o Bolsa Família, as equipes do Programa Saúde da Família, a Rede Cegonha e outras políticas de assistência à gestante e acompanhamento da gestação são responsáveis por esse avanço. Dentre os Objetivos do Milênio estabelecidos pela ONU, uma das metas é reduzir em 2/3 (66%), até 2015, a taxa de mortalidade infantil de 1990. O Brasil atingiu essa meta em 2007, no segundo mandato do ex-presidente Lula, quando a taxa foi reduzida a 17,9 mortes por mil nascidos. Confira a redução da mortalidade infantil ao longo das últimas décadas:



UPAS DESAFOGAM HOSPITAIS

Lançadas como parte da Política Nacional de Urgência e Emergência (2003), as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) funcionam 24 horas por dia, sete dias por semana e podem resolver grande parte das urgências e emergências, como pressão e febre alta, fraturas, cortes, infarto e derrame. Com isso ajudam a diminuir as filas nos prontos-socorros dos hospitais. A UPA inova ao oferecer estrutura simplificada, com raio-X, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação. Atualmente existem 495 UPAs em funcionamento ou em construção. Para os próximos quatro anos, o governo Dilma vai elevar esse número para 1050 unidades.

MAIS MÉDICOS AMPLIA ATENDIMENTO PARA 50 MILHÕES DE BRASILEIROS

Implantado em 2013, o *Programa Mais Médicos* atende – com seus mais de 14 mil médicos brasileiros e estrangeiros – 3800 municípios e uma população de aproximadamente 50 milhões de pessoas. Enfrentou a resistência da oposição de direita e das entidades de classe dos médicos brasileiros, mas recebeu aprovação imediata de milhões de pessoas que nunca foram atendidas por um médico na vida ou que precisavam se deslocar para outras cidades a fim de receber a atenção médica. O programa *Mais Médicos* foi criado para fortalecer a atenção básica de saúde, setor que, comprovadamente, pode resolver cerca de 80% dos problemas de saúde da população.

AUMENTA A EXPECTATIVA DE VIDA DOS BRASILEIROS

Com a melhoria da saúde e da assistência social, a expectativa de vida do povo brasileiro aumentou bastante sob os governos Lula e Dilma. Em 2002, a esperança de vida média do brasileiro era de 70 anos e 9 meses. Em 2013, esse índice havia alcançado 74 anos e 6 meses.

LULA E DILMA DUPLICAM NÚMERO DE EQUIPES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

Em 2002, o Programa Saúde da Família (PSF), criado em 1994, no governo Itamar Franco, contava com 16,7 mil equipes. Em julho de 2014, esse número é de 37.064 equipes, um aumento de 121% em doze anos.

SAÚDE BUCAL ATENDE QUASE 80 MILHÕES DE BRASILEIROS

Até 2004, quando foi lançado o Programa Brasil Sorridente, 30 milhões de brasileiros nunca tinham ido ao dentista. Atualmente, são 23.619 equipes de saúde bucal, cobrindo 4978 municípios e 38% da população, o que corresponde a mais de 76 milhões de pessoas, fazendo desta a maior política de saúde bucal do mundo.

SAMU ATENDE MAIS DE 140 MILHÕES DE PESSOAS

Criado no Governo Lula, o Serviço de Atendimento Móvel de Emergência (SAMU – 192) atualmente chega a 72,8% da população, o que representa cerca de 145 milhões de pessoas. Entre 2011 e 2014, houve uma expansão de 30,4% do número de ambulâncias, alcançando 2.841 unidades.

MENINAS SÃO IMUNIZADAS COM VACINA CONTRA HPV

O Papiloma Vírus Humano (HPV), responsável pelo câncer de colo do útero, é uma das principais causas de mortes de mulheres no mundo. Desde março de 2014, o Sistema Único de Saúde (SUS) passou a ofertar a vacina contra HPV para meninas de 11 a 13 anos. Em 2015, serão vacinadas as meninas de 9 a 11 anos e, em 2016, começarão a ser imunizadas as de 9 anos. Até junho, mais de 4,1 milhões de meninas já foram vacinadas, o que representa 84,5% do grupo prioritário. A segunda dose deverá ser aplicada a partir de setembro.

DESFAZENDO MITOS: SERVIÇOS DO SUS SÃO APROVADOS POR MAIORIA DOS USUÁRIOS

Segundo pesquisa encomendada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) em agosto de 2014, 74% dos usuários do SUS avaliaram os serviços do sistema com conceito regular, bom ou ótimo. O atendimento geral do SUS recebeu nota 5 (em escala de 0 a 10) ou superior de 67% dos entrevistados.

Sobre a qualidade das cirurgias, a nota ficou acima de 8 para 50% dos ouvidos. Nos últimos dois anos, 92% dos brasileiros com mais de 16 anos buscaram serviços de Saúde do SUS e 96,7% deles tiveram acesso ao que procuravam.

Vale dizer, ainda, que 95% dos transplantes de órgãos são financiados diretamente pelo SUS. O mesmo ocorre em relação aos demais procedimentos e cirurgias de média e alta complexidade, que também recebem recursos do SUS, mesmo quando realizados em instituições da rede privada.

BRASIL É REFERÊNCIA MUNDIAL EM PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE HIV/AIDS

O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaid) apontou, em 2012, o modelo brasileiro de prevenção ao HIV e assistência aos portadores de Aids como um dos melhores do mundo. Desde 1996 o Brasil fornece gratuitamente os coquetéis para o tratamento da Aids e apenas em compra de medicamentos, o governo brasileiro destina cerca de R\$ 1 bilhão por ano.

BOLSA FAMÍLIA

BOLSA FAMÍLIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

As diferenças entre os programas da área social do governo do PSDB/ FHC e os dos Governos Lula e Dilma são enormes e não se resumem à dimensão da população beneficiada e ao volume de recursos alocados. Confira algumas destas diferenças, que expressam concepções diferentes de Estado, de gestão pública e demonstram o **compromisso firme do PT com o combate às desigualdades e com a promoção de direitos**.

- **POLÍTICA DE ESTADO:** com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, o Bolsa Família deixou de ser um mero programa de governo e se tornou uma política de Estado, protegida pela legislação de eventuais mudanças de governo que comprometam a sua continuidade. Esta é uma diferença marcante entre as políticas sociais do PSDB, que tinham um caráter meramente assistencialista e paternalista.

- **CONTROLE SOCIAL:** ao contrário dos programas sociais do governo FHC, que eram controlados por políticos ligados ao partido ou por aliados, o Bolsa Família é fortemente monitorado e fiscalizado em todos os níveis: municipal, estadual e federal. Para receber os recursos do programa, cada município tem que manter em funcionamento um conselho ou comitê de controle social com a função de auxiliar o gestor no acompanhamento da situação das famílias beneficiadas. O conselho pode ser procurado quando houver dúvidas sobre o programa ou para fazer reclamações e denúncias.

- **TRANSPARÊNCIA:** outra marca da gestão petista, a **transparência no Bolsa Família é total**. Todos os nomes das pessoas que recebem o benefício, em todas as unidades federativas, estão disponíveis a três cliques na Internet (no site da Caixa Econômica Federal). Qualquer pessoa do Brasil pode consultar a lista de beneficiários e denunciar irregularidades. Na época dos tucanos, apenas os gestores tinham acesso à lista dos beneficiados dos programas sociais, o que facilitava a ocorrência de fraudes.

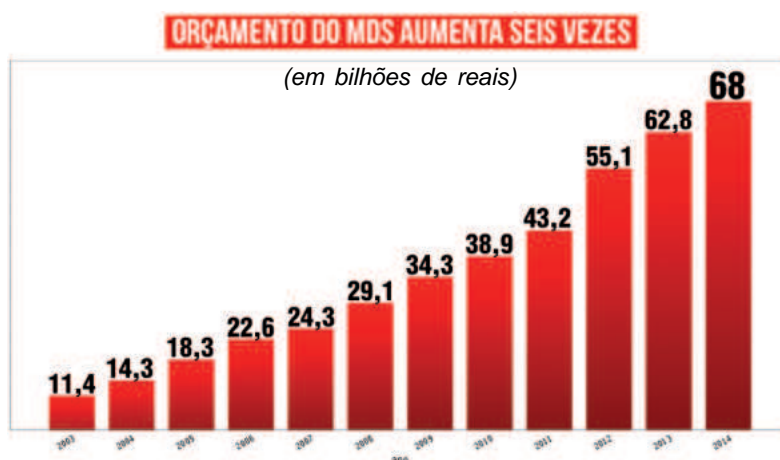
Além dessas diferenças fundamentais, o **Bolsa Família estimulou o crescimento econômico e o desenvolvimento de pequenos e médios municípios**. Estas cidades de pequeno e médio porte antes eram extremamente dependentes dos grandes centros urbanos, mas hoje possuem comércio varejista forte, vida social e cultural próprias e boas opções para a educação da juventude local, especialmente com a expansão da rede das universidades e institutos federais de ensino técnico e profissionalizante, conquistas também garantidas pelos governos Lula e Dilma.

CONFIRA ALGUNS NÚMEROS DO BOLSA FAMÍLIA:

- Famílias beneficiadas (2013): 13,8 milhões
- Famílias que deixaram o programa por terem aumentado a renda (2003-2013): 1,7 milhão
- 75,4% dos beneficiários estão trabalhando
- Crianças na escola (6-15 anos): 14,8 milhões (2013)
- Crianças na escola (16-17 anos): 2,6 milhões (2013)
- Benefício médio (2014): R\$ 167
- Orçamento (2014): R\$ 25,3 bilhões

ORÇAMENTO DO MDS AUMENTA SEIS VEZES

Vale acrescentar que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 2014, vai investir R\$ 68 bilhões nos serviços, programas e benefícios da área social. Esse valor representa um aumento de quase 10% em relação ao orçamento de 2013 para a área, que foi de R\$ 62,8 bilhões, e é seis vezes maior do que os R\$ 11,4 bilhões alocados pelo Governo Federal para o ministério em 2003, primeiro ano do Governo Lula. Confira a evolução do orçamento da assistência social de 2003 a 2014:



*O orçamento da assistência social de 2013 foi equivalente a 2,88% do orçamento total da União para o ano.

EXPANSÃO DA REDE DE CRAS E CREAS

Em dezembro de 2012, a rede de centros de referência de assistência social (Cras) e de centros de referência especializados de assistência social (Creas) possuía 7446 Cras em 5460 municípios e 2216 Creas em 2303 municípios. Em 2003, existiam no Brasil 464 Cras e 305 Creas.

Os Cras e Creas são unidades responsáveis pela organização e oferta dos serviços da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF.

FUNCIONALISMO PÚBLICO

GOVERNO FHC PROMOVEU DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO

O governo FHC, seguindo os ditames do Consenso de Washington (Estado mínimo e tudo em favor do chamado mercado), promoveu uma política de desmonte do serviço público, com redução

no quadro dos servidores da administração pública federal, adoção de uma política de terceirização e achatamento dos salários. A redução da força de trabalho no Executivo, no período de 1996 a 2002 foi de 18%. Dessa diminuição, 39% ocorreu na administração direta e 61% na administração indireta. Isso implicou o corte de 98.025 postos de trabalho no Executivo Federal Civil. Com prioridade para a terceirização, o governo FHC elevou os gastos com locação de mão de obra de R\$ 363 milhões em 1998 para R\$ 656 milhões em 2002.

Recomposição da Força de Trabalho nos Governos do PT – quantitativo dos servidores públicos federais civis ativos de Poder Executivo da União:

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO	2001	2014 (ABRIL)	AUMENTO
MINAS E ENERGIA	1.902	3.375	77,44%
CULTURA	2.508	4.002	59,56%
EDUCAÇÃO	163.479	253.834	55,27%
JUSTIÇA	20.685	31.889	54,16%
TRANSPORTES	4.724	6.219	31,64%
DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	2.436	3.191	30,99%
MEIO AMBIENTE	6.409	7.926	23,66%
RELAÇÕES EXTERIORES	2.943	3.512	19,31%
TOTAL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	485.303	590.225	21,61%

VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, MAS COM DISCIPLINA FISCAL

Graças a uma ativa busca pelo crescimento econômico, os governos do PT puderam promover fortes medidas de reestruturação das carreiras funcionais e de revalorização dos servidores públicos, sem com isso comprometer a disciplina fiscal. Assim, é decrescente a relação entre gastos com pessoal e a receita corrente líquida da União:

ANO	DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (R\$ bilhões)	RECEITA CORRENTE DA UNIÃO	EM % DO PIB
2002	64.379,8	343.075,0	18,8
2003	70.213,9	384.447,0	18,3
2004	79.959,9	450.590,0	17,7
2005	82.757,6	527.324,6	15,7
2006	102.496,7	584.067,5	17,5
2007	112.596,1	658.884,4	17,1
2008	130.636,9	754.735,5	17,3
2009	149.648,8	775.406,8	19,3
2010	166.590,5	890.137,0	18,7
2011	179.257,8	1.029.613,5	17,4
2012	185.362,0	1.134.717,3	16,3
2013	204.146,1	1.219.645,8	16,7

**QUANTITATIVO (FORÇA DE TRABALHO) DOS SERVIDORES
PÚBLICOS FEDERAIS CIVIS ATIVOS DO PODER EXECUTIVO
POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE ¹ DO CARGO - SIAPE**

NÍVEL	2001		2014 (MAIO)	
SUPERIOR	38,89%	(188.739)	47%	(278.974)
INTERMEDIÁRIO	51,00%	(247.511)	40,21%	(238.350)
AUXILIAR	5,44%	(26.447)	3,47%	(20.591)
SEM INFORMAÇÃO	4,65%	(22.606)	9,24%	(54.818)
TOTAL	100%	(485.303)	100%	(592.733)



**NÚCLEO DO PT NO CONGRESSO NACIONAL
E ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS**

**BRASÍLIA-DF
AGOSTO DE 2014**